

UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS CONTÁBEIS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS CONTÁBEIS

ALESSANDRA BRASILIANO DA SILVA

**UMA INVESTIGAÇÃO SOBRE A AVALIAÇÃO DE DESEMPENHO CONTÁBIL-
GERENCIAL DO PROGRAMA ESCOLA ABERTA (PEA) EM ESCOLAS
MUNICIPAIS DE OLINDA**

Recife

2011

ALESSANDRA BRASILIANO DA SILVA

**UMA INVESTIGAÇÃO SOBRE A AVALIAÇÃO DE DESEMPENHO CONTÁBIL-
GERENCIAL DO PROGRAMA ESCOLA ABERTA (PEA) EM ESCOLAS
MUNICIPAIS DE OLINDA**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciências Contábeis da Universidade Federal de Pernambuco como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Ciências Contábeis.

Orientadora: Prof.^a Dr.^a Ana Lúcia Fontes de Souza Vasconcelos.

Recife

2011

Silva, Alessandra Brasiliano da

Uma investigação sobre a avaliação de desempenho contábil-gerencial do Programa Escola Aberta(PEA) em escolas municipais de Olinda / Alessandra Brasiliano da Silva. - Recife : O Autor, 2011.

119 folhas : fig., graf. e quadro.

Orientadora: Prof^a. Dr^a. Ana Lúcia Fontes de Souza Vasconcelos.

Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal de Pernambuco. CCSA. Ciências Contábeis, 2011.

Inclui bibliografia e apêndices.

1. Mensuração do resultado econômico. 2. Avaliação de desempenho. 3. GECON. 4. Programa Escola Aberta. I. Vasconcelos, Ana Lúcia Fontes de Souza (Orientadora). II. Título.

657 CDD (22.ed.) UFPE 2011 CSA - 080



Centro de Ciências Sociais Aplicadas
Departamento de Ciências Contábeis
Programa de Pós-Graduação
Mestrado em Ciências Contábeis
Coordenação

UMA INVESTIGAÇÃO SOBRE A AVALIAÇÃO DO DESEMPENHO CONTÁBIL-GERENCIAL DO PROGRAMA ESCOLA ABERTA (PEA) EM ESCOLAS MUNICIPAIS DE OLINDA.

Alessandra Brasiliano da Silva

Dissertação submetida ao corpo docente do Programa de Pós-Graduação em Ciências Contábeis da Universidade Federal de Pernambuco e aprovada em 17 de junho de 2011.

Banca Examinadora:


Orientador/Presidente: Ana Lúcia Fontes de Souza Vasconcelos, (Dr^a)

Examinador Interno: Raimundo Nonato Rodrigues (Dr.)


Examinador Externo: Raul da Mota Silveira Neto, (Dr^a.) PPG Economia/UFPE

*Dedico este trabalho a Deus, aos meus pais,
João Eudes Brasileiro da Silva e Maria
Gilzinete da Silva, e familiares por todo apoio
e compreensão recebidos no decorrer do
curso.*

AGRADECIMENTOS

À Deus por estar à frente de todas as realizações da minha vida, estando sempre presente guiando meus passos, iluminando minhas escolhas e por ter me concedido a oportunidade de trilhar este caminho.

Aos meus pais, João Eudes e Maria Gilzinete por todo amor, carinho, atenção, apoio, dedicação, compreensão, incentivo, por todas as oportunidades que me concederam, meus maiores exemplos de vida.

À minha orientadora, Prof.^ª Dr.^ª Ana Lúcia Fontes de Souza Vasconcelos, que tive a oportunidade de conhecer do período de Graduação ao Mestrado, por todo incentivo, compreensão, paciência, colaboração, disponibilidade, conhecimentos transmitidos e por todos os direcionamentos disponibilizados ao longo da pesquisa que enriqueceram grandemente o trabalho.

À banca formada pelos professores: Prof.^º Dr.^º Raul da Mota Silveira Neto, Prof.^º Dr.^º Raimundo Nonato Rodrigues e a Prof.^ª Dr.^ª Ana Lúcia Fontes de Souza Vasconcelos pela disponibilidade e contribuições.

À todos os professores do Programa de Pós-Graduação em Ciências Contábeis da Universidade Federal de Pernambuco pela enorme contribuição na minha formação e pelos conhecimentos e experiências compartilhados, estes serão lembrados eternamente.

À todos do Programa Escola Aberta que contribuíram para o desenvolvimento desta pesquisa, coordenadores do programa, Glauce, Luciana, Virgínia, Breno, Rafaela, Adriano. Muito Obrigada!

Às alunas de graduação Jéssica e Natali que colaboraram na aplicação dos questionários e coleta dos dados, tornando esta etapa possível.

Aos meus colegas de curso, Antonio Firmino da Silva Neto, Celma Duque Ferreira, Deivisson Rattacaso Freire, Francisco Jean Carlos de Souza Sampaio, Gilberto Crispim da Silva, Hipónio Fortes Guilherme, Janayna Katyuscia Freire de Souza Ferreira, Juliana Cândida Ribeiro Dias, Kaline Di Pace Nunes, Luiz Marcelo Martins do Amaral Carneiro Cabral, Rhoger Fellipe Marinho da Silva, Sheila Sayuri Kataoka e Vera Lúcia Cruz, amigos que serão levados por toda vida e lembrados com muito carinho.

"É graça divina começar bem. Graça maior persistir na caminhada certa. Mas a graça das graças é não desistir nunca." (Dom Hélder Câmara)

"Nas grandes batalhas da vida, o primeiro passo para a vitória é o desejo de vencer!" (Mahatma Gandhi)

"O verdadeiro valor do homem é o seu caráter, suas idéias e a nobreza dos seus ideais." (Charles Chaplin)

RESUMO

A avaliação de desempenho de políticas públicas e programas governamentais vêm ganhando cada vez mais espaço nas funções de planejamento e gestão dos recursos públicos, a partir dela pode-se conhecer e aprimorar as ações em busca de melhoria e qualidade nos processos e resultados. Nesse contexto, a presente pesquisa teve por objetivo evidenciar o Resultado Econômico do Programa Escola Aberta (PEA) em escolas municipais de Olinda como um indicador de desempenho contábil-gerencial dos serviços públicos disponibilizados. O procedimento metodológico foi realizado através do método indutivo, por meio de pesquisa de campo, nas escolas em que o programa está sendo efetivado em 2010/2011. Foram aplicados 22 questionários com os coordenadores PEA com vistas de obter evidências empíricas sobre o desenvolvimento das atividades do programa. O tratamento dos dados foi realizado com o auxílio do software estatístico Statistical Package for Social Science – SPSS, versão 16.0. Para Mensuração do Resultado Econômico utilizou-se como parâmetro o modelo econômico desenvolvido pelo GECON. Evidenciou-se com a pesquisa que o Programa Escola Aberta possui um indicador de desempenho contábil-gerencial favorável, apresentando um Resultado Econômico positivo e um retorno quinze vezes superior ao capital investido, o que revela um gerenciamento adequado dos recursos públicos. Constatou-se que, contabilmente, vale à pena o investimento e a continuidade das ações do programa, porém, concluiu-se que os recursos repassados pelo Governo são insuficientes, a sustentabilidade do programa se dá pelas contribuições voluntárias disponibilizadas. Portanto, são necessárias medidas que proporcionem melhores investimentos, maior qualidade na gestão dos recursos, qualificação dos atores, aperfeiçoamento dos serviços, melhoria dos processos, estabelecimento de metas, planejamento e avaliação de resultados para uma maior eficiência do programa.

Palavras-Chave: Mensuração do Resultado Econômico; Avaliação de Desempenho; GECON; Programa Escola Aberta.

ABSTRACT

Performance evaluation of public policies and government programs are gaining more space in the functions of planning and management of public resources, as it can be known and enhance actions in pursuit of improvement and quality processes and results. In this context, this research aimed to highlight the economic outcome of the Open School Program (PEA) in schools of Olinda as a performance indicator accounting and management of public services available. The methodological procedure was performed using the inductive method, through field research, in schools where the program is being effected in 2010/2011. 22 questionnaires were applied to the EAP coordinators in order to obtain empirical evidence on the development of program activities. Data analysis was performed with the help of statistical software Statistical Package for Social Science - SPSS, version 16.0. For Measuring the Economic Outcome parameter was used as the economic model developed by GECON. It was proven through research that the Open School Program has a performance indicator favorable accounting and management by presenting a positive economic return and a fifteen times greater than the capital invested, which shows a proper management of public resources. It was found that, for accounting purposes, it is worth the investment and the continued action of the program, however, concluded that the funds transferred by the government are insufficient, the sustainability of the program is given by the voluntary contributions made available. Therefore, measures are needed to provide the best investments, improved management of resources, qualification of players, improving services, improving processes, setting goals, planning and evaluation of results for a more efficient program.

Key-words: Measuring Economic Income, Performance Evaluation; GECON; Open School Program.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1: Árvore de Problemas do Programa Escola Aberta.....	92
--	----

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1: Comunidade Ambiente de Vulnerabilidade Social	64
Gráfico 2: Atividades de Lazer na Escola antes do Programa Escola Aberta.....	65
Gráfico 3: Escola como Único Espaço de Lazer da Comunidade.....	65
Gráfico 4: Tempo que a Escola desenvolve as atividades do PEA.....	66
Gráfico 5: Dias que a Escola desenvolve as Atividades do PEA.....	66
Gráfico 6: Associação do Programa às disciplinas da Escola.....	66
Gráfico 7: Tempo que o Coordenador Participa do PEA.....	67
Gráfico 8: Sexo dos Coordenadores do PEA.....	68
Gráfico 9: Nível de Escolaridade dos Coordenadores do Programa.....	68
Gráfico 10: Ocupação dos Coordenadores do Programa Escola Aberta.....	69
Gráfico 11: Indicação para Participar do Programa.....	69
Gráfico 12: Motivação para Participar do Programa.....	70
Gráfico 13: Atores do Programa na Cidade de Olinda.....	71
Gráfico 14: Formação dos Oficineiros Ressarcidos.....	72
Gráfico 15: Formação dos Colaboradores Voluntários.....	72
Gráfico 16: Relevância da Participação dos Colaboradores Voluntários.....	73
Gráfico 17: Nível de Comprometimento dos Colaboradores Voluntários.....	73
Gráfico 18: Desenvolvimento das Atividades do Programa.....	74
Gráfico 19: Desenvolvimento das Oficinas.....	75
Gráfico 20: Participação da Comunidade.....	75
Gráfico 21: Gestão dos Recursos do Programa.....	77
Gráfico 22: Recursos do Programa.....	77
Gráfico 23: Julgamento para Aplicação dos Recursos.....	80

LISTA DE QUADROS

Quadro 1: Demonstração do Resultado Econômico.....	24
Quadro 2: Avaliação de Desempenho e Avaliação de Resultados na Gestão Econômica....	42
Quadro 3: Atores do PEA em Pernambuco (2009).....	54
Quadro 4: Análise dos <i>Stakeholders</i>	55
Quadro 5: Referencial de Cálculo dos Valores a Serem Repassados às Escolas Públicas para Funcionarem nos Finais de Semana.....	59
Quadro 6: Escolas que desenvolvem o Programa Escola Aberta na cidade de Olinda.....	61
Quadro 7: IDEB das Escolas -Ensino Fundamental de 4 ^a /5 ^a séries.....	62
Quadro 8: IDEB das Escolas - Ensino Fundamental 8 ^a /9 ^a	63
Quadro 9: Demonstrações Individuais do Resultado Econômico nas Escolas Municipais de Olinda.....	84
Quadro 10: Demonstração do Resultado Econômico Consolidado das Escolas Municipais de Olinda de 2011.....	87
Quadro 11: Visão Integrada dos Indicadores de Desempenho do Programa Escola Aberta.	89

SUMÁRIO

CAPÍTULO 1. INTRODUÇÃO.....	14
1.1 CARACTERIZAÇÃO DO PROBLEMA	15
1.2 OBJETIVOS.....	17
1.2.1 Objetivo Geral.....	17
1.2.2 Objetivos Específicos	18
1.3 JUSTIFICATIVA.....	18
CAPÍTULO 2. PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS	22
2.1 TIPO DE PESQUISA.....	22
2.2 MÉTODO DE PESQUISA.....	22
2.3 DELIMITAÇÃO DA PESQUISA	22
2.5 ANÁLISE DOS DADOS	24
CAPÍTULO 3. REVISÃO DA LITERATURA.....	26
3.1 POLÍTICAS PÚBLICAS E PROGRAMAS SOCIAIS EDUCACIONAIS	26
3.1.1 Descentralização e Democratização de Políticas Educacionais: O Programa Dinheiro Direto na Escola – PDDE	27
3.1.2 Avaliação de Políticas Públicas e Sociais.....	29
3.1.3 Critérios de Avaliação de Programas	31
3.2 AVALIAÇÃO DE DESEMPENHO NA GESTÃO PÚBLICA	35
3.3 MENSURAÇÃO DO RESULTADO ECONÔMICO	38
3.3.1 Mensuração e Mensuração Econômica dos Serviços Públicos.....	38
3.3.2 Mensuração do Resultado Econômico pelo Modelo de Gestão Econômica (GECON)	40
3.4 TEORIA DA AGÊNCIA NA GESTÃO PÚBLICA	48
3.5 CAPITAL SOCIAL EM PROGRAMAS SOCIAIS	50
CAPÍTULO 4. O PROGRAMA ESCOLA ABERTA	52
4.1 ANÁLISE DOS ENVOLVIDOS NO PROGRAMA ESCOLA ABERTA: ANÁLISE DE STAKEHOLDERS.....	53
4.2 RECURSOS DO PROGRAMA ESCOLA ABERTA	57

CAPÍTULO 5. ESTUDO DE CASO: PROGRAMA ESCOLA ABERTA NA CIDADE DE OLINDA.....	61
5.1. MENSURAÇÃO DO RESULTADO ECONÔMICO DO PROGRAMA ESCOLA ABERTA	81
5.1.1 Descrição do Processo	81
5.2. AVALIAÇÃO DO PROGRAMA ESCOLA ABERTA ATRAVÉS DA ANÁLISE ZOO (Ziel Orientierte Projekt Planung)	91
CONCLUSÃO.....	94
REFERÊNCIAS.....	95
APÊNDICE A - RECEITA ECONÔMICA DAS ESCOLAS	102
APÊNDICE B- CUSTO DOS HONORÁRIOS DOS PROFISSIONAIS.....	110
APÊNDICE C- QUESTIONÁRIO.....	118

CAPÍTULO 1. INTRODUÇÃO

O serviço público possui como principal atributo fornecer serviços destinados à coletividade como saúde, educação, segurança, justiça, entre outros, nesse contexto, a Constituição Federal promulgada em 1988, em seu artigo 3º, inciso terceiro, explicita os aspectos que devem constituir a prioridade da atuação pública e privada para a consolidação do Estado Democrático de Direito, “erradicar a pobreza e a marginalização e reduzir as desigualdades sociais e regionais.”

O Brasil, considerado “campeão mundial em desigualdade” devido a uma distribuição desigual de poder, renda e oportunidades entre os diferentes grupos sociais e indivíduos, constitui um obstáculo à equiparação de direitos e à universalização da cidadania. A desigualdade provoca como efeito o desequilíbrio social e como consequência a vulnerabilidade social sendo a principal causa da pobreza e da exclusão social. (HENRIQUES, 2000).

Diante desta realidade cresce cada vez mais no país a consciência sobre a adesão de programas governamentais no intuito de dirimir as diferenças sociais alavancadas pelo desenvolvimento socioeconômico. Fruto de políticas públicas e sociais os programas de governo representam implementações de ações de curto e longo prazo visando romper os sistemas que intensificam as desigualdades e que afetam as populações vulneráveis, negando a elas bem-estar social e os direitos de cidadania assegurados a grupos sociais diversos.

A descentralização e democratização das políticas públicas e sociais abrem espaço para uma maior participação e controle da sociedade sobre as ações e se concretizam por meio de programas e projetos com vistas de modificar a realidade social. O principal desafio no alcance dos objetivos e sustentabilidade dos programas e projetos está na adequada alocação e gestão dos recursos públicos repassados. Nesse contexto se faz necessário uma mensuração dos serviços públicos prestados à sociedade voltados para avaliação de desempenho e ao gerenciamento e otimização dos seus gastos.

A proposta da pesquisa toma por base a avaliação de desempenho contábil do Programa Escola Aberta (PEA) na cidade de Olinda. O PEA foi criado em outubro de 2004, fruto de uma parceria entre Ministério da Educação, a UNESCO, os Ministérios do Trabalho, Emprego, Esporte, Cultura, além dos governos estaduais e municipais. O Programa contempla

todos os estados brasileiros e o Distrito Federal. Sua finalidade é de ampliar as atribuições da escola, tornando-a não apenas um espaço acadêmico como também um ambiente de proteção social e de interação, visando diminuir as desigualdades sociais e a violência.

Para tanto procedeu-se a Mensuração do Resultado Econômico e elaboração de sua demonstração como um indicador de desempenho, ferramenta a ser utilizada na minimização da assimetria informacional existente entre o Estado e o cidadão, servindo ainda de parâmetro à tomada de decisão pelo gestor público para uma melhor alocação dos recursos públicos. Também realizou-se o mapeamento das atividades, serviços, processos, capital social do programa para um melhor entendimento de suas ações.

1.1 CARACTERIZAÇÃO DO PROBLEMA

A crescente confiança depositada na avaliação de desempenho contábil-gerencial de políticas e programas governamentais encontra-se em forte expansão nas funções de planejamento e gestão dos gastos públicos. É um instrumento essencial, pois a partir dela pode-se conhecer e aperfeiçoar as ações em busca de melhoria e qualidade dos processos e resultados. Os resultados da atuação governamental ainda se restringem a índices físicos e escalas qualitativas impossibilitando uma avaliação completa dos resultados, essa limitação na abordagem de resultados de políticas e serviços públicos deflagra a necessidade de uma mensuração econômica dos benefícios. (CATELLI E SANTOS, 2004)

Os programas sociais sobrevivem das transferências governamentais, mas é bem verdade que esta não é sua única fonte de receita, os serviços disponibilizados gratuitamente pelo programa geram uma receita econômica não evidenciada. Além dos profissionais voluntários ressarcidos existe a participação de colaboradores totalmente voluntários, capital social este que também agrega valor econômico, bem como atividades internas que geram receitas. Nesse contexto, os serviços disponibilizados necessitam ser mensurados para evidenciação do valor real do programa, valor este diferente dos recursos repassados para seu custeio.

Apesar dos serviços públicos não visarem ao lucro e não possuírem um mercado consumidor competitivo os mesmos podem ser avaliados como uma entidade com fins lucrativos. Dessa forma recorreu-se a uma avaliação contábil utilizando a mensuração

econômica dos serviços, obtendo-se a receita econômica, e a partir daí apurou-se o resultado econômico como uma medida de desempenho. Este fornece um grau de controle da alocação dos recursos públicos bem como um indicador de performance contábil-gerencial. O programa trará benefícios à sociedade à medida que a receita resultante dos seus serviços supere os custos necessários ao seu desenvolvimento.

O Resultado Econômico é definido pela literatura contábil como um sinalizador do grau de eficiência da empresa ou entidade pública. O Sistema de Gestão Econômica- GECON tem contribuído com este conceito para a área gerencial, estando voltado ao processo planejamento, execução e controle das atividades da empresa. (CATELLI, 2010). A Mensuração do Resultado Econômico surge como um instrumento contábil-gerencial também na Administração Pública, visto que, o controle gerencial antes considerado como uma prática não muito comum neste setor hoje representa uma necessidade emergente na gestão dos recursos públicos. A utilização deste modelo possibilita a evidenciação de um indicador ou medida de desempenho econômico-financeira tanto para os usuários externos quanto para os usuários internos, servindo de base para o gestor avaliar sua performance e consolidar o caminho de continuidade de suas ações.

Uma das principais dificuldades para Mensuração é a obtenção de uma expressão monetária dos benefícios proporcionados pelos serviços públicos. Essa lacuna será superada aplicando-se o conceito de custo de oportunidade, ou seja, a melhor alternativa de mercado desprezada pelos beneficiários para consecução do mesmo serviço. Ressaltam Catelli e Santos (2004, p.15) que “segundo a gestão econômica, a aplicação do custo de oportunidade, expresso pelo valor da melhor alternativa rejeitada, constitui critério de determinação da receita – valor econômico criado – pelos serviços, projetos e entidades públicas”.

Assim, os serviços disponibilizados pelos programas públicos possuem valor econômico correspondente à melhor alternativa disponível no mercado para consecução do mesmo serviço. A partir da apuração do valor econômico no serviço público serão deduzidos os custos identificáveis aos serviços (desembolsáveis ou não) e apurado o resultado econômico.

Para medir o desempenho da organização deve haver uma comparação do produto da mesma com os produtos semelhantes encontrados no mercado e a eficiência será confirmada se o resultado econômico for positivo. (SLOMSKI, 1996). A Mensuração do Resultado Econômico irá expressar o valor agregado pelo programa evidenciando o padrão dos serviços prestados à sociedade a partir da consideração do custo de oportunidade. Através dela serão

destacados os benefícios ou perdas econômicas geradas no oferecimento dos serviços disponibilizados.

Esta proposta surge com a necessidade de avaliar o desempenho contábil-gerencial do Programa Escola Aberta (PEA), originado a partir de um acordo de cooperação entre Governo e UNESCO (Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura), que possui a finalidade de contribuir para melhoria da qualidade da educação, inclusão social, redução da violência. Para isso utilizou-se o mapeamento dos serviços oferecidos e empregou-se a perspectiva de Mensuração do Resultado Econômico como um indicador de desempenho na aplicação dos recursos públicos no intuito de investigar se o programa fornece benefícios econômicos à sociedade. A aplicação de recursos públicos implica atribuição de valor e legitimidade aos objetivos da ação buscando analisar quantitativa e qualitativamente as principais dificuldades na gestão dos recursos, assim surge o seguinte questionamento:

Qual o Resultado Econômico do Programa Escola Aberta nas escolas municipais de Olinda?

H0: O Programa Escola Aberta possui Resultado Econômico positivo

H1: O Programa Escola Aberta não possui Resultado Econômico positivo

1.2 OBJETIVOS

1.2.1 Objetivo Geral

Evidenciar o Resultado Econômico do Programa Escola Aberta nas escolas municipais de Olinda através da mensuração econômica dos serviços públicos prestados pelo programa à sociedade.

1.2.2 Objetivos Específicos

- Demonstrar o Modelo de Mensuração de Resultado Econômico conforme o GECON como um critério de avaliação de desempenho contábil-gerencial.
- Entender as atribuições do Programa Escola Aberta identificando o Capital Social envolvido nas ações do programa.
- Mensurar Economicamente os serviços disponibilizados pelo Programa Escola Aberta nas escolas municipais de Olinda.
- Investigar a contribuição individual de cada escola a partir da elaboração da Demonstração do Resultado Econômico.
- Analisar o Resultado Econômico do Programa Escola Aberta Consolidado em comparação aos seus processos bem como proporcionar um indicador de desempenho no desenvolvimento das atividades do programa.

1.3 JUSTIFICATIVA

Estudos anteriores revelam a relevância da avaliação de desempenho e crescimento organizacional. O estudo desenvolvido por Weinzimmer, Nystrom e Freeman (1998) ressalta a existência indicadores de desempenho como medidas dinâmicas ao longo do tempo para medir o crescimento organizacional. Dessa forma para avaliar o desempenho do PEA utilizou-se a Mensuração do Resultado Econômico, este método pode ser utilizado como forma de medir o desempenho da gestão pública.

Propôs Slomski (2001) um modelo de aplicação do resultado econômico em entidades públicas mensurando os serviços disponibilizados Secretaria Municipal de Saúde de um município do Estado de Santa Catarina, através do mesmo pôde-se evidenciar valor positivo agregado à sociedade. Reforça Millani Filho (2004), em seu estudo desenvolvido em Organizações de Terceiro Setor (OTS), que a aplicação da Mensuração do Resultado Econômico proporciona uma avaliação comparativa com os resultados financeiros, concluindo que os serviços disponibilizados por organizações filantrópicas analisadas apresentaram desempenhos econômicos inversos aos resultados financeiros, evidenciando que

a simples apresentação das demonstrações financeiras obrigatórias pode não oferecer elementos relevantes para o monitoramento dessas organizações que agregam valores superiores à sociedade.

Estudos anteriores também apontam a utilização do Resultado Econômico em programas sociais como um indicador de performance governamental, como o estudo desenvolvido por Barcelos, Sobral e Lustosa (2005) que revelam criação de valor nas ações do Programa Livro Aberto tomando por base a aplicação do modelo GECON apresentando o resultado econômico positivo no somatório das atividades desenvolvidas pelo programa. O estudo desenvolvido por Varela e Catelli (2003) também aplica a gestão econômica no Programa Saúde Auditiva dos Alunos Primários em um Município apurando o Resultado Econômico em duas atividades (tratamento preventivo e tratamento curativo) avaliando qual das duas opções deve ser escolhida a partir dos benefícios econômicos oferecidos.

Os serviços disponibilizados pelos programas sociais possuem representatividade tanto para o Governo atingir suas metas quanto pela relevância social, apesar de não proporcionarem lucros os mesmos representam benefícios para sociedade. Pesquisas também revelam relação positiva entre trabalhos voluntários e a sustentabilidade de programas, como o estudo desenvolvido por Ironmonger (2002) revelando que mensurar o trabalho voluntário é um instrumento útil para medir a contribuição que este oferece a sociedade, apresentando o cálculo do valor econômico do voluntariado no Sul da Austrália através de estimativas em termos de médias por horas semanais trabalhadas. Brown e College (1999) revelam que a forma padrão de converter os serviços voluntários em valor é multiplicando-se o tempo médio estimado e a remuneração por hora, sugerindo outras estratégias de avaliação como o preço de mercado. Para tanto foi utilizado o modelo GECON que incorpora o conceito de custo de oportunidade para mensuração do resultado econômico que segundo Pereira e Oliveira (2010, p.389) “corresponde ao valor de determinado recurso em seu melhor uso alternativo”, assim, houve a mensuração dos serviços do PEA obtida pela quantidade de serviços prestados e o seu valor no mercado.

Esta pesquisa justifica-se pela necessidade de avaliação de desempenho no desenvolvimento das atividades do Programa Escola Aberta, revelando com a Mensuração do Resultado Econômico dos serviços disponibilizados um indicador tanto para sociedade quanto para os gestores públicos, proporcionando uma medida gerencial de análise de performance. A partir do contexto foi feito o mapeamento dos serviços prestados pelo PEA na cidade de Olinda, o capital social envolvido com a participação de atores ressarcidos e colaboradores

totalmente voluntários, atividades desenvolvidas e buscando identificar o valor agregado pelos serviços públicos disponibilizados com o programa.

Ela oferece a continuação de uma investigação que teve como ponto de partida o Relatório de Auto-Avaliação do Programa Escola Aberta (2009) em que foi feita uma avaliação da efetividade do programa através do mapeamento do perfil do Capital Humano e Social dos seus atores no Estado de Pernambuco em uma amostra de nove regiões em que o programa está sendo efetivado e com a aplicação de 994 questionários. A partir desse enfoque evidenciou-se a necessidade de avaliar outras variáveis do programa, como o número de colaboradores totalmente voluntários, indicadores de desempenho dos serviços disponibilizados para um melhor acompanhamento e ajustes.

Também constatou-se a partir dos relatórios em 2008 emitidos pela Controladoria Geral da União - CGU sobre as atividades do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação - FNDE (Autarquia do Ministério da Educação que disponibiliza recursos para atender as escolas públicas de educação básica) diversas irregularidades no desenvolvimento do programa que comprometem o atingimento dos objetivos como: falhas na documentação comprobatória das despesas realizadas, pagamentos por materiais e serviços não recebidos, inconsistência dos dados e informações apresentadas, falta de formalização da prestação de contas.

Nesse contexto, num primeiro momento, buscou-se analisar através de uma pesquisa prévia a percepção dos atores do Programa Escola Aberta (de todas as regiões em que o programa é efetivado no estado de Pernambuco) sobre o desenvolvimento das atividades de gerenciamento do programa. Para tanto a metodologia utilizada teve como método de pesquisa o indutivo, através da pesquisa de campo por meio de aplicação 350 questionários na “Semana da Cidadania”, mini-cursos de capacitação para os atores do Programa Escola Aberta desenvolvido na Universidade Federal de Pernambuco (UFPE) no período de 02 a 04 de agosto de 2010 e promovido em uma parceria entre CGU, UFPE e o PEA. A partir desta avaliação evidenciou-se alguns pontos fortes e fracos das ações que ensejam a busca de um maior aprofundamento. Assim, dentre os resultados alcançados foi constatado:

- Dentre os respondentes encontravam-se coordenadores, diretores de escola, professores comunitários, supervisores, oficinairos ressarcidos, Presidentes de Unidade Executora Local (UEX).
- Dos 311 questionários válidos, uma parcela considerável, 29,3% dos respondentes sentem dificuldade na gestão dos recursos;

- Dos atores do programa que apresentam algum tipo de dificuldade 48,4% possui dificuldade em como aplicar os recursos, 38,5% sente dificuldade em como alocar os recursos de acordo com as atividades desenvolvidas e grande parte 48,4% sente dificuldade em como prestar contas da aplicação de tais recursos;
- Grande parte dos respondentes afirmou que o PEA em sua escola realiza satisfatoriamente suas atribuições, mas evidenciou-se que ainda existem dificuldades no desenvolvimento das atividades, 14,5% dos atores afirmaram que suas escolas não realizam junto a comunidade um planejamento das atividades nem da aplicação dos recursos, 19,6% não prestam contas aos mesmos da aplicação dos recursos e 17% afirmaram que não são disponibilizadas capacitações para uma correta administração dos recursos do programa;
- Também foi constatado que 57,9% dos atores do programa não consideram os recursos do PEA suficientes.

Como foi evidenciado na pesquisa prévia, apesar de 70,7% dos responsáveis pelas atividades do PEA considerarem as escolas aptas a administrar os recursos do programa uma parcela considerável ainda sente dificuldade na gestão dos recursos. Além disso, ainda existe a necessidade de promover uma maior gestão participativa com a comunidade na fase de planejamento e acima de tudo na prestação de contas dos recursos. Foi ratificado também que grande parte dos respondentes considera os recursos do programa insuficientes, sendo preciso entender se esta afirmação provém da dificuldade de gestão ou se os recursos realmente são escassos para manutenção das atividades.

Portanto diante das evidências julgou-se necessário avaliar as ações do programa, bem como identificar qualitativamente as dificuldades de gestão do mesmo. Apenas destinar recursos para projetos e programas não é suficiente, é necessário entender se o programa agrega valor econômico a sociedade, avaliar gerencialmente, promover capacitação dos profissionais, conhecer as dificuldades para que o programa tenha uma aplicação efetiva.

Muitas são as irregularidades apontadas nos relatórios governamentais, mas é preciso que os gestores públicos conheçam melhor as ações dos programas, proporcione capacitações para o desenvolvimento correto das atividades, visualizem as principais dificuldades e, acima de tudo, implementem mudanças para que os objetivos sejam alcançados, pois muitos são os benefícios sociais do mesmo à comunidade diminuindo a criminalidade entre os jovens e promovendo a cidadania e inclusão social.

CAPÍTULO 2. PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

2.1 TIPO DE PESQUISA

O tipo de pesquisa utilizado no estudo foi a Pesquisa de Campo, utilizando a coleta de dados e seus resultados para análise posterior. A pesquisa de campo consiste na coleta direta de informações nos locais onde ocorrem os fenômenos, isto é, a que se realiza fora do laboratório, no local onde ocorrem os eventos. (SILVA, 2003). Para tanto foi utilizada a aplicação questionários nas unidades escolares que desenvolvem o PEA na cidade de Olinda em Pernambuco para análise dos resultados posteriores e elaboração da Demonstração do Resultado Econômico.

2.2 MÉTODO DE PESQUISA

Para o desenvolvimento da pesquisa foi empregado o método indutivo, que conforme Lakatos e Marconi (2001, p. 106) “método cuja aproximação dos fenômenos caminha geralmente para planos cada vez mais abrangentes, indo das constatações mais particulares.”

Para tanto utilizou-se o estudo de caso, ou seja, um estudo mais concentrado e detalhado e 22 escolas municipais de Olinda que desenvolvem o Programa Escola Aberta.

2.3 DELIMITAÇÃO DA PESQUISA

Para delimitação da pesquisa seguiu-se alguns critérios, alguns destacados por Cohen e Franco (1993), na avaliação de projetos sociais como segue:

- O universo do presente estudo é composto pelas escolas municipais pertencentes a cidade de Olinda que desenvolvem o Programa Escola Aberta de julho de 2010 a junho de 2011.
- A unidade de análise, objeto de estudo, foi realizada apenas sobre as atividades do

Programa Escola Aberta, na medição não foram requeridos conhecimentos sobre unidades relacionadas como porte da escola, outros programas desenvolvidos pela escola.

- A partir do universo do programa foi selecionada a amostra não probabilística por conveniência em 26 escolas municipais de Olinda. A amostra foi escolhida devido ao fato do recurso ter sido disponibilizado em tempo homogêneo em quase todas as escolas. A amostra também foi selecionada devido a facilidade de acesso por meio dos supervisores e coordenadores do programa neste município.
- Da amostra de 26 escolas municipais foram coletados 22 questionários. Quatro escolas não disponibilizaram os dados.

2.4 COLETA DOS DADOS

Para coleta dados foi utilizada a observação direta intensiva através da aplicação de questionários do tipo semi-estruturado. Inicialmente houve uma análise quantitativa e qualitativa sobre a percepção dos atores do Programa Escola Aberta sobre o desenvolvimento das atividades do programa através da aplicação de 350 questionários na “Semana da Cidadania”, mini-cursos de capacitação para os atores do Programa Escola Aberta.

Posteriormente, foram aplicados 22 questionários nas escolas municipais de Olinda que desenvolvem o Programa Escola Aberta, sendo as questões direcionadas aos coordenadores do programa, proporcionando uma análise descritiva, quantitativa e qualitativa das atividades desenvolvidas nas escolas que implementaram o PEA. Foi utilizada, seqüencialmente, coleta de dados na Secretaria de Educação Municipal de Olinda sendo fornecidos dados sobre recursos repassados pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE) às escolas e sobre a prestação de contas destas ao governo. Houve apoio do Comitê Metropolitano em que são discutidas experiências e planejamento de estratégias de desenvolvimento do programa. Além da aplicação de questionários houve visitas nas escolas para um entendimento aprofundado das ações do PEA. Por fim, diante dos dados coletados, foram mensurados os serviços disponibilizados pelo programa, identificados os profissionais envolvidos, ressarcidos e totalmente voluntários e os custos identificáveis ao programa.

2.5 ANÁLISE DOS DADOS

A análise estatística dos dados foi realizada com auxílio do software estatístico SPSS - Statistical Package for Social Science - versão 16.0. O tratamento estatístico utilizado neste estudo se refere à análise descritiva dos dados e frequências das distribuições. Houve a análise dos dados através da estatística descritiva pelo cálculo da frequência das respostas assinaladas.

Para mensuração do Resultado Econômico como indicador de desempenho contábil-gerencial dos serviços disponibilizados pelo Programa Escola Aberta foi utilizada a Demonstração do Resultado Econômico adaptada dos modelos utilizados pelo GECON e Slomski (1996):

Quadro 1: Demonstração do Resultado Econômico

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ECONÔMICO
Receita Econômica dos Serviços Prestados (nº de beneficiários x Custo de Oportunidade)
(+) Outras Receitas
(=) Receita Econômica Total
(-) Custos e Despesas Diretos Identificáveis
Material de Consumo e Ressarcimento
(-) Custos e Despesas Indiretos Identificáveis
Custo da Estrutura Física (Aluguel, energia, água, manutenção)
Honorários dos profissionais
Honorários dos Supervisores
Passagens Coordenadores e Supervisores
(=) Resultado Econômico

Fonte: Pereira(2010) e Slomski (1996) adaptado.

Considerando-se:

- A Receita Econômica foi calculada pela multiplicação entre a quantidade de serviços disponibilizados, ou seja, o número de beneficiários e o seu custo de oportunidade, a

melhor alternativa que os mesmos poderiam adquirir serviços similares no mercado.

- Outras Receitas não evidenciadas que são provenientes de receitas auferidas com as atividades das oficinas do programa como a venda de produtos produzidos, doações, etc.
- Os Custos e Despesas Diretos Identificáveis como os recursos repassados pelo governo que possuem destinação específica, recursos de custeio (para compra de materiais de consumo e ressarcimento para ajuda de custo dos voluntários).
- Os Custos e Despesas Indiretos Identificáveis que são os Custos de Estrutura Física, visto que o programa é desenvolvido em parceria com as escolas nos finais de semana, dessa forma, foi calculado o custo diário cobrado pelas escolas no mercado para concessão do espaço para o desenvolvimento das atividades. Os honorários dos profissionais envolvidos, ou seja, o custo de oportunidade no mercado do valor cobrado pelos mesmos para consecução das atividades, bem como despesas com passagens.
- O Resultado Econômico apurado como indicador de desempenho contábil-gerencial.
- Para mensuração do Resultado Econômico foi considerado o período de 1 ano, devido os recursos serem destinados anualmente ao programa de julho de 2010 a junho de 2011.

CAPÍTULO 3. REVISÃO DA LITERATURA

3.1 POLÍTICAS PÚBLICAS E PROGRAMAS SOCIAIS EDUCACIONAIS

Os Programas de Governo advém de Políticas Públicas e Sociais desenvolvidas e financiadas no âmbito da Administração Pública. As Políticas Públicas podem ser entendidas como as ações do Estado, ou seja, é o Estado implantando um projeto de governo, através dos programas ou ações voltadas para setores específicos da sociedade. Elas constituem o estágio em que os governos democráticos traduzem seus propósitos em ações que proporcionarão resultados e mudanças para a sociedade. (HÖFLING, 2001; SOUZA, 2006).

Dentre as políticas públicas desenvolvidas pelo governo pode-se destacar as políticas sociais, estas sinalizam ações do Estado para proteção social, visando a diminuição das desigualdades estruturais produzidas pelo desenvolvimento socioeconômico. No que concerne as políticas sociais, estas estão voltadas a redistribuição de benefícios sociais em diversos setores, como saúde, educação, trabalho, assistência social, saneamento, habitação, dentre outros, sendo destacadas na presente pesquisa as políticas sociais educacionais. Nesse contexto a educação se constitui numa política pública social, não sendo uma atividade privativa, mas como uma forma de interferência do Estado visando à manutenção das relações sociais de determinada formação social. (HÖFLING, 2001).

O Estado capitalista moderno possui a responsabilidade de oferecer educação pública a todo cidadão, sem com isso impedir a oferta privada desses serviços. Esta forma de descentralização dos serviços e diminuição relativa da autonomia do Estado faz surgir um novo papel para o mesmo, o papel da democratização do ensino, assegurando um nível de formação indispensável para o exercício da cidadania. Conforme a Constituição Federal de 1988 em seu artigo 205 “A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho.”

A educação além de um serviço público é um direito social e dever do Estado sendo necessário manter as condições imprescindíveis para o seu exercício. Cabe destacar alguns programas desenvolvidos neste intuito como:

Programa Escola Aberta (PEA): Possui uma iniciativa que visa atuar na aproximação

da comunidade com a formação de jovens, possui o escopo de transformar a escola em agência socializadora de jovens no combate a exclusão social e violência, oferecendo atividades alternativas nos finais de semana, promovendo assim a cidadania.

Programa Conexões de Saberes: que promove parceria entre universidade e escolas recebendo colaboração de estudantes universitários, estes utilizam-se do seu conhecimento científico para atuarem na comunidade proporcionando uma avaliação de suas ações e das políticas públicas desenvolvidas em espaços populares.

Projeto Escola que Protege: Tem como estrutura o curso Formação de Educadores e traz subsídios para atuar no enfrentamento de violência contra crianças e adolescentes, abordando a temática da violência física e psicológica, abandono, negligência, exploração sexual, comercial e exploração do trabalho infantil.

Programa Pintando a Liberdade: atuando na profissionalização de pessoas que se encontram em cadeias públicas, unidades penais e comunidades carentes sob guarda do Estado. Dentre as atividades estão a confecção de materiais e equipamentos esportivos utilizados no Programa Escola aberta. Utilizando-se da mão-de-obra dos internos penitenciários proporciona-se uma profissionalização, bem como uma ressocialização.

3.1.1 Descentralização e Democratização de Políticas Educacionais: O Programa Dinheiro Direto na Escola – PDDE

Para entender as políticas educacionais no Brasil deve-se ter em mente que elas estão relacionadas a situação socioeconômica do país, ou seja, a distribuição de renda e riqueza é fator condicionante para permanência dos alunos na escola, dar suporte para esta permanência, investir em qualidade, implementar ações que aproximem mais escola e comunidade e criem oportunidades de cidadania se fazem necessárias.

É notável a presença de ações governamentais voltadas à democratização e suporte das políticas educacionais como o Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE), autarquia do Ministério da Educação, em que são direcionados recursos aos estados, Distrito Federal, municípios e organizações não-governamentais para o atendimento às escolas públicas de educação básica. No que tange as ações mais importantes implementadas pelo FNDE estão o Programa Nacional de Alimentação Escolar, O Programa Nacional do Livro

Didático, O Programa Dinheiro Direto na Escola e os programas de transporte escolar. Todos estes atuando para uma melhoria na qualidade da educação.

Nesse contexto destaca-se na presente pesquisa o Programa Dinheiro Direto na Escola (PDDE), que financia o Programa Escola Aberta, alvo do estudo. O PDDE foi fundado em 1995 e tem por objetivo suplementar financeiramente às escolas públicas de educação básica das redes estaduais, municipais e do Distrito Federal e às escolas Privadas, registradas no Conselho Nacional de Assistência Social (CNSA) de educação especial e similares que prestem atendimento direto e gratuito ao público. Os recursos do PDDE envolvem o desenvolvimento de ações que visam prover melhoras na infra-estrutura física e pedagógica das escolas, proporcionando suporte para elevação dos índices de desempenho da educação básica. (FNDE, 2010).

A regulamentação do Programa Dinheiro Direto na Escola (PDDE) está disposta na resolução nº 3 de 1 de abril de 2010 que dispõe sobre a adesão, habilitação, formas de execução e prestação de contas referentes ao PDDE. Seus recursos, conforme o artigo 2º da mesma resolução, são destinados para aquisição de materiais permanentes, manutenção, conservação e pequenos reparos da unidade escolar, aquisição de material de consumo, avaliação de aprendizagem, implementação de projeto pedagógico e no desenvolvimento de atividades educacionais. São também disponibilizados para abertura da escola nos finais de semana (PEA), objeto do presente estudo, promovendo uma interação social entre escola e comunidade e proporcionando atividades educacionais e lazer. Também atua no funcionamento da educação integral (Programa Mais Educação), recursos para reforma, ampliação, construção de cobertura de quadras e áreas destinadas ao esporte e lazer.

Os recursos do PDDE são direcionados tanto para escolas urbanas públicas de educação básica quanto para as escolas rurais públicas de educação fundamental e escolas privadas de educação especial. Também tem em vista o benefício de gestão da escola com o Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE) em escolas públicas tanto estaduais quanto municipais que não tiveram desempenho satisfatório do Ideb (Índice de Desenvolvimento da Educação).

Nesse contexto de descentralização e democratização das políticas educacionais evidencia-se o PDDE como uma forma de alavancagem dos programas destinados ao desenvolvimento da educação.

3.1.2 Avaliação de Políticas Públicas e Sociais

O interesse pelo tema tomou impulso com a modernização da Administração Pública. A política nacional foi repensada a partir dos anos 80 e 90 através de fatores econômicos políticos e demográficos que são responsáveis pela consolidação de novas políticas sociais. As políticas públicas, com traços da política neoliberal, adotaram uma forma descentralizada na administração pública proporcionando a oferta de serviços relativos a saúde, educação, assistência, bem como o aumento dos serviços para a população de baixa renda.

Assim, diferentemente do que ocorreu nos anos 80, época marcada pelo desperdício no uso dos recursos públicos, a década de 90 é marcada por uma crescente preocupação com questões relativas a eficiência, efetividade e equidade dos gastos públicos, posição esta mais coerente com as tendências mais recentes de reformas no campo social. O gasto social superou diversas fases, desde uma contração nos gastos públicos e concentração na esfera federal até o período de 1984, passando por um período favorável de redemocratização com a Nova República de 1985 a 1989 em que foram ampliados os gastos sociais e adotada a forma descentralizada de governo com a promulgação da Constituição Federal de 1988, mas com uma nova contração de gastos sociais no governo Collor a partir dos anos 90. Somente a partir de 1994 com a implementação do Plano Real que o país consegue experimentar uma nova estabilidade e os gastos sociais voltam a ser favorecidos. (OLIVEIRA, 1998)

Nesse contexto de altos e baixos no financiamento e desenvolvimento de políticas públicas e sociais entende-se que o gasto governamental, neste segmento, por colher vários insucessos em face do desperdício que caracterizou sua expansão descontrolada em períodos anteriores, carrega dificuldades em sua manutenção revelando uma maior necessidade de controle. A avaliação pode subsidiar na melhoria da eficiência na aplicação dos recursos públicos e na qualidade da gestão atuando no planejamento, implementação, ajustes bem como nas decisões sobre manutenção ou interrupção das atividades. Antes de conhecer alguns critérios de avaliação de programas sociais, necessita-se entender o significado do termo.

Avaliação é uma espécie de elaboração, negociação e aplicação de critérios explícitos de análise, em um exercício metodológico cuidadoso e preciso, com vistas a conhecer, medir, determinar ou julgar o contexto, mérito, valor ou estado de um determinado objeto a fim de estimular o desenvolvimento de pessoas e organizações. (SILVA E BRANDÃO, 2006).

Na evolução teórica do processo de avaliação observam-se três estágios: o primeiro,

caracterizado pela busca do rigor científico, utilizando técnicas quantitativas, situa-se na década de 1960; o segundo, marcado pela ênfase no uso e no pragmatismo, utilizando técnicas qualitativas *versus* quantitativas, com pluralismo de métodos, surge na década de 1970; o terceiro, que tem lugar na década de 1990, realiza uma integração de técnicas, consolidando práticas e métodos dos dois estágios anteriores, com base na crença de que não há prática ideal, mas que tudo depende das circunstâncias, contexto e propósitos. (PEREZ, 2001).

Ressalta Pereira (2010, p.198) que “o termo ‘avaliação’ refere-se ao ato ou efeito de se atribuir valor, sendo que ‘valor’ pode ser entendido num sentido qualitativo (mérito, importância) ou num sentido quantitativo (mensuração)”. Diante de qualquer forma de avaliação está embutido necessariamente um julgamento, ou seja, é uma atribuição de valor com caráter favorável ou desfavorável a uma política ou programa particular. Dessa forma cumpre destacar a necessidade do uso adequado dos instrumentos avaliativos para segregação de opiniões pessoais e resultados alcançados.

Qualquer que seja a modalidade de avaliação a análise precisa proporcionar resultados qualitativos e quantitativos não existindo a possibilidade de análise apenas instrumental ou técnica. Percebe-se, pois, que a avaliação envolve um conhecimento profundo além do prático, isto é, a análise num exame institucional e no contexto das características constitutivas dos programas.

Além disso, a avaliação antes de tudo deve proporcionar um aprendizado e desenvolvimento dos envolvidos ampliando o nível de consciência social, transcendendo a fiscalização e controle e alcançando uma reflexão dos sujeitos e agentes sociais. Conforme Vasconcelos (2007, p.35) “É preciso também introduzir um ‘novo’ paradigma de avaliação – denominada emancipatória e fundamentada a partir de três pilares: democracia, consciência e coletividade – que busque um aprendizado social.”

Como apontam Chianca, Marino e Schiesari (2001, p. 26):

A aprendizagem do adulto no contexto organizacional ou em outros sistemas sociais só é possível através de um processo contínuo de ação e reflexão. A reflexão ocupa um papel fundamental: provocar mudanças nas ações dos indivíduos. Este é especificamente o papel da avaliação: construir momentos reflexivos que permitam aos indivíduos a análise da realidade e dos fatos, para daí direcionarem suas ações, aprendendo pela experiência.

Entende-se, pois, que a avaliação proporciona diversos resultados e a mudança deve estar embutida no contexto. Assim, além de proporcionar um julgamento poderá impactar na

capacidade de reflexão e deliberação dos agentes envolvidos no processo, melhorando projetos vigentes e reformulando projetos futuros. Uma análise pode identificar também por que o programa não está sendo desenvolvido corretamente, melhorar a comunicação entre os agentes.

Num contexto de avaliação para gestão, a mesma é considerada como um processo que tenta determinar de forma sistemática e objetiva a pertinência, eficácia, eficiência e impacto das atividades em função de determinados objetivos. É um processo de aprendizagem e ferramenta de gestão orientada para a ação organizacional para melhorar tanto as atividades atuais quanto as futuras de programação, planejamento e tomada de decisão. (UNICEF, 1990). Menciona Cohen e Franco (1993, p.77), que a avaliação é entendida como “uma atividade que tem por objetivo maximizar a eficácia dos programas na obtenção de seus limites e a eficiência na alocação de recursos para a consecução dos mesmos”.

Considera-se a avaliação, portanto, como um julgamento valorativo, não sendo um ato neutro, nem exterior às relações de poder, integrando o contexto e possuindo natureza interdisciplinar. Essa discussão compreende avaliação enquanto prática social. (SPINK, 2000).

De acordo com a definição de SILVA (2001, p. 49) avaliação é:

Pesquisa social aplicada, sistemática, planejada e dirigida; destinada a identificar, obter e proporcionar de maneira válida e confiável dados e informações suficientes e relevantes para apoiar um juízo sobre o mérito e o valor dos diferentes componentes do programa (tanto na fase de diagnóstico, programação ou execução).

Dessa forma o sentido de avaliação pauta-se na crença de mecanismo de controle de recurso como objeto de estudo. A avaliação implica no julgamento, apreciação e valoração, mas seu significado é muito mais amplo que medição e não se esgota nele, descrevendo-se os fenômenos, interpretando-os e proporcionando informação para que possam ocorrer transformações.

3.1.3 Critérios de Avaliação de Programas

A avaliação de programas da área social deriva tanto do objetivo a ser avaliado como

dos critérios empregados para sua consecução, dentre os quais podem ser destacados o estágio de desenvolvimento do programa, a natureza do agente que processa a avaliação, a escala dos projetos, a alçada decisória a que se destina. (CHIECHELSKI, 2005). Muitos são os critérios de Avaliação, como a avaliação possui o objetivo de mensurar o desempenho é necessário definir medidas ou padrões para o alcance do resultado. Os mesmos podem ser utilizados dependendo da finalidade da avaliação. De acordo com o manual da UNICEF (1990), Costa e Castanhar (2003) e Arretche (1998) destaca-se os critérios mais comuns utilizados:

Eficiência: Eficiência e produtividade são termos semelhantes visto que relacionam recursos e resultados. A eficiência é a minimização da relação entre custo e benefícios para alcance das metas previamente estabelecidas.

Eficácia: Mede o grau de em que o programa atinge seus objetivos, isto é, relação entre as ferramentas disponíveis em um programa e seus resultados efetivos. Esta avaliação pode ser feita comparando-se metas propostas e metas alcançadas ou entre instrumentos previstos para sua implementação e aqueles efetivamente empregados.

Impacto (ou Efetividade): Visa analisar a relação entre o desenvolvimento de programas e seus impactos ou resultados, ou seja, analisar o sucesso ou fracasso do programa em termos técnicos, econômicos, sociais, culturais, ambientais, etc.

Sustentabilidade: Avalia a capacidade de continuidade dos efeitos benéficos do programa após o encerramento do seu prazo ou após seu término.

Satisfação do Beneficiário: Avaliação qualitativa que mede a percepção do usuário (beneficiário) do programa quanto a qualidade do atendimento, serviços ou produtos que são obtidos no programa.

Equidade: Avalia o nível em que os beneficiários de um programa estão sendo distribuídos de forma compatível com as necessidades dos mesmos.

Ainda pode-se encontrar na literatura algumas tendências sobre o assunto, critérios que visam separar aspectos distintos quanto aos objetivos e abordagens. Destaca-se ainda como métodos de avaliação segundo Cohen e Franco (1993), Costa e Castanhar (2003), Cunha (2006) e UNICEF (1990):

Quanto aos Agentes que Realizam a Avaliação

Avaliação Externa: Realizada por agentes que não participam do programa, normalmente

possuem experiência neste tipo de atividade. Dentre as vantagens neste método de avaliação pode-se citar a imparcialidade dos avaliadores que não estão envolvidos com o desenvolvimento do programa. Por outro lado, como ponto fraco pode-se destacar a dificuldade no acesso aos dados e que não existe uma metodologia aplicada a vários casos.

Avaliação Interna: Realizada dentro da organização gestora do projeto. Como vantagem destaca-se a eliminação de empecilhos encontrados na avaliação externa, como oposição dos avaliados que encontram-se em posição defensiva. Como desvantagem a essa forma de avaliação alega-se menores garantias de objetividade visto que a organização agente seria ao mesmo tempo avaliadora e principal interessada.

Avaliação Mista: Combinação dos dois tipos de avaliação citadas anteriormente com intuito de superar as dificuldades ao mesmo tempo em que são preservadas as vantagens de ambos os métodos.

Avaliação Participativa: Avaliação que busca minimizar a distância que existe entre avaliador e beneficiários, muito utilizada em pequenos projetos com participação dos beneficiários das ações no planejamento, programação, execução e avaliação dos mesmos.

Quanto ao Foco de Avaliação

As avaliações de programas podem estar centradas em dois objetivos: em questões organizacionais ou de gestão e sobre os efeitos nos beneficiários em que é medido o impacto do programa. Existindo uma distinção entre avaliação Formativa e a avaliação Sumativa. (UNICEF, 1990).

Avaliação Formativa: Envolve a coleta de informações para auxiliar a tomada de decisões durante a fase de planejamento ou execução de um programa, envolve geralmente os responsáveis diretos do programa como também pode envolver avaliadores externos que trazem novas abordagens e perspectivas, a avaliação formativa é comumente chamada de pesquisa diagnóstica.

Avaliação Sumativa: Normalmente é realizada quando o programa está terminando ou após sua conclusão para “resumir” as avaliações de impacto e as lições aprendidas. São úteis para o planejamento de atividades de acompanhamento ou relacionados com programas futuros.

Quanto ao Momento de sua Realização

Avaliação ex-ant: Avaliação prévia que tem por intuito proporcionar uma análise de decisão qualitativa, isto é, decisão sobre se o programa deve ou não ser implementado.

Avaliação ex-post: Avaliação realizada após a implementação do programa, tanto em fase de execução quanto ao término. No primeiro caso julga-se pela sua continuidade ou não e são tomadas decisões sobre manutenção das formulações originais ou modificação dos processos. No segundo caso, de conclusão do programa, julga-se a adequação de novas implementações, se existe pertinência em seguir com as formulações originais do programa ou se deve reprogramá-las.

Quanto as Metodologias Usuais de Avaliação

Avaliação de Processos: Busca determinar se os componentes de um projeto contribuem ou são incompatíveis com os propósitos esperados. Trata-se de uma avaliação periódica feita durante o desenvolvimento do projeto que procura detectar dificuldades que ocorrem na programação, administração, controle, etc., para que possam ser corrigidos oportunamente. Possui o propósito de medir a cobertura do programa social, estabelecer o grau em que está alcançando a população beneficiária e, principalmente, acompanhar seus processos internos. Dessa forma, o uso correto das informações produzidas durante o desenvolvimento do programa permite introduzir mudanças no seu conteúdo durante a sua execução. Esse tipo de avaliação é também conhecida como avaliação formativa.

Avaliação de Impacto ou Resultados: Neste tipo de avaliação são identificados os efeitos produzidos sobre uma população-alvo ou beneficiários de um programa social. Procura determinar em que medida o programa alcança seus objetivos e quais seus efeitos. Esta avaliação é feita após o encerramento do programa ou de etapas do mesmo.

No contexto da presente proposta consideraram-se alguns critérios envolvidos para o alcance dos objetivos. O critério da eficiência, visto que se analisou a relação entre custos e resultados envolvidos nos processos realizando-se uma avaliação contábil-gerencial de desempenho. Foi uma avaliação externa, os avaliadores não participam das atividades do programa em questão. Também pode ser considerada uma avaliação formativa porque além de prestar contas a sociedade da utilização dos recursos públicos possui o intuito de fornecer suporte gerencial aos gestores do programa. Foi uma avaliação ex-post, o programa já foi implementado, bem como forneceu uma avaliação qualitativa dos processos promovendo a percepção das principais dificuldades de gestão dos recursos.

A atividade de avaliação não é uma atividade absoluta, mas sim uma das etapas do processo de planejamento das políticas públicas e programas governamentais. Existem diversos tipos de critérios e modelos para avaliação de programas sociais, mas os que também

ganham destaque conforme Chiechelski (2005, p.2) são os “relacionados ao acompanhamento do gasto social”. Neste sentido, uma boa gestão do programa se faz necessária e a avaliação de desempenho, desenvolvimento de indicadores da atuação governamental surgem como medidas de controle da aplicação dos recursos públicos.

3.2 AVALIAÇÃO DE DESEMPENHO NA GESTÃO PÚBLICA

No Brasil cresce cada vez mais a consciência sobre a necessidade de avaliação gerencial da atuação governamental nas funções de planejamento e gestão, pois é emergente a busca de critérios adequados para distribuição dos recursos, de auto-conhecimento do governo de suas práticas e resultados e de evidenciação para sociedade como um todo, pois esta como proprietária dos recursos arrecadados não possui as ferramentas de avaliação necessárias.

Controlar, no sentido de acompanhar indicadores de performance das atividades organizacionais e implementar correções eventualmente necessárias é função relevante para os gestores, dessa forma, oferecer elementos que possam traduzir a performance e o desempenho da Organização a partir das decisões tomadas pelos mesmos é missão da Contabilidade Gerencial. (RIBEIRO FILHO, 1997). A Contabilidade Gerencial fornece informações para os gerentes, aqueles que estão do lado de dentro da organização e estão dirigindo e controlando suas operações. (GARRISON, 1998).

O processo de gestão requer avaliação de desempenho em suas diversas fases como planejamento, execução e controle, passando essa medida a ser um meio para se tomarem decisões adequadas. No setor público pode ser entendida como uma forma de quantificar a qualidade do gasto público, ou seja, o benefício gerado para sociedade considerando o investimento público como uma fonte de retorno. No que tange a avaliação de projetos e programas, sua viabilidade pode ser analisada sob alguns enfoques como o social (percepção da comunidade), o governamental (avaliação das metas) da mesma forma pode ser analisado sob a ótica empresarial (gerencial). (SANTOS, 2002). Foi no contexto gerencial que o presente estudo se desenvolveu, na avaliação de desempenho de programas sociais.

Ressalta Pereira (2010, p.197) que “a expressão avaliação de desempenho pode assumir diversos significados, dependendo do sentido conferido ao termo avaliação e do contexto relativo ao desempenho, objeto dessa avaliação”. A aplicação de medidas de

avaliação, por se tratar de medidas indiretas, necessita ser quantificada dependendo do objetivo da avaliação, dessa forma faz-se necessário a utilização de indicadores. Enfatiza Harbour (1997) *apud* Miranda *et al.* (1999, p.3) que “indicador de performance é uma medida de performance comparativa usada para responder a questão *Como nós estamos indo?* para um aspecto específico”. Através dos indicadores de performance pode-se detectar situações, verificar as tendências dos acontecimentos e dar subsídios para que a administração da companhia enfatize os esforços corretivos nas direções necessárias. (PADOVEZE, 1997).

Existe uma variedade de indicadores de desempenho disponíveis aos gestores para medir o crescimento organizacional como as baseadas nas taxas de retorno sobre o investimento (ROI), fluxo de caixa, taxas de crescimento, sendo estas medidas dinâmicas ao longo do tempo, pois criam oportunidade de utilização de várias fórmulas diferentes. (WEINZIMMER, NYSTROM E FREEMAN, 1998). Os indicadores de medição de desempenho mais utilizados pelas empresas brasileiras ainda são os indicadores financeiros, no entanto os indicadores não financeiros já estão sendo bastante utilizados pelas empresas, tais medidas são capazes de fornecer informações estratégicas para empresa, fazendo com que os administradores não se guiem apenas por aspectos financeiros. (MIRANDA *et. al.* 1999).

Cabe ressaltar a diferenciação entre indicadores financeiros e não-financeiros. Indicadores de performance financeira sugerem se a estratégia da empresa, sua implementação e execução estão seguindo suas metas, as metas financeiras tem haver com rentabilidade, crescimento e valor para o acionista. Os indicadores financeiros são constituídos a partir de conceitos que envolvem elementos patrimoniais do ativo, passivo e de resultado revelando a posição atual da empresa, exemplificando, os indicadores relacionados ao faturamento, rentabilidade, liquidez, atividades, entre outros. Já os indicadores não-financeiros estão relacionados ao ambiente externo, concorrentes, qualidade de produto, clientes, funcionários. Os indicadores financeiros fornecem uma imensurável contribuição para o gerenciamento dos negócios, mas os mesmos não são medidas absolutas, novas medidas podem ser implementadas para acompanhar sua atuação. (KAPLAN e NORTON,1992; PADOVEZE, 1997). Apesar da relevância dos indicadores financeiros como ferramenta gerencial existe a necessidade de implementação de medidas de desempenho sob ótica de processos internos, clientes, funcionários entre outros meios para obtenção da eficiência organizacional. (KAPLAN e NORTON, 1996). Assim, diante dos mais variados indicadores de desempenho existentes, os de natureza econômica também são uma alternativa tanto na avaliação de negócios privados como na gestão de recursos públicos.

Nesse sentido menciona Pereira (2010, p.205) que o desempenho pode ser considerado em diversas dimensões como a de qualidade, tempo como também a dimensão da natureza das atividades que se divide em desempenho operacional, financeiro e econômico. O autor assinala:

O desempenho operacional é caracterizado por uma atividade ou conjunto de atividades diretamente relacionadas ao processamento de recursos para a geração de produtos e serviços. [...] O desempenho financeiro refere-se aos prazos de pagamento e recebimento dos valores envolvidos nas atividades, bem como à captação e aplicação de recursos financeiros necessários. [...] O desempenho econômico é caracterizado pelo aspecto econômico envolvido no desempenho operacional, próprio de toda atividade produtiva, e revela-se por seus resultados econômicos. Toda atividade operacional consome recursos que, por serem escassos, têm valor econômico, gerando custos. Em contrapartida, a produção de bens e serviços deve gerar um valor superior aos custos incorridos, demonstrando um resultado econômico positivo, capaz de repor os recursos consumidos no processo produtivo.

A utilização da avaliação de desempenho econômico, objeto da presente pesquisa, passa a ser entendida como uma ferramenta ou indicador para tomada de decisão servindo tanto no controle por parte dos gestores quanto proporcionando uma prestação de contas para sociedade dos seus resultados. Conforme Catelli e Santos (2004, p.425) “o estímulo à avaliação da gestão pública vem requerendo cada vez mais a mensuração dos objetivos, metas e resultados alcançados”. Os serviços disponibilizados pelos programas sociais têm um valor econômico e são fontes de receitas, devendo-se mensurá-los economicamente.

Além de uma avaliação econômica de desempenho, indicadores financeiros de rentabilidade são complementares ao processo de avaliação. As empresas vêm sofrendo um processo de transformação na maneira de avaliar seu desempenho ampliando, assim, seu alcance. Elas partem de um enfoque convencional de busca de lucro e rentabilidade e agregam uma postura voltada a análise da riqueza dos proprietários dos recursos. No setor público estas medidas podem ser utilizadas seguindo a concepção de que os serviços públicos devem agregar valor à sociedade, esta como proprietária dos recursos arrecadados.

O objetivo das empresas é de criar valor aos seus acionistas ou proprietários promovendo um aporte de riqueza. O valor criado é uma medida que permite uma visão de longo prazo, vinculada a continuidade do empreendimento, indicando poder de ganho e viabilidade do negócio. A sustentação de uma empresa se dará se ela for capaz de criar valor para seus proprietários através da concepção inteligente de um negócio. (ASSAF NETO, 2009).

Dentre os indicadores de retorno para empresa pode-se destacar o Retorno sobre Investimento (ROI). Segundo Padoveze (1997, p. 174) “é o modelo mais utilizado. Relaciona os investimentos efetuados na divisão com o lucro anual obtido por esta mesma divisão.” Assim:

$$\text{ROI} = \frac{\text{Lucro operacional}}{\text{Ativo total} - \text{Passivo de funcionamento}}$$

Na avaliação de desempenho de investimentos líquidos deve-se deduzir do ativo total (mais especificamente, do circulante) os passivos considerados como não onerosos, ou seja, os que não geram encargos financeiros como fornecedores, impostos a recolher, salários a pagar, provisões diversas, etc. Não é correto comparar tais valores com os encargos financeiros, o que produzirá uma irreal e indevida redução do custo dos recursos tomados emprestados de terceiros. Dessa forma ao se calcular o custo real das dívidas não haverá uma distorção pela utilização de tais valores. A expressão do ROI indica a rentabilidade do investimento efetuado pela empresa mediante capitais próprios ou captados junto a terceiros. (ASSAF NETO, 2009).

Portanto, abordou-se o contexto econômico de desempenho considerando não só os custos incorridos pela gestão pública, como também o retorno de tal investimento. Dessa forma utilizou-se o conceito de mensuração do resultado econômico como um indicador e forma de medir o desempenho econômico organizacional da gestão pública.

3.3 MENSURAÇÃO DO RESULTADO ECONÔMICO

3.3.1 Mensuração e Mensuração Econômica dos Serviços Públicos

Mensuração pode ser entendida no sentido de medição, atribuição de valores numéricos a bens, objetos, processos e serviços. Seu conceito é evidenciado por Nakagawa (1995, p.79):

A mensuração em Contabilidade, tradicionalmente, tem significado a atribuição de valores numéricos a objetos ou eventos relacionados com uma

empresa e obtidos de tal maneira que possam ser agregados ou desagregados, de acordo com a necessidade de situações específicas.

Aponta Guerreiro (1989) *apud*. Pereira (2010, p.198) que “mensurações são necessárias não somente para expressar objetivos e clarificar alvos a respeito dos quais as decisões devem ser tomadas, mas elas são também necessárias para controlar e avaliar os resultados das atividades envolvidas no processo de atingir os alvos”.

Algumas etapas devem ser levadas em consideração ao se tratar de modelos de mensuração, tais como:

- **Tipo de decisão a ser tomada:** O tipo de decisão a ser tomada é que vai definir a informação a ser fornecida. Os critérios de mensuração variados podem oferecer alternativas diferentes de decisão aos usuários.
- **Sistema Relacional Empírico:** Identificando-se as propriedades empíricas dos objetos e eventos que serão mensurados para efeito de comparação com objetos da mesma natureza.
- **Característica de interesse da medição:** A mesma será ditada pelo modelo decisório dos usuários, identificando-se com a decisão que irá subsidiar.
- **Unidade de Mensuração:** A mensuração pode ser feita em moeda, nacional ou estrangeira, quilos, metros, etc.
- **Base Conceitual:** Uma vez realizada na Contabilidade a mensuração baseada em valores monetários deve-se evidenciar a base conceitual como: valor histórico, valor de mercado, valor descontado de fluxo de caixa futuro, etc.
- **Sistema de Mensuração evidenciado à luz do *purpose view* (informação adequada) e do *factual view* (confiabilidade, validade, tipo de escala e significado numérico):** A mensuração deve fornecer a informação correta e confiável em tempo hábil, aplicando-se o modelo que mais se encaixar para cada tipo de entidade. (GUERREIRO, 1989 *apud*. LOZECKY, 2004)

Conforme a conjuntura econômica vivenciada nos últimos tempos surge a necessidade das organizações aprimorarem seu processo de gestão adotando diferentes medidas de desempenho como a Mensuração Econômica. Para isso, cada vez mais os gestores buscam a otimização dos resultados no alcance de suas metas recorrendo a novas tecnologias para um melhor suporte informacional. A informação passa a ser a base da gestão dentro da

organização, devendo atender as necessidades dos gestores. Argumentam Beuren e Martins (2001, p.8) que:

Para haver um gerenciamento eficiente e eficaz das informações na organização, faz-se necessário estabelecer procedimentos de maneira estruturada, que forneça aos gestores condições de desempenho, conforme o processo de gestão definido pela instituição. O mecanismo encontrado para fornecer este suporte gerencial é o sistema de informação.

Menciona Fernandes (2004, p.4) que o sistema de informações gerenciais pode ser entendido como uma “rede de informações direcionadas aos tomadores de decisão da empresa como um todo”. Assinala Stair (1998, p.38), que “um sistema de informações gerenciais (SIG) é um agrupamento organizado de pessoas, procedimentos, banco de dados e dispositivos usados para oferecer informações de rotina aos administradores e tomadores de decisões.” Dessa forma, a mensuração econômica pode ser entendida como o suporte informacional no processo de gestão que faz parte do Sistema de Informações Gerenciais que auxiliam no processo decisório.

A mensuração econômica, como um critério contemporâneo na gestão de empresas, passa a ser utilizada e adequada às condições das entidades públicas para prática gerencial, pois o valor de um programa é diferente do valor do custo necessário ao seu oferecimento. A mensuração da receita com os serviços disponibilizados gratuitamente e valor agregado pela gestão pública à sociedade é uma importante ferramenta que promove a transparência e eleva o grau de *accountability*, proporcionando informações que podem evidenciar a eficiência econômica. Do mesmo modo, a avaliação de desempenho de programas de governo pode abranger não apenas índices físicos e financeiros, como também a eficiência na aplicação dos gastos públicos.

3.3.2 Mensuração do Resultado Econômico pelo Modelo de Gestão Econômica (GECON)

Para avaliação de desempenho baseada no Resultado Econômico tomamos por parâmetro a conceituação utilizada no modelo de Gestão Econômica (GECON). Como em nosso país cresce cada vez mais a necessidade de avaliação gerencial da atuação

governamental o modelo GECON foi utilizado neste intuito, proporcionando uma avaliação da geração de riqueza.

Conforme menciona Catelli, Pereira e Vasconcelos (2010, p.150) o resultado econômico caracteriza-se como “o melhor indicador do grau de eficácia da empresa”. Para os autores todas as atividades realizadas na empresa que geram produtos e serviços e consomem recursos impactam no seu resultado econômico.

Assinalam Bonacim et al. (2007) que:

O modelo de gestão do GECON preconiza que a eficácia da empresa é obtida com a obtenção da eficácia em cada transação realizada. Desta forma, o modelo requer a apuração do resultado econômico no menor nível possível, no caso a transação. Então, a partir de conceitos da teoria econômica, os pesquisadores do GECON têm procurado apurar e atribuir o resultado econômico a transações, atividades e áreas internas da entidade, favorecendo o processo de gestão voltado para a eficácia do negócio, que é refletida nesses resultados.

Para aferição de um resultado econômico favorável, a produção de bens e serviços deve gerar um benefício superior aos custos incorridos no processo. Dessa forma a avaliação do Resultado Econômico irá evidenciar um indicador de desempenho da organização, revelando se ela é capaz de repor os recursos consumidos no seu processo produtivo e quão bem está aplicando tais recursos.

Pelo modelo GECON, nem todas as receitas e custos incorridos numa atividade são diretamente associáveis ao produto por ela gerados (como exemplo os custos fixos, despesas financeiras, etc.), daí a necessidade de distinção entre avaliação por resultados e avaliação de desempenho. A avaliação por resultados é fruto das contribuições dos produtos ou serviços gerados pelas atividades principais da empresa, e é expressa pela margem de contribuição. Já a avaliação de desempenho é analisada a partir dos resultados gerados pelas atividades. (PEREIRA, 2010). Como segue:

Quadro 2: Avaliação de Desempenho e Avaliação de Resultados na Gestão Econômica

Receita com produtos ou Serviços
(-) Custos Variáveis
(=) Margem de Contribuição (Avaliação de Resultados)
(-) Custos Fixos
(=) Resultado Operacional
(+/-) Resultado Financeiro
(=) Resultado Econômico (Avaliação de Desempenho)

Fonte: Pereira (2010)

O presente estudo centrou-se na avaliação de desempenho proporcionada pelas políticas públicas, mais especificamente pelos programas sociais. A eficiência dos serviços prestados pelos programas será revelada pela Mensuração do Resultado Econômico, quantificando-se o valor dos serviços prestados no desempenho das atividades e o custo necessário ao seu oferecimento. A utilização deste indicador de desempenho propicia uma melhor forma de aferir o valor gerado pelos serviços públicos prestados à sociedade.

Para obtenção de tais resultados foram levados em consideração alguns pressupostos como: o cidadão é contribuinte das fontes de recursos que mantém a entidade pública, a entidade pública tem como missão a prestação de serviços para o desenvolvimento da sociedade, e caso não existisse o serviço público o cidadão buscaria o mercado a vista para a contratação de serviços.

A limitação encontrada para obtenção do resultado econômico na avaliação de programas governamentais reside no fato da não ocorrência de receitas reais, os programas não possuem como objetivo principal o lucro, os serviços oferecidos não são vendidos aos beneficiários, os recursos repassados são destinados ao desenvolvimento das atividades propostas para o programa, portanto não existe uma receita real significativa auferida com a venda de produtos ou serviços. No entanto, a eficiência econômica pode ser utilizada como um parâmetro na avaliação de desempenho com a introdução de novos critérios. Esta limitação pode ser sanada aplicando-se o conceito de Custo de Oportunidade (definido no tópico 3.3.2.2), proporcionando assim uma expressão monetária (mensuração) do benefício proporcionado pela atuação pública e calculando-se o valor do resultado econômico do programa.

Os serviços disponibilizados pelos programas de governo a cada beneficiário com a colaboração de profissionais ressarcidos e colaboradores totalmente voluntários são fonte de receita econômica, bem como atividades desenvolvidas dentro das oficinas. Dessa forma essa receita não evidenciada necessita ser mensurada, utilizando-se uma comparação com os mesmos serviços oferecidos por empresas privadas no mercado. O valor do programa é diferente dos custos necessários ao seu oferecimento, e esse valor deve ser diferenciado. Apenas fornecer uma prestação de contas dos recursos utilizados não proporciona uma visualização se estes recursos estão sendo bem aplicados.

A partir da adoção do conceito de resultado econômico em atividades públicas, o mesmo possibilita que os gestores públicos verifiquem se há valor adicionado ou um “plus” entre a receita econômica auferida através dos serviços prestados à sociedade e os recursos financeiros e patrimoniais consumidos para seu desenvolvimento e a partir daí sejam tomadas decisões importantes para sociedade. (SLOMSKI, 1996).

O Resultado Econômico proporciona a visualização do valor adicionado gerado pelo serviço público. As entidades públicas existem para minimizar custos aos cidadãos e fornecer serviços que caso não fossem disponibilizados seriam pagos. Portanto este indicador poderá proporcionar aos gestores suporte para tomar decisões sobre a continuidade e manutenção da prestação dos serviços, avaliação de suficiência dos recursos disponibilizados, sustentabilidade do programa.

Um órgão governamental não existe para dar lucros, mas para trazer benefícios ao cidadão, e estes benefícios que procura criar são receitas econômicas. (CHURCHMAN, 1972 *apud* MILLANI FILHO, 2009). O comportamento dos gestores deve objetivar a maximização do retorno, organizações que não busquem maximização de lucros ou resultados dificilmente sobreviverão, valendo esta regra para qualquer entidade com ou sem fins lucrativos.

Um dos argumentos a favor do conceito de lucro é que o lucro é a melhor medida de sucesso da administração de uma entidade de negócios numa economia competitiva. O autor enfatiza que o lucro contábil constitui-se numa informação mais objetiva (confronto de receitas realizadas e custos consumidos), já o lucro econômico, por sua vez, demanda uma dose considerável de subjetividade (reconhecimento de ganhos realizados e não realizados, existência de ajustes de preços em função de mudanças na economia, etc), isto é, o econômico constitui-se numa informação que supre adequadamente os modelos de decisão de pelo menos dois usuários da informação contábil: o proprietário do capital e o administrador do capital. (GUERREIRO, 1991). O resultado econômico (que pode ser lucro ou prejuízo econômico)

serve de medida de avaliação tanto para a sociedade como proprietária dos recursos, quanto para os gestores que gerenciam o capital.

Portanto, o resultado econômico mede a existência de valor agregado e geração de riqueza pelas atividades desenvolvidas em determinado período pelo programa. Ele representa a diferença entre a receita econômica auferida e a soma dos custos e despesas identificáveis aos serviços prestados. Para Mensuração do Resultado Econômico faz-se necessário conhecer os conceitos de Receita Econômica e Custo de Oportunidade.

3.3.2.1 Definição de Receita e Receita Econômica

Para tratar de Receita Econômica deve-se reportar à natureza da receita sob a égide de diferentes definições que são alvo de discussões na Teoria da Contabilidade tanto no reconhecimento da mesma quanto na classificação de receita, lucro e ganho.

Considera-se receita a entrada de recursos para o ativo na forma de dinheiro ou direitos a receber originados normalmente da venda de mercadorias ou prestação de serviços, podem derivar também de juros bancários e de títulos, aluguéis e outras origens. (IUDÍCIBUS *et al.*,2010). Assinala FIPECAFI (2010, p.162) que receita é “uma forma de entrada de recursos ou aumento de ativos e diminuição de passivos, que resultam no aumento do patrimônio líquido e que não sejam aporte dos proprietários”. Considera-se receita o ingresso bruto de benefícios econômicos pelas atividades normais da empresa sendo originada pelas vendas, honorários, juros, dividendos, royalties. (International Accounting Standards- IAS 18).

A definição de receita ainda está muito atrelada aos princípios de custo histórico e não a valor justo, ela dá ênfase ao princípio da prudência e do confronto entre receitas e despesas, ou seja, a forma de alocação dos efeitos das transações que ainda não foram concluídas entre períodos recaem sobre o período em que ocorrem recebimentos e pagamentos. Dessa forma o tema receita ainda é muito discutido na literatura contábil no sentido da essência dos fatos, dando ênfase em quando as transações devem ser reconhecidas nas demonstrações financeiras e como devem ser alocados nos períodos contábeis.

Asseveram Hendriksen e Van Breda (1999, p.224) que “receita é um aumento de lucro”, bem como este é a criação de bens ou serviços por uma empresa. Sustentam os autores

uma definição neutra de receita como “produto da empresa”, pois não especificam o momento de ocorrência e mensuração. Ressaltam que este aspecto tende a ser ignorado porque a receita é normalmente associada a uma transação e não como algo que adiciona valor com o tempo, “a receita não é um fluxo de caixa”. Salientam que o enfoque baseado na idéia de entrada requer considerações devido ao fato de que ativos podem aumentar e os passivos podem diminuir por muitos motivos, dos quais a geração de receita é apenas um.

No que tange a discussão existente entre a diferenciação dos termos lucro, receita e ganho cumpre destacar alguns enfoques.

O lucro seria o resíduo da renda total gerada, menos os pagamentos contratualmente fixos, de natureza incerta, podendo variar entre positivo (lucros) ou negativo (prejuízos). Portanto, o lucro seria o valor máximo que uma empresa poderia distribuir num determinado período de tempo, partindo-se de um dado momento t , e que ao término desse tempo, momento $t+1$, sua riqueza seria tal quanto era na situação inicial (momento t). (HICKS, 1931). Nessa linha de pensamento, lucro é o resultado (montante excedente) obtido através do uso de capital próprio e capital de terceiros, num dado período, após a manutenção do bem-estar, mas antes do consumo. (HENDRIKSEN e VAN BREDA, 1999).

A receita como exposto anteriormente seria fruto das atividades da empresa. O Conselho de Normas de Contabilidade Financeira (FASB) adotou uma definição mais restrita de receita como “das operações principais ou básicas da empresa” esta definição foi exposta para diferenciar receitas de ganhos sendo estes considerados como “aumentos de patrimônio líquido decorrentes de operações periféricas e incidentais”. Os ganhos neste caso incluiriam recursos de atividades como a venda ocasional de terrenos e outros imóveis, bem como os aumentos de patrimônio resultantes de doações e outros lucros imprevistos. (HENDRIKSEN e VAN BREDA, 1999)

Destaca FIPECAFI (2010, p.163) que os ganhos “representam outros itens que se enquadram na definição de lucro e podem ou não ser gerados no curso das atividades normais da empresa”, constituídos como resultados de venda de ativos não circulantes ou ganhos não realizados como a reavaliação de valores negociáveis e os resultantes do aumento do valor contábil de ativos de longo prazo.

Evidencia-se que tal distinção gera resultados arbitrários, as definições segregam apenas o que vem a ser atividades produtoras de riqueza da empresa e as transferências inesperadas de riqueza decorrentes de doações e eventos imprevistos. Todas as atividades que são importantes ou não para as atividades produtoras de riqueza da empresa seriam incluídas

na categoria de receitas, ou seja, além da venda de produtos e serviços considera-se receita a venda de recursos que não sejam produtos, tais como instalações, equipamentos e ativos financeiros. (HENDRIKSEN e VAN BREDA, 1999).

No setor público a definição de receita está incorporada a todo e qualquer recolhimento feito aos cofres públicos quer seja em numerário ou outros bens representativos de valores que o governo tem direito de arrecadar. (KOHAMA, 2003). Nesse contexto no conceito de receita está incluso os recursos arrecadados que serão destinados para o financiamento dos serviços designados à coletividade como saúde, educação, segurança, justiça, bem como os utilizados para financiar os Programas Governamentais. O cidadão é a fonte de recursos para a manutenção da entidade pública e esta tem como escopo a prestação de serviços para o desenvolvimento do bem-estar social.

Além das receitas financeiras oriundas do governo para o financiamento dos Programas podemos considerar no serviço público a receita não evidenciada, ou seja, a originada pelos serviços prestados a sociedade. Se o serviço público não existisse, o cidadão buscaria no mercado à vista a contratação dos serviços, assim para Mensuração do Resultado Econômico a entidade pública deve ser entendida como uma sociedade com fins lucrativos, buscando maximizar seus lucros.

Os recursos recebidos pelo governo através dos impostos, transferências devem ser considerados como meios para fazer frente ao consumo de insumos capazes de gerar receita econômica. Dessa forma, considera-se Receita Econômica como “o produto da multiplicação do custo de oportunidade que o cidadão desprezou ao utilizar o serviço público, pelos serviços que ele tenha efetivamente executado”. (SLOMSKI, 2001).

Para apuração da receita econômica na aferição do resultado econômico é necessário submeter os serviços disponibilizados pelo programa a uma mensuração que considera os valores no mercado à vista como parâmetro, visto que os mesmos não dispõem de receitas efetivas. Assim tem-se como receita econômica o número de serviços prestados pelo programa multiplicado pelo seu custo de oportunidade, ou seja, o valor do mesmo serviço oferecido no mercado em seu melhor uso alternativo.

3.3.2.2 Custo de Oportunidade

A “homo economicus”, isto é, a gestão de um homem acontece frente a escassez de recursos, essa realidade acarreta sempre na escolha de diferentes alternativas e a escolha de uma delas, necessariamente, exclui ou sacrifica outras. Este sacrifício é considerado pelos economistas como uma perda de oportunidade, isto é, o custo de oportunidade da decisão. (CATELLI *et. al.*, 2003).

O custo de oportunidade corresponde ao valor de um recurso em seu melhor uso alternativo, ou seja, o custo da escolha de uma alternativa em detrimento de outra capaz de proporcionar um maior benefício. (PEREIRA E OLIVEIRA, 2010). O conceito de custo de oportunidade leva em conta a existência de duas ou mais alternativas, mutuamente excludentes, possíveis de ser escolhidas pelo tomador de decisão. Assim, ao optar por uma das alternativas, sacrificam-se os benefícios que as demais poderiam oferecer. (MILLANI FILHO, 2009).

O custo de oportunidade é resultado de uma decisão que decorre do confronto entre o benefício gerado pela alternativa escolhida e o benefício que seria obtido pela escolha da melhor alternativa abandonada. Como exemplo os autores destacam:

Benefício proporcionado pela alternativa A	100
Benefício proporcionado pela alternativa B	120

Assim, o custo de oportunidade da alternativa A corresponde ao benefício obtido pela escolha da alternativa B que seria: $\text{Custo de oportunidade A} = 100 - 120 = -20$. Já o custo de oportunidade da escolha da alternativa B corresponde ao benefício que seria obtido pela escolha da alternativa A: $\text{Custo de oportunidade B} = 120 - 100 = +20$. (PEREIRA e OLIVEIRA, 2010).

O custo de oportunidade será considerado como a alternativa que o cidadão utilizaria no mercado caso não existisse a disponibilização do serviço público, ou seja, o valor dos serviços semelhantes disponibilizados no mercado. O serviço gratuito oferecido tem um Valor Econômico (Receita) igual à melhor alternativa de se obter serviço semelhante no mercado. O valor econômico dos serviços oferecidos deve ser mensurado ao menor valor de mercado para serviços equivalentes oferecidos na comunidade.

No que tange a mensuração de serviços oferecidos pelas entidades públicas e programas de governo, tanto por atores ressarcidos quanto por colaboradores totalmente voluntários, podem ser utilizados alguns critérios para mensuração.

A utilização da multiplicação do tempo médio de horas trabalhadas pela remuneração por hora expressando assim a contribuição oferecida à sociedade pelos serviços ofertados pelos voluntários. (IRONMOGER, 2002; BROWN e COLLEGE, 1999). Da mesma forma, o custo de oportunidade descrito neste item pode ser utilizado para valoração dos serviços proporcionados, considerando-se o valor da melhor alternativa encontrada no mercado.

3.4 TEORIA DA AGÊNCIA NA GESTÃO PÚBLICA

No setor público é possível a visualização do modelo da teoria da agência no desempenho de suas atribuições. Um dos modos de se extrair mais resultados da economia da informação é estendendo o modelo de um indivíduo para dois indivíduos, o agente e o principal. Nesse caso os proprietários são ditos avaliadores de informação e seus agentes os tomadores de decisão. (HENDRIKSEN e VAN BREDA, 1999). Uma relação de agência é um contrato pelo qual uma ou mais pessoas (principal) incumbem outra pessoa (agente) para executar algum serviço em seu nome, o que envolve a delegação de poder de autoridade decisória ao agente. (JENSEN e MECKLING, 1976).

Na gestão pública a população seria considerada a proprietária dos recursos públicos, sempre interessada nos resultados gerados por seus agentes e, portanto, a avaliadora da informação, conquanto, os gestores públicos seriam os agentes responsáveis pela tomada de decisão. Esta pesquisa baseia-se na crença de que a melhoria das condições sociais do país deve apoiar-se na participação ativa da sociedade com uma maior interação entre entidades públicas e cidadão. Estes por fornecerem os recursos para o Estado podem ser considerados como proprietários ou acionistas dos serviços públicos, podendo cobrar do governo uma melhor atuação como acontece nas empresas privadas, exigindo eficiência na aplicação dos recursos públicos.

Se ambas as partes da relação são maximizadoras de utilidade, à medida que essas utilidades não forem coincidentes, nem sempre o agente irá atuar no melhor interesse do principal. (JENSEN e MECKLING, 1976). Assimetrias informacionais podem surgir, os

proprietários podem não saber quais são as preferências dos administradores. (HENDRIKSEN e VAN BREDA, 1999). Estes problemas culminam a teoria da agência, dessa forma faz-se necessário uma maior transparência na prestação de contas das atividades realizadas pela gestão pública para que os proprietários assumam o papel cabível e para que possam acompanhar se o desempenho das atividades está atendendo aos interesses coletivos.

Essa nova realidade se manifesta do ponto de vista dos cidadãos, tanto na desconfiança diante das ineficiências da administração pública tradicional quanto em exigências de que os serviços públicos disponibilizados pelo governo à sociedade sejam otimizados em relação aos recursos que consomem. (CATELLI e SANTOS, 2004). Para tanto a Contabilidade se faz presente na avaliação patrimonial bem como na avaliação de desempenho.

Conforme o texto da norma Constitucional em seus artigos 70 e 74 o controle patrimonial da administração pública abrange tanto o controle e fiscalização quanto a avaliação de eficiência e eficácia da sua gestão como segue:

Art. 70. A fiscalização contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial da União e das entidades da administração direta e indireta, quanto à legalidade, legitimidade, economicidade, aplicação das subvenções e renúncia de receitas, será exercida pelo Congresso Nacional, mediante controle externo, e pelo sistema de controle interno de cada Poder.
[...]

Art. 74. Os poderes Legislativo, Executivo e Judiciário manterão, de forma integrada, sistema de controle interno com a finalidade de:

I - avaliar o cumprimento das metas previstas no plano plurianual, a execução dos programas de governo e dos orçamentos da União;

II - comprovar a legalidade e avaliar os resultados, quanto à eficácia e eficiência da gestão orçamentária, financeira e patrimonial nos órgãos e entidades da administração federal, bem como da aplicação de recursos públicos por entidades de direito privado;

A Contabilidade como uma ciência social aplicada e fornecedora de informações aos mais variados tipos de usuários tem, em grandes proporções, alcance social além do estritamente econômico sendo considerada principal repórter e intérprete do desempenho das entidades.

Os programas governamentais por serem financiados por recursos públicos necessitam prestar de contas de suas atividades e alocação de recursos, sendo esta prestação de contas uma alegação de que cumpriu com suas responsabilidades e atribuições tanto para o governo quanto para a sociedade. Dessa forma a contabilidade proporcionará para seus

usuários as informações sobre a gestão da riqueza patrimonial.

A aplicação adequada dos recursos destinados aos programas deve ser divulgada seguindo as designações legais. Assim, além dos gastos e despesas realizados pelo serviço público, a avaliação de gestão encontra-se em forte expansão, deve-se conhecer também os benefícios efetivamente prestados a sociedade fazendo-se necessário tanto um monitoramento quanto uma avaliação de desempenho.

3.5 CAPITAL SOCIAL EM PROGRAMAS SOCIAIS

As relações sociais também possuem valor para o desenvolvimento, a maneira com que os indivíduos se relacionam e o grau de confiança entre os atores sociais dos programas governamentais também são fatores que potencializam o compartilhamento democrático de interesses. A participação da comunidade no desenvolvimento das atividades do programa propicia um espaço de interação social.

Capital social é entendido como características da organização social, como redes, normas e confiança que se traduzem em eficiência das ações coordenadas na busca de objetivos compartilhados. As redes de compartilhamento cívico constituem uma forma essencial de capital social e quanto mais profundas essas redes numa comunidade, maior a probabilidade de cooperação dos cidadãos para benefícios mútuos. (PUTNAM, 1995).

O capital social envolvido aumenta a participação em projetos coletivos e diminui as desigualdades geradas no âmbito da comunidade. A cooperação deste com a administração e políticas públicas melhora a qualidade dos serviços prestados aos cidadãos. (RATTNER, 2002).

Dessa forma, a presença de engajamento destas relações propicia o alcance do equilíbrio social e bem estar da coletividade através de cooperação, interação, reciprocidade podendo-se destacar nessa rede as ações voluntárias.

A colaboração voluntária é mais propícia de ser identificada em uma comunidade que tenha herdado um estoque substancial de capital social e engajamento cívico. Famílias, escolas e comunidades assumem primariamente a responsabilidade de gerar o capital social necessário para operar sociedades mais complexas. (PUTNAM, 1995).

No que concerne ao desenvolvimento dos programas sociais, a participação de família,

escola e comunidade propicia uma maior interação objetivando um melhor aproveitamento dos alunos e diminuição da violência. Para isso a participação do voluntariado ganha um papel destaque nos programas, pois sua participação está intimamente ligada ao alcance de objetivos. A confiança e solidariedade depositadas, também ganham força por refletir a busca de um ideal compartilhado entre famílias e comunidade.

A participação de colaboradores ressarcidos ou não passa a ser um auxílio muitas vezes permanente nas organizações, os voluntários mesmo não recebendo um salário, formam uma equipe produtiva dentro do programa. Nas atividades do programa, os serviços fornecidos efetivamente pelos profissionais geram uma receita não evidenciada, prestando serviços que, caso os mesmos não fornecessem, precisariam ser remunerados.

A Lei que regulamenta o serviço voluntário é a de nº 9.608 de 18 de fevereiro de 1998 que contempla:

Art. 1º Considera-se serviço voluntário, para fins desta Lei, a atividade não remunerada, prestada por pessoa física a entidade pública de qualquer natureza, ou a instituição privada de fins não lucrativos, que tenha objetivos cívicos, culturais, educacionais, científicos, recreativos ou de assistência social, inclusive mutualidade.

A lei ainda ressalta que o serviço voluntário não gera obrigações trabalhistas nem previdenciárias e para oficializar a atividade é necessário a celebração de um termo de adesão com todas as condições de exercício entre a entidade e o prestador de serviço.

Os serviços voluntários são frutos de ações espontâneas em que são doados tempo, esforço, conhecimento e dedicação de um indivíduo para realização de atividades determinadas. (MILLANI FILHO, 2009). Os voluntários precisam obter o máximo de satisfação com suas contribuições, visto que não possuem satisfação de um pagamento. Nas organizações os mesmos precisam ser gerenciados como uma equipe não remunerada, porém as instituições ainda precisam aprender como fazer isso. (DRUCKER, 1994). Dessa forma, o trabalho voluntário é resultado de um ideal compartilhado que possui motivações pessoais e não obrigatórias.

CAPÍTULO 4. O PROGRAMA ESCOLA ABERTA

Dentre os programas sociais voltados para educação evidencia-se o Programa Escola Aberta (PEA) objeto de análise desta pesquisa. Para o entendimento da estrutura do programa faz-se necessário conhecer como ele surge, de onde vêm os recursos que o financiam e como se dá o seu desenvolvimento.

O PEA está voltado para a complementação da formação educacional, social e profissional dos jovens na comunidade. A idéia inicial foi constituída pela Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO) em 2000, quando foi lançado o Programa Abrindo Espaços: Educação e Cultura para a Paz, com escopo de abertura das escolas públicas nos finais de semana para atividades diferenciadas, buscando a inclusão social. Em 2004 o governo adotou a idéia do Abrindo Espaços e lançou o Programa Escola Aberta.

Sob coordenação da Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade (SECAD), o programa abrange todos os estados brasileiros e o Distrito Federal, contando com aproximadamente 2.000 escolas. O Programa constituiu-se como resultado de discussões sobre índice de violência entre jovens e é estabelecido como uma política pública educacional fundada a partir de um acordo de cooperação entre Ministério da Educação, a UNESCO, os Ministérios do Trabalho e Emprego, do Esporte, da Cultura, além dos governos estaduais e municipais. (PEA, 2008)

As atividades desenvolvidas nas escolas oferecem aos jovens oportunidades de cidadania bem como contribuem para uma mudança na cultura nacional além de resolver conflitos pela violência. Alternativas de cultura, esporte, arte e lazer como futebol, capoeira, aulas de artesanato, espanhol, violão, teatro são algumas das atividades desenvolvidas nas oficinas das escolas participantes. Não existe definição rígida quanto as atividades praticadas em cada escola, leva-se em conta as necessidades e aspirações dos jovens e comunidade na formulação das atividades. Dessa forma a escola torna-se um espaço de interação social, fortalecendo laços entre escola e comunidade.

O PEA atua no estado de Pernambuco desde o ano de 2000, este estado encontra-se entre as seis Unidades da Federação com menor Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) 0,692, além de ter em sua capital uma das zonas metropolitanas mais violentas do país. Nos finais de semana, esse índice aumenta e pode-se apontar a falta de alternativas culturais,

artísticas, esportivas e de lazer como uma das grandes fontes de descontentamento, que leva os mais jovens a cometerem atos violentos. Assim, a realidade do Estado urgia por programas que abordassem a inclusão social de jovens como forma de diminuir os níveis de violência. O Projeto encontra-se atuando em mais de 400 escolas, nos 14 municípios da Região Metropolitana do Recife e também em municípios do interior do Estado, pertencentes à rede estadual de ensino e às redes municipais de ensino. (PEA, 2008).

4.1 ANÁLISE DOS ENVOLVIDOS NO PROGRAMA ESCOLA ABERTA: ANÁLISE DE STAKEHOLDERS

A estrutura é composta, em cada escola, por um coordenador escolar (proveniente da comunidade), um professor comunitário (originário do quadro efetivo da escola), um diretor (diretor da escola), oficinairos (pertencentes a escola ou comunidade), colaboradores voluntários (oriundos da comunidade) e beneficiários (variável de acordo com a escola). A coordenação geral do programa está situada na Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade (SECAD) em Brasília. (PEA, 2008). Além da estrutura interna, O Programa conta com o apoio de algumas instituições, seguindo a estrutura abaixo:

Gerenciamento: Ministério da Educação (Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação – FNDE)

Unidades Gestoras: SECAD (Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade), FNDE (Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação) e SEB (Secretaria de Educação Básica/ MEC)

Interlocução: UNESCO

Gestão do Estado e Municípios: Coordenador Interlocutor, Coordenadores Temáticos e Supervisores

Coordenação Escolar: Diretor Escolar, Coordenador Escolar, Professor Comunitário e Oficinairos (Ressarcidos e Voluntários).

O arranjo institucional da Coordenação Escolar é desenvolvido com o auxílio do Diretor Escolar que necessita agir em conjunto com o Coordenador Escolar, oriundo da comunidade, este é responsável pela parte prática do programa, está presente no desenvolvimento das atividades, escolha dos oficinairos, gestão dos recursos. O professor

Comunitário, pertencente ao quadro efetivo da escola, está associado a parte pedagógica do programa, na escolha das oficinas. Os oficinairos ressarcidos e os colaboradores voluntários, oriundos da comunidade, são os responsáveis pelo desenvolvimento das atividades, atuando como professores. Cabe destacar que os supervisores não compõem o quadro da escola, eles pertencem a Secretaria de Educação do Estado ou Município e agem auxiliando e monitorando o desenvolvimento das atividades, porém o recurso para seu ressarcimento é proveniente da verba destinada pelo PDDE à escola.

Conforme o Relatório de Auto-Avaliação do Programa Escola Aberta (2009) o universo de atores do PEA em Pernambuco no ano de 2009 é composto de acordo com a seguinte tabela:

Quadro 3: Atores do PEA em Pernambuco (2009)

Secretaria	Coordenador Escolar	Professor Comunitário	Supervisor	Oficineiro ressarcido
Secretaria de Araçoiaba	09	09	02	45
Secretaria Cabo	13	13	03	65
Secretaria Ipojuca	18	18	04	90
Secretaria Camaragibe	10	10	02	50
Secretaria de Itapissuma	02	02	01	10
Secretaria de Igarassu	09	09	02	45
Secretaria Itamaracá	12	12	03	60
Secretaria de Olinda	25	25	05	125
Secretaria Moreno	06	06	01	30
Secretaria de Recife	106	106	21	530
Secretaria Estado	180	180	36	900
Secretaria Paulista	10	10	02	50
Secretaria São Lourenço	06	06	01	30
Secretaria de Jaboatão	09	09	02	45
Total	415	415	85	2.075

Fonte: (Relatório PEA 2009)

Muitos são os envolvidos nas ações do programa para sua viabilidade, dessa forma a

partir do entendimento construído foi elaborado um quadro de análise dos *stakeholders* no intuito de identificar os atores e suas principais características, destacando seu potencial de ação. Assim, tem-se:

Quadro 4: Análise dos Stakeholders

Parceiros	Potencial de Ação
Coordenação Nacional do PEA	Equipe sediada em Brasília, dentre suas principais atribuições estão: articular parcerias federais, monitorar e acompanhar as atividades nas secretarias e escolas, propor e executar estratégias de aprimoramento e formação
FNDE	Co-responsabilidade estratégica na gestão na gestão nacional e com questões relativas a repasse dos recursos, elaboração de referências e diretrizes de execução, à prestação de contas, etc.
Instituições Públicas Estaduais ou Municipais (Secretarias)	-Espaço (escolas) -Recursos humanos (Supervisores, Interlocutor) -Recursos financeiros -Outras possibilidades de contribuição (cessão de instalações, veículos, etc.)
Organizações não Governamentais (UNESCO)	-Conhecimento/ experiência já existente sobre a temática do projeto -Cooperação técnica e administrativa
Coordenação Escolar (Atores Envolvidos nas atividades)	-Conhecimento -Qualificação -Habilidades -Boa Vontade -Engajamento a Instituição
Ministério do Trabalho e Emprego	Qualificação de jovens que atuarão como oficinairos nas escolas nos finais de semana e receberão ajuda de custo mensal.
Ministério da Cultura	Qualificação de agentes culturais e interligação com os Pontos de Cultura.
Universidade	Apoio de alunos universitários (Conexão de Saberes)
Controladoria Geral da União	Controle da gestão dos recursos
Comunidade	Cessão de espaços físicos (praça, clube, igreja, etc.), doações
Comitê Metropolitano	Instância que estimula a troca de experiências e o planejamento coletivo de estratégias de desenvolvimento do programa.

Fonte: Elaborado pela autora através de observação na pesquisa e dados e relatório do PEA (2008).

Observa-se de acordo com os interesses de todos os envolvidos que existe um ideal

compartilhado entre comunidade, escola, instituições públicas e organizações não governamentais em que são disponibilizados recursos, experiência, tempo e engajamento. O principal objetivo é de melhorar a situação da comunidade e espaço escolar tornando-os um ambiente de interação social com vistas de dirimir a violência. Nesse contexto são envidados esforços para que exista a continuidade das ações do programa.

A idéia inicial do programa surgiu no intuito de cooperação com engajamento de diversas parcerias como citado no quadro acima, percebeu-se, no entanto, que a atuação destas são tímidas. Observou-se com a pesquisa que o maior parceiro do programa seria a Secretaria de Educação a que a escola pertence.

O interesse local varia de acordo com cada Secretaria onde existe maior atuação de algumas. A secretaria de educação disponibiliza o espaço da escola, recursos humanos como supervisores (um para cada cinco escolas) com intuito de acompanhar e apoiar as atividades das unidades escolares; coordenador interlocutor, que é responsável pela organização do programa em todas as escolas da secretaria. Os recursos financeiros disponibilizados pelas Secretarias variam, cada secretaria possui liberdade de contribuição, no caso da secretaria de Olinda são disponibilizados recursos para ressarcimento de passagens dos coordenadores do programa e supervisores, também são disponibilizados recursos para realização de eventos relacionados ao programa como desfiles, carnaval, etc.

As atividades do PEA são tipicamente voluntárias, existindo a participação de atores ressarcidos (apenas com ajuda de custo) como os citados no Relatório de auto-Avaliação do PEA (2009) que atuam comoicineiros, coordenadores, professores comunitários, mas cabe destacar que existe a participação de colaboradores totalmente voluntários, que não foram apontados, esta participação torna o programa um destaque tanto pela iniciativa quanto pelo aporte de voluntários.

Os serviços disponibilizados pelos voluntários são como uma fonte de recursos humanos e não uma válvula de escape para a falta de dinheiro, os mesmos podem ser pessoas com diferentes habilidades e contribuições a oferecer a instituição, alguns podem se disponibilizar a oferecer a boa vontade, carinho e engajamento a instituição, como também pode haver voluntários que ofereçam serviços de elevada qualificação. Imaginar que os voluntários não buscam uma remuneração é um equívoco, muitos buscam uma remuneração não-material, seja ela espiritual, afetiva, política, ideológica e até realização profissional. (TEODÓSIO, 2001).

Portanto, os serviços oferecidos dentro das organizações representam uma força de

trabalho produtiva dos profissionais ressarcidos ou não, necessitando ser gerenciados e reconhecidos. Também possuem representação econômica, pois contribuem para o desenvolvimento das políticas sociais.

4.2 RECURSOS DO PROGRAMA ESCOLA ABERTA

No que concerne aos recursos o Programa Escola Aberta, como citado anteriormente, este é financiado com recursos do Programa Dinheiro Direto na Escola (PDDE), deve-se seguir a Resolução nº 3 de 1 de abril de 2010 que trata da aplicação de tais recursos, sendo o programa destinado ao estabelecimento de ensino público e privado sem fins lucrativos que ministram educação especial, com intuito de garantir meios que possibilitem o alcance dos propósitos da escola democrática.

De acordo com o mesmo regulamento a transferência dos recursos do PDDE será realizada sem necessidade de acordo, contrato ou convênio. Os recursos serão destinados as escolas por intermédio de suas Entidades Executoras (EEx), Unidades Executoras Próprias (UEX) e Entidades Mantenedoras (EM). Entende-se por Entidade Executora as prefeituras municipais e secretarias de educação distritais e estaduais responsáveis no processo de adesão das escolas. Unidade Executora Própria é uma entidade sem fins lucrativos que representa as escolas públicas constituídas ou por associação de pais e mestres ou conselho escolar para receber, executar e prestar contas dos recursos destinados as referidas escolas. Entidade Mantenedora é uma entidade privada sem fins lucrativos beneficente de assistência social, responsável pela formalização dos processos.

Para o funcionamento é importante que as escolas possuam um planejamento para o Plano de Trabalho ser executado com mais facilidade, sendo este de responsabilidade do Conselho Escolar. O Conselho Escolar delibera as ações da escola, fiscaliza sua execução e presta contas junto ao MEC/FNDE. Cabe a ele também discutir com a equipe coordenadora do PEA na escola as estratégias de funcionamento atendendo as demandas da comunidade. A equipe de coordenação do PEA na secretaria fará o monitoramento periódico da execução do Plano de Trabalho propondo as adequações necessárias. Dessa forma a comunidade deve ser envolvida no processo de tomada de decisão avaliando se as oficinas devem continuar, se possuem público, se são interessantes tanto para o programa quanto para a comunidade.

Conforme artigo de nº 12 da Resolução nº3/10 para o custeio do PEA nas escolas públicas municipais, estaduais e Distrito Federal, que possuam alunos matriculados no ensino fundamental e médio, os recursos serão destinados por intermédio das UEx, assegurando assim o funcionamento nos finais de semana, viabilizando a realização de atividades educativas e recreativas que vão além da carga horária prevista para a educação formal. As UEx também deverão especificar no Plano de Atividades da Escola, observando as demandas da comunidade e as especificações contidas no Manual Operacional do FEFS (Funcionamento das Escolas nos Finais de Semana), as atividades a serem desenvolvidas, bem como a opção por desenvolver as atividades em um ou dois dias dos finais de semana e sua justificativa para apreciação da EEx e devido cálculo dos repasses.

A decisão da quantidade de dias em que a escola deve funcionar nos finais de semana deve observar os impactos para escola e para os voluntários, o funcionamento real e não fictício, bem como estabelecer a co-responsabilidade do professor comunitário e coordenador escolar.

Para liberação dos recursos são necessárias algumas condições como o encaminhamento do Plano de Atividades para o FNDE e a relação das UEx que assinaram o Termo de Compromisso com a assinatura e identificação das autoridades competentes. Para isso conforme §5º e §7º do artigo de nº 12 da Resolução nº3/10 as UEx deverão preencher e encaminhar às prefeituras municipais ou secretarias distritais de Educação (EEx) às quais se vinculam o Termo de Compromisso e o Plano de Atividades disponíveis nos sites do MEC e FNDE. Já as EEx deverão consolidar os dados contidos nos Planos de Atividades recebidos das UEx e enviá-lo à SECAD/MEC para apreciação e validação para posterior encaminhamento ao FNDE.

Dentre os valores dos recursos repassados às escolas que funcionam nos finais de semana, de acordo com a Resolução nº 3/10, artigo de nº 13, tem-se o montante a ser liberado, anualmente, até junho do ano subsequente ao do mês da efetivação do repasse, considerando-se o somatório dos alunos matriculados no ensino fundamental e médio e os dias de funcionamento. Evidencia-se conforme tabela abaixo:

**Quadro 5: Referencial de Cálculo dos Valores a Serem Repassados às Escolas
Públicas para Funcionarem nos Finais de Semana**

Intervalo de Classe do Número de Alunos	Sábados e Domingos (2 dias)		Sábados ou Domingos (1 dia)	
	Valor Mensal de Custeio - VMC R\$	Valor Total 2 = (VMC 1 x n° de meses) + 1.000,00 R\$	Valor Mensal de Custeio - VMC R\$	Valor Total 4 = (VMC x n° de meses) + VC R\$
Até 250	1.600,00	(1.600,00 x n° meses) + 1.000,00	1.120,00	(1.120,00 x n° meses) + VC
251 a 500	1.650,00	(1.650,00 x n° meses) + 1.000,00	1.155,00	(1.155,00 x n° meses) + VC
501 a 750	1.700,00	(1.700,00 x n° meses) + 1.000,00	1.190,00	(1.190,00 x n° meses) + VC
751 a 1.000	1.750,00	(1.750,00 x n° meses) + 1.000,00	1.225,00	(1.225,00 x n° meses) + VC
1.001 a 1.500	1.850,00	(1.850,00 x n° meses) + 1.000,00	1.295,00	(1.295,00 x n° meses) + VC
1.501 a 2.000	1.950,00	(1.950,00 x n° meses) + 1.000,00	1.365,00	(1.365,00 x n° meses) + VC
Acima de 2.000	2.000,00	(2.000,00 x n° meses) + 1.000,00	1.400,00	(1.400,00 x n° meses) + VC

Fonte: Resolução nº3 de 1 de abril de 2010

O Valor Mensal de Custeio é o valor de referência para o cálculo do valor do recurso de custeio a ser destinado a instituição de ensino, tendo por base a quantidade de dias de funcionamento nos finais de semana e o total de alunos matriculados no ensino fundamental e médio, obtido do censo escolar do ano anterior ao do atendimento. O valor total a ser transferido é calculado pelo valor do custo mensal de custeio multiplicado pela quantidade de meses da efetivação, ou seja, da data do repasse até junho do ano subsequente, acrescido do valor destinado a aquisição de material permanente.

De acordo com a mesma Resolução, o montante previsto será destinado à compra de material permanente, bem como o ressarcimento com transporte e alimentação dos voluntários (definidos pela Lei nº 9.698 de 18 de fevereiro de 1998) e para a aquisição dos materiais de consumo necessários para realização das atividades. Uma das principais alterações trazidas pela Resolução é o cálculo das percentagens do recurso de custeio para o ressarcimento de voluntários e para a aquisição de material permanente, sendo os limites mínimo e máximo, respectivamente, 20% e 30% para compra de material de consumo e de 70% e 80% para o ressarcimento dos voluntários, inclusive coordenador e professor comunitário. Cabe destacar que a ajuda de custo repassada para os atores do programa são disponibilizadas para ressarcimento de passagens e alimentação dos voluntários, sendo estes

um dos principais pilares para viabilização do programa.

Além disso, as escolas que participam há mais de um ano do PEA recebem recurso fixo de 1.000 a cada ano de repasse para compra de material permanente (bens de capital), as escolas novatas no programa recebem o valor de 1.500 reais no primeiro ano de repasse.

Por fim, a prestação de contas dos recursos destinados as escolas por intermédio do PDDE deverão ocorrer das UEx às EEx até o dia 31 de dezembro do ano da efetivação. Será constituída uma Demonstração com Receitas, Despesas e Pagamentos dos Bens adquiridos para realização das atividades nos finais de semana, acompanhada da Relação de Oficinas Realizadas pelas escolas.

Dessa forma, constata-se a base dos valores dos recursos destinados ao PEA, tanto para ressarcimento, compra de material de consumo, compra de material permanente, mas é necessário não apenas uma análise financeira dos recursos repassados e consumidos, mas sim uma análise de desempenho e eficiência dos serviços públicos prestados.

CAPÍTULO 5. ESTUDO DE CASO: PROGRAMA ESCOLA ABERTA NA CIDADE DE OLINDA

Para desenvolvimento do estudo de caso foi selecionada a amostra das escolas municipais da cidade de Olinda em que o Programa Escola Aberta encontra-se atuando. No ano de 2010, 26 escolas municipais aderiram ao programa. As escolas são enumeradas como segue:

Quadro 6: Escolas que desenvolvem o Programa Escola Aberta na cidade de Olinda

01	Escola Municipal Alberto Torres
02	Escola Municipal Antônio Correia
03	Escola Municipal Caic Prof ^a Norma Coelho
04	Escola Municipal CEL. José Domingos da Silva
05	Escola Municipal Claudino Leal
06	Escola Municipal Criança Feliz
07	Escola Municipal Cruzada Social Santa Luzia
08	Escola Municipal Dom Azeredo Coutinho
09	Escola Municipal Dona Brites de Albuquerque
10	Escola Municipal Duarte Coelho
11	Escola Municipal Gregório Bezerra
12	Escola Municipal Isaac Pereira
13	Escola Municipal Izaulina de Castro e Silva
14	Escola Municipal João Francisco de Souza
15	Escola Municipal Lions Dirceu Veloso
16	Escola Municipal Maria da Glória Advíncula
17	Escola Municipal Ministro Marcos Freire
18	Escola Municipal Monte Castelo
19	Escola Municipal Pastor David R. Blackburn
20	Escola Municipal Prof. ^a Cleide Betânia do Amaral
21	Escola Municipal Prof. Hélio Ferreira Maia
22	Escola Municipal Pró-Menor
23	Escola Municipal Rotary de Olinda
24	Escola Municipal Santa Tereza
25	Escola Municipal Vereador José Mendes de Lima
26	Escola Municipal 12 de Março

Para realização da pesquisa procedeu-se a aplicação de questionários do tipo semi-estruturado. Algumas dificuldades foram encontradas para o desenvolvimento da pesquisa como o difícil acesso às escolas situadas em comunidades carentes da cidade e o contato com os coordenadores do programa. Para a viabilidade da pesquisa alguns questionários foram aplicados por telefone, outros encaminhados por email, mas a maior parte foi realizada através de visitas às escolas para o entendimento das ações do programa.

Da amostra de 26 escolas municipais foram coletados 22 questionários. Duas escolas (05 e 21 no quadro) não disponibilizaram os dados em tempo hábil, uma escola (22) não está realizando as atividades do programa por motivo de falha na documentação e prestação de contas o que acarretou a não liberação do recurso em 2010 e uma escola (25) não possuía as informações necessárias para esta pesquisa, pois era o primeiro ano de adesão ao programa e, apesar de ter recebido o recurso, ainda estava em fase de planejamento de atividades e nenhuma oficina havia começado a ser desenvolvida.

Os questionários da pesquisa foram direcionados aos coordenadores do PEA, no caso 22 questionários foram respondidos, visto que cada escola conta com a participação de um coordenador escolar. Os coordenadores foram escolhidos, pois estão envolvidos ativamente na organização e realização das ações do programa, como o auxílio na gestão dos recursos, prestação de contas, coordenação das atividades e oficinas desenvolvidas, estando presente em todos os turnos de realização das atividades e possuindo informações sobre as principais dificuldades nas ações.

Foi realizada a tabulação dos dados, em seguida procedeu-se ao tratamento dos mesmos com o auxílio do software estatístico Statistical Package for Social Science – SPSS, versão 16.0. A análise dos dados foi realizada através da estatística descritiva, baseada em medidas de frequência. Posteriormente iniciou-se o processo de análise, tanto quantitativa quanto qualitativa, evidenciando as características da comunidade, escola, oficinas, atores ressarcidos e colaboradores totalmente voluntários nos processos do programa. Por fim procedeu-se ao cálculo do Resultado Econômico como um indicador de desempenho servindo de base para que o Governo analise o padrão dos serviços prestados e possua um suporte informacional para gestão, visto que o mesmo ainda não possui as ferramentas necessárias, realizando apenas uma prestação de contas de receitas e despesas. Assim tem-se:

Perfil da Escola

Quadro 7: IDEB das Escolas -Ensino Fundamental de 4^a/5^a séries

Escola	Observado 2007	Meta 2007	Observado 2009	Meta 2009	Meta 2011
E. M. Alberto Torres	2,5	2,6	2,4	2,9	3,3
E. M. Antônio Correia	2,8	2,6	2,7	2,9	3,3
E. M. CAIC Prof ^a Norma Coelho	2,7	2,5	2,5	2,8	3,2
E. M. Cel. José Domingos da Silva	3,0	3,3	3,0	3,6	4,0

E. M. Criança Feliz	3,2	2,9	3,3	3,2	3,6
E. M. Dom Azeredo Coutinho	3,3	3,7	3,6	4,1	4,5
E. M. Dona Brites de Albuquerque	3,2		3,3	3,4	3,7
E. M. Duarte Coelho	3,4	3,1	3,5	3,5	3,9
E. M. Gregório Bezerra	2,9	2,2	2,5	2,6	3,0
E. M. Isaac Pereira	3,0	3,0	3,4	3,3	3,7
E. M. Izaulina de Castro e Silva	3,3	3,4	3,3	3,7	4,1
E. M. João Francisco			2,7		3,0
E. M. Lions Dirceu	2,6	2,7	2,2	3,0	3,4
E. M. Maria da Glória	3,5	4,5	3,6	4,8	5,2
E. M. Marcos Freire	2,8	3,1	3,2	3,4	3,9
E. M. Monte Castelo	3,4	3,5	3,8	3,8	4,3
E. M. Pastor David	2,9	3,1	2,7	3,4	3,8
E. M. Profª Cleide Betânia	3,7	3,1	2,5	3,4	3,8
E. M. Rotary	3,3		3,0	3,5	3,8
E. M. Santa Tereza	2,6	3,1	3,0	3,4	3,8
E. M. 12 de março	2,6	3,4	3,4	3,7	4,1

Fonte: Ministério da Educação

Quadro 8: IDEB das Escolas - Ensino Fundamental 8ª/9ª

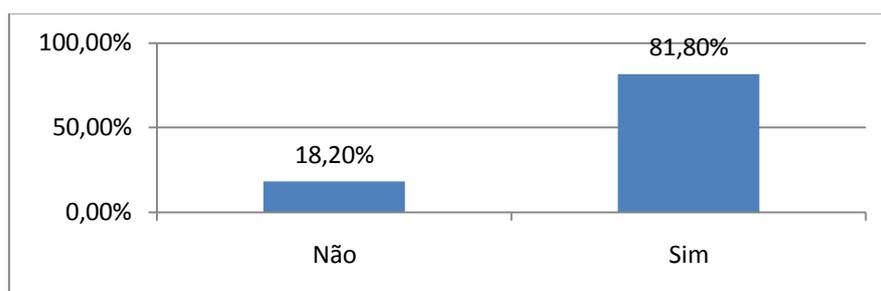
Escola	Observado 2007	Meta 2007	Observado 2009	Meta 2009	Meta 2011
E. M. Alberto Torres	1,6	2,3	1,7	2,4	2,7
E. M. Antônio Correia	1,8	1,9	2,3	2,1	2,5
E. M. CAIC Profª Norma Coelho	2,6		2,0	2,7	2,9
E. M. Cel. José Domingos da Silva	2,8	2,4	2,8	2,6	3,0
E. M. Duarte Coelho	2,5	2,8	2,1	3,0	3,2
E. M. Gregório Bezerra	2,0	1,9	2,1	2,1	2,4
E. M. Izaulina de Castro e Silva	2,1	2,4	2,3	2,5	2,8
E. M. Lions Dirceu	3,1	2,5	2,6	2,6	2,9
E. M. Marcos Freire	2,8	2,4	2,3	2,5	2,9
E. M. 12 de março	1,9	2,1	2,7	2,3	2,6

Fonte: Ministério da Educação

O Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB) foi criado em 2007 com vistas de medir a qualidade do ensino nas escolas. O indicador é medido de acordo com avaliações do Inep (Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais) e em taxas de aprovação, é calculado a cada dois anos e o objetivo é que o país tenha nota 6 em 2022, nota que corresponde à qualidade do ensino em países desenvolvidos. Assim para que o Ideb de uma escola seja bom é preciso que o aluno aprenda, não repita o ano e frequente a sala de aula. (MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO, 2011).

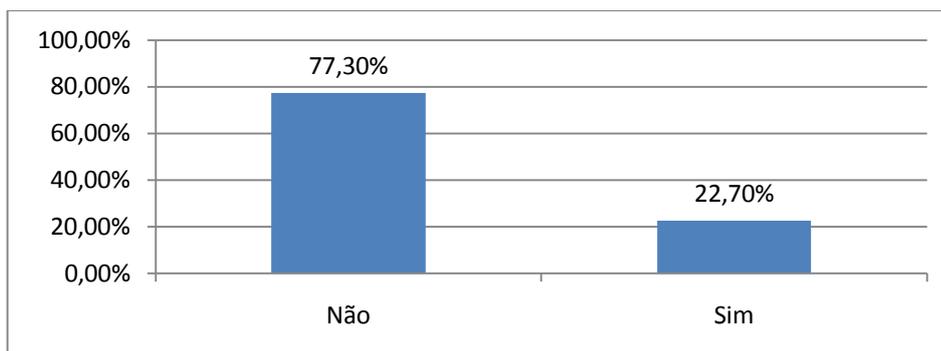
Observou-se nas escolas índices baixos em relação as metas desejadas. Comparando-se os anos de 2007 e 2009 (no quadro 8) houve uma redução do número de escolas que conseguiram que seu IDEB observado fosse igual ou superior a sua meta. Na avaliação de alunos de 4^a/5^a série em 2007, 31,8% das escolas obtiveram o IDEB observado igual ou superior a sua meta, e em 2009 18,2%, esses valores ainda são modestos. Em relação ao encerramento do Ensino fundamental 8^a/9^a série houve uma melhora, em 2007, 40% das escolas obtiveram IDEB igual ou superior a meta traçada, e em 2009 50%. Muitas são as questões relacionadas à melhoria da educação básica, observou-se que nas escolas municipais de Olinda este indicador ainda é baixo, mas cabe destacar que os programas sociais voltados para educação que promovem interação e inclusão social têm um papel representativo num melhor desempenho das escolas.

Gráfico 1: Comunidade Ambiente de Vulnerabilidade Social

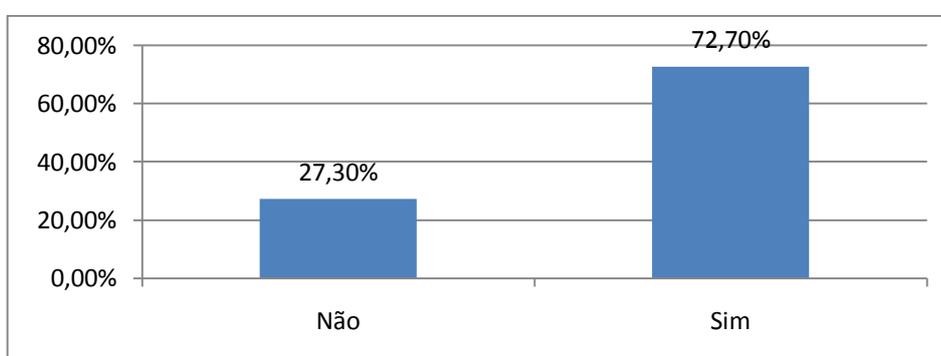


Fonte: Dados da Pesquisa

A maior parte dos coordenadores 81,8% considera a comunidade em que a escola está inserida um ambiente de vulnerabilidade social e violência, o que remete ao objetivo inicial do PEA que é proporcionar um ambiente de interação social, fornecendo aos jovens e adultos de comunidades carentes oportunidades de cidadania e resolvendo conflitos de violência. Dos 18,2% dos coordenadores que afirmaram que a escola não mais vivencia situações de violência alguns atribuem às atividades do PEA uma significativa contribuição.

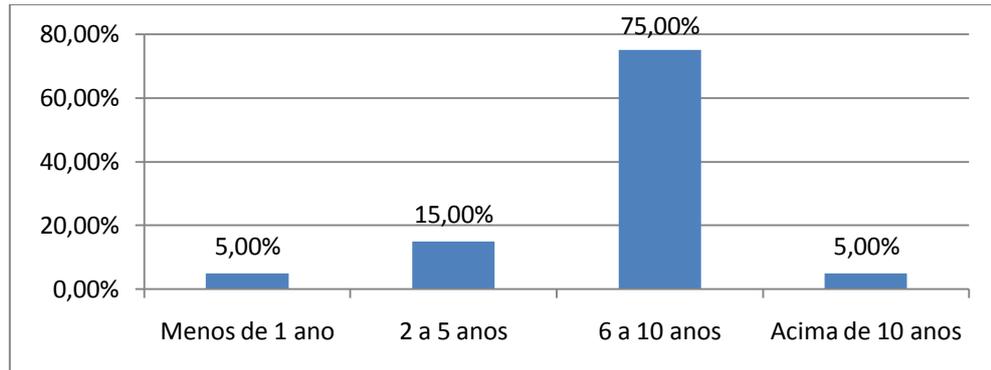
Gráfico 2: Atividades de Lazer na Escola antes do Programa Escola Aberta

Fonte: Dados da Pesquisa

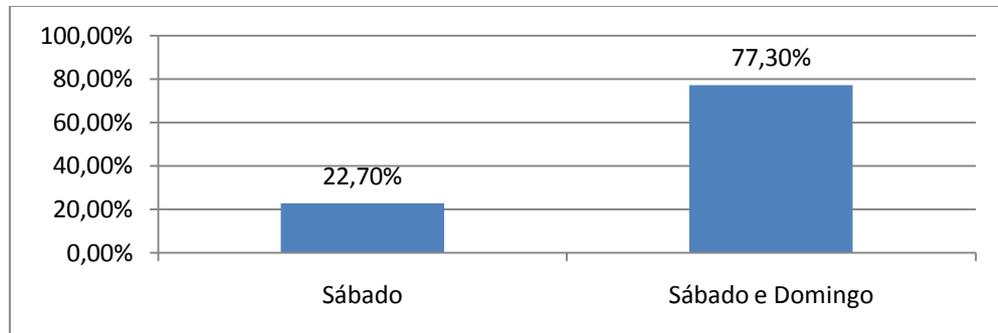
Gráfico 3: Escola como Único Espaço de Lazer da Comunidade

Fonte: Dados da Pesquisa

No tocante ao ambiente em que a Escola está inserida 77,3% dos coordenadores do PEA afirmaram que a escola não possuía atividades de lazer para os alunos antes da implementação do Programa Escola Aberta e 72,7% dos mesmos também afirmaram que a escola é o único espaço de lazer da comunidade o que demonstra a relevância social do programa, promovendo para comunidade alternativas de educação, cultura, esporte, lazer, bem como atividades que promovem inserção no mercado de trabalho com cursos profissionalizantes. Dos 27,30% dos coordenadores que ressaltaram que existem outros espaços de lazer na comunidade, estes são limitados a praças, campos de futebol, muitos sujeitos a violência, não permitindo um aproveitamento satisfatório.

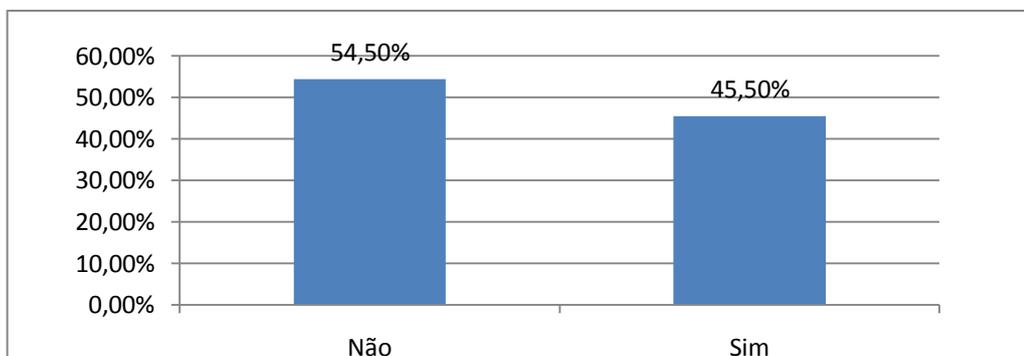
Gráfico 4: Tempo que a Escola desenvolve as atividades do PEA

Fonte: Dados da Pesquisa

Gráfico 5: Dias que a Escola desenvolve as Atividades do PEA

Fonte: Dados da Pesquisa

Na seqüência da pesquisa foi observado o tempo que as escolas de Olinda desenvolvem o PEA, 80% das escolas implementaram o PEA há mais de 6 anos, o que demonstra ser um programa sólido, que gera frutos e que existe comprometimento na busca dos seus objetivos. A grande maioria das escolas 77,3% desenvolve suas atividades aos sábados e domingos o que evidencia a demanda da comunidade por integração social.

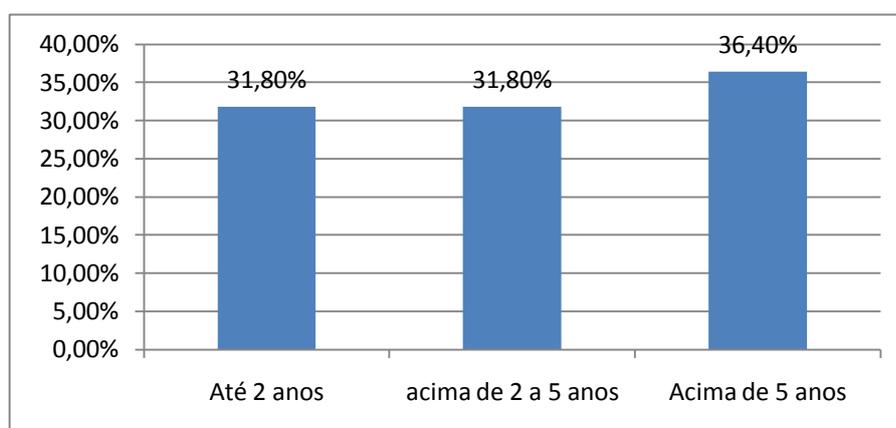
Gráfico 6: Associação do Programa às disciplinas da Escola

Fonte: Dados da Pesquisa

Em relação à associação do programa às disciplinas da escola evidenciou-se que ainda não são todas as escolas que promovem um ambiente de interatividade. Dos respondentes, 45,5% dos coordenadores afirmaram que proporcionam oficinas que possam contribuir para um melhor desempenho dos alunos na escola como o reforço escolar, oficinas de leitura, produção e interpretação de textos, matemática, espanhol, etc. Apesar dos 54,5% dos coordenadores afirmarem que não disponibilizam oficinas associadas às disciplinas da escola, observou-se que as atividades do PEA influenciam indiretamente o ambiente em sala de aula e escolar, modificando o comportamento dos alunos. Com atividades de lazer, esporte, aulas de música, informática, jogos educativos, foi relatada uma maior concentração dos alunos, a consciência da disciplina e do respeito, reduzindo o vandalismo antes existente, como pichações, drogas entre outros.

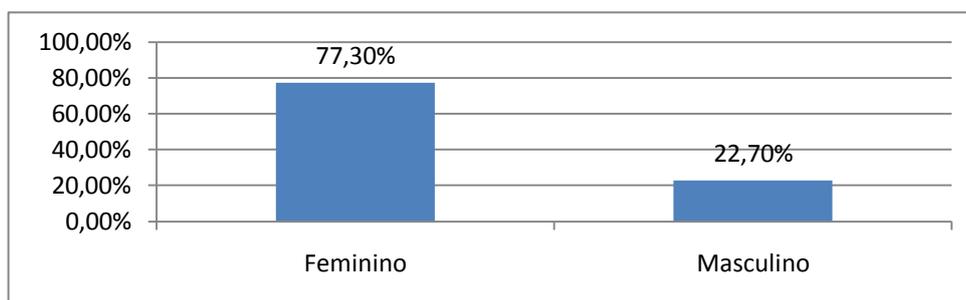
Características dos Atores do Programa

Gráfico 7: Tempo que o Coordenador Participa do PEA



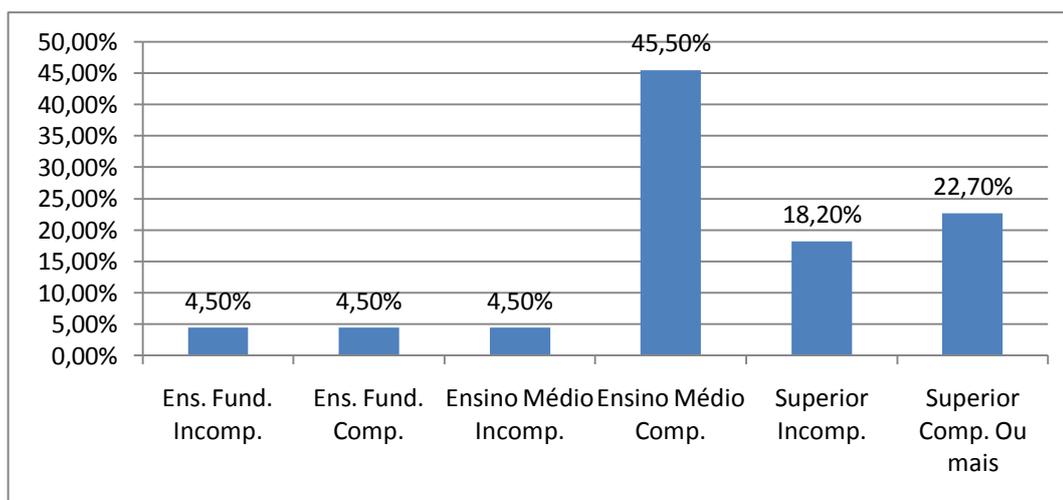
Fonte: Dados da Pesquisa

Constatou-se que existe um comprometimento dos coordenadores com as atividades do Programa Escola Aberta, 68,20% destes participam há mais de dois anos, sendo constatado que existem atores com período de 10 anos nas atividades do PEA, o que reforça que as relações sociais e a interação social entre escola e comunidade está cada vez mais fortalecida.

Gráfico 8: Sexo dos Coordenadores do PEA

Fonte: Dados da Pesquisa

Identificou-se uma forte tendência da participação de mulheres à frente da coordenação do programa, 77,30%, visto que, por ser o coordenador escolar oriundo da comunidade, existe uma maior interação de mães de alunos envolvidas nas atividades.

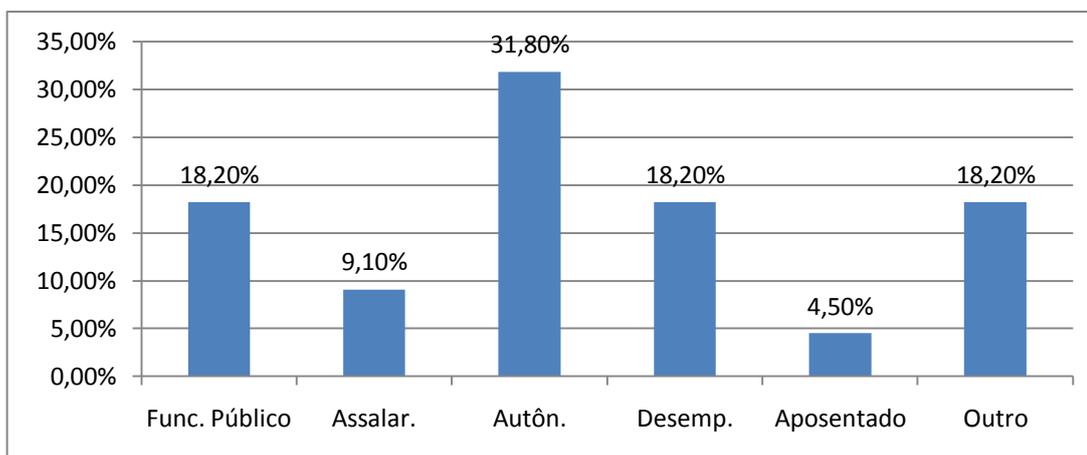
Gráfico 9: Nível de Escolaridade dos Coordenadores do Programa

Fonte: Dados da Pesquisa

Quanto ao nível de escolaridade dos coordenadores do programa a formação ainda é insatisfatória, mais de 50% dos coordenadores possuem formação até o 2º grau. Apenas 18,20% estão cursando o nível superior e 22,7% dos coordenadores possuem nível superior ou mais. Dessa forma, apesar do baixo nível escolar dos coordenadores não cabe julgar o comprometimento nas ações destes no programa, sendo observado nas visitas que alguns coordenadores com menor formação são bastante atuantes e responsáveis, a boa-vontade, o interesse de um ideal compartilhado está presente nas ações dos mesmos. No entanto, uma

melhor formação é relevante para que a gestão do programa seja implementada adequadamente, são necessárias capacitações, palestras, cursos de formação, incentivos para captação de novos voluntários para uma melhor gerenciamento.

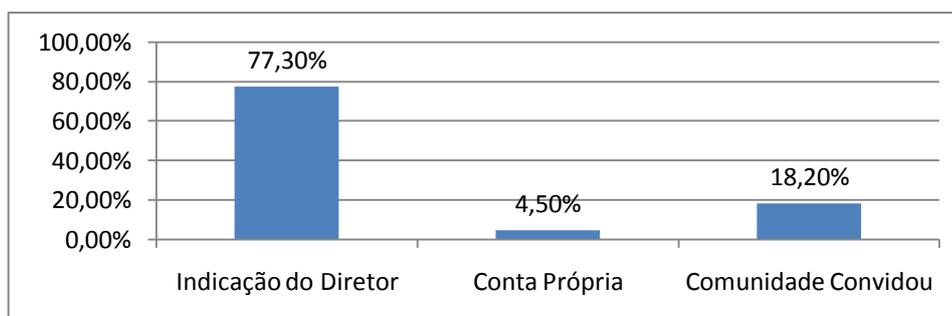
Gráfico 10: Ocupação dos Coordenadores do Programa Escola Aberta



Fonte: Dados da Pesquisa

Pôde-se inferir com os resultados da questão sobre a ocupação profissional dos coordenadores que a mesma é bastante heterogênea. Constatou-se que 31,8% dos coordenadores são autônomos, 18,2% assalariados, 18,2% estão desempregados e 4,5% aposentados. Quando questionados sobre a suficiência da ajuda de custo afirmaram que esta é um auxílio oportuno, mas não é o principal objetivo, muitas vezes o recurso não é suficiente para cobrir as despesas efetuadas. Verificou-se também a existência de funcionários públicos (18,2%) e de outros profissionais como funcionários de empresas privadas, participantes de outros programas sociais (18,2%) o que revela que a questão social é o principal escopo.

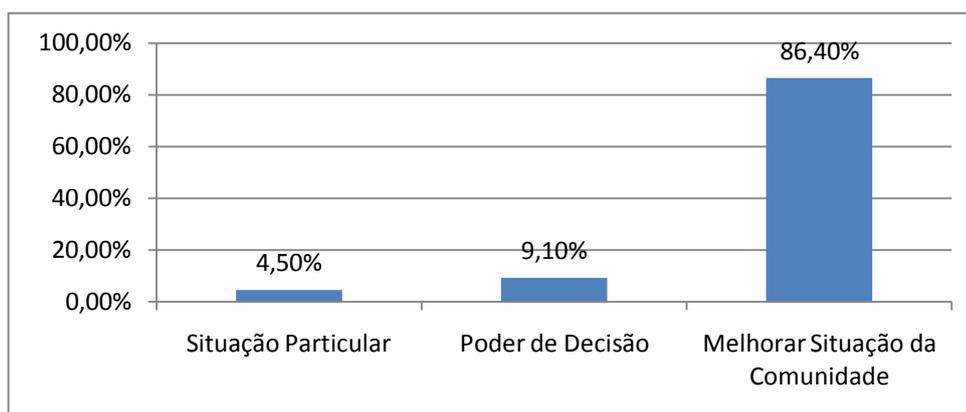
Gráfico 11: Indicação para Participar do Programa



Fonte: Dados da Pesquisa

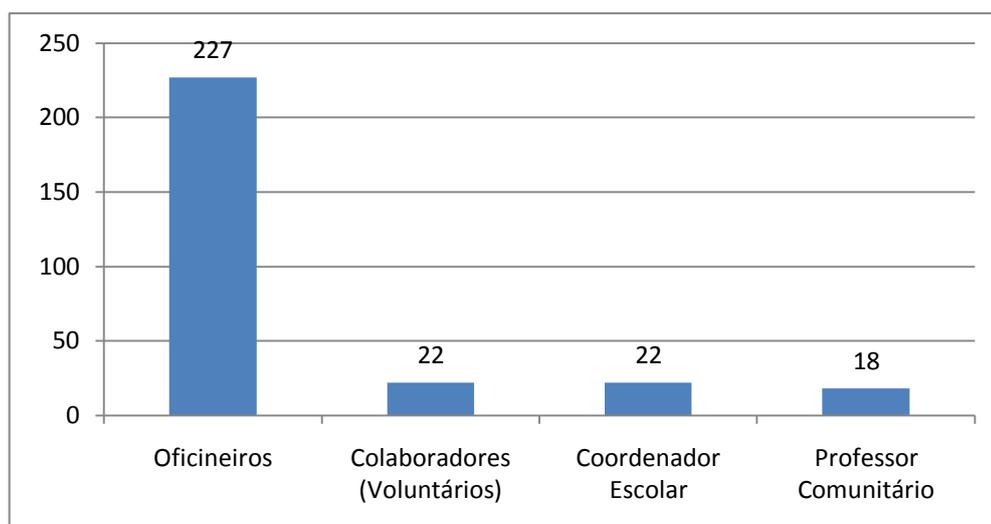
Com o objetivo de verificar como os coordenadores ingressaram no programa, os mesmos foram questionados sobre a forma de indicação, a maior parte (77,3%) afirmou que recebeu indicação do diretor da escola, algumas razões foram citadas: ser atuante na comunidade, participar do programa há muito tempo como oficineiro e ter iniciativa para coordenar o programa, estar envolvido com as atividades dos filhos na escola, ter experiência com outros programas sociais. Cabe destacar que esta indicação deve ser repensada, por agir em conjunto com a escola o coordenador do programa deve estar desvinculado de qualquer ligação com o quadro efetivo. Outros 4,5% dos respondentes afirmaram que se disponibilizaram na escola por conta própria e 18,2% receberam indicação da comunidade, por participar ativamente no meio.

Gráfico 12: Motivação para Participar do Programa



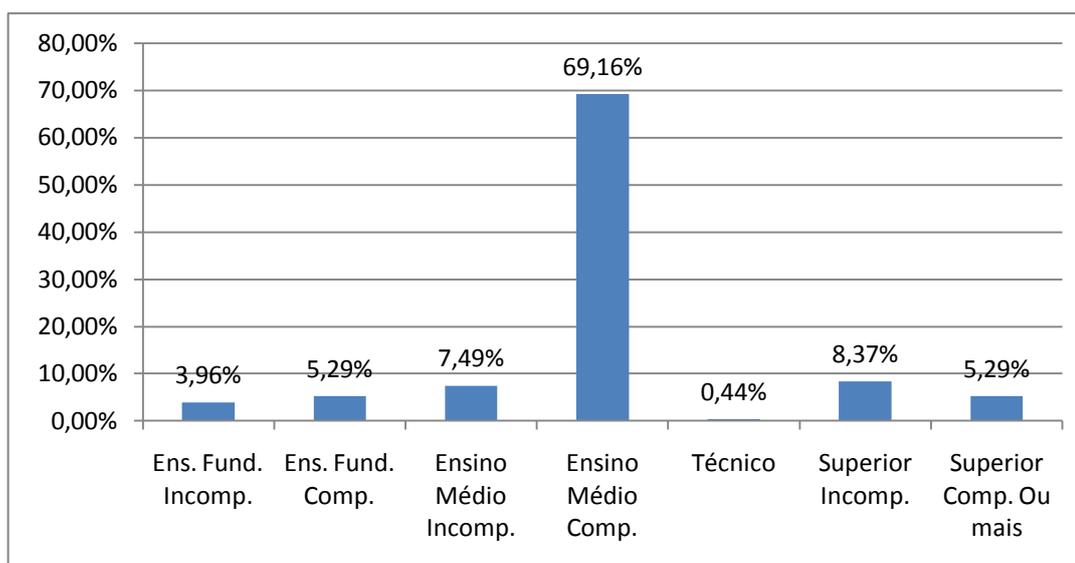
Fonte: Dados da Pesquisa

Como citado anteriormente a grande maioria (86,4% dos respondentes) afirmou que o intuito de participar do programa é o de melhorar a situação da comunidade, citações como “existe necessidade de ajudar pessoas”, como também “desejo criar oportunidades para a vida” foram salientadas. Os 4,5% que desejam resolver uma situação particular e 9,10% que deseja estar próximo do poder de decisão justificam as escolhas pelos mesmos motivos, poder fazer algo a mais, disponibilizar novas contribuições as instituições, o que reforça o pensamento de Teodósio (2001) que os participantes podem buscar uma remuneração não-material, espiritual, afetiva, ideológica ou mesmo realização profissional.

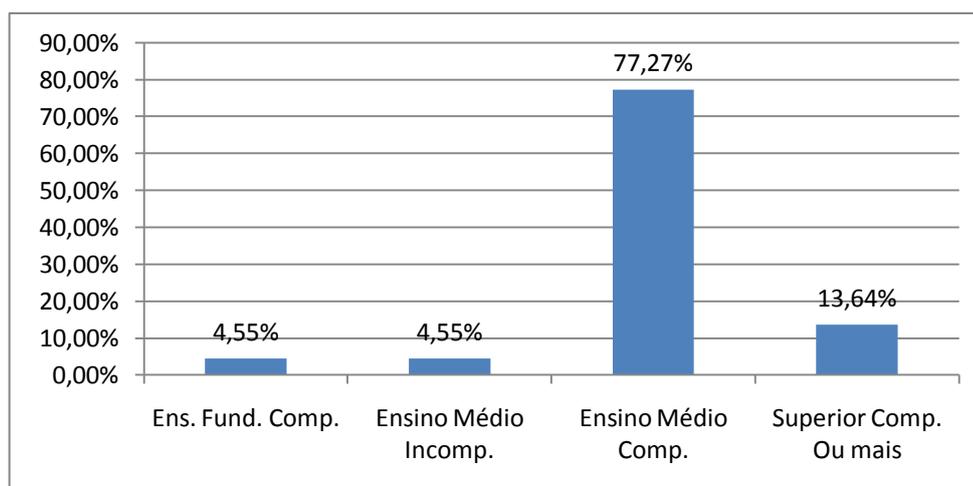
Gráfico 13: Atores do Programa na Cidade de Olinda

Fonte: Dados da Pesquisa / *Em valores numéricos

A partir do levantamento do capital social feito nas 22 escolas de Olinda analisadas constatou-se que no período 2010/2011 a composição de atores do PEA nas escolas é de: 227 oficineiros ressarcidos (ressarcimento para passagens e alimentação no valor de R\$ 15 reais pelas 3 horas de cada oficina), cabe destacar que nem todos os oficineiros estão sendo ressarcidos no momento, existe um revezamento, visto que a norma do PDDE estabelece um limite para ajuda de custo dos voluntários. Identificou-se também a participação de colaboradores totalmente voluntários, número de 22 nas escolas municipais de Olinda, ou seja, estão no programa sem solicitar nenhuma ajuda de custo, prestando serviços como professores de oficinas ou fornecendo contribuições variadas, doando tempo, boa-vontade e muitas vezes serviços de elevada qualificação. Cada escola deve possuir um coordenador escolar e um professor comunitário (sendo a ajuda de custo destes superior, pois estão presentes os dois turnos no programa, ou mesmo quatro turnos se a escola funcionar aos sábados e domingos, o valor da ajuda também é de R\$15 reais por turno de 3 horas), pôde-se inferir que nas vinte e duas escolas existe o coordenador escolar, mas quatro escolas não apresentam o professor comunitário encarregado da parte pedagógica do programa.

Gráfico 14: Formação dos Oficineiros Ressarcidos

Fonte: Dados da Pesquisa

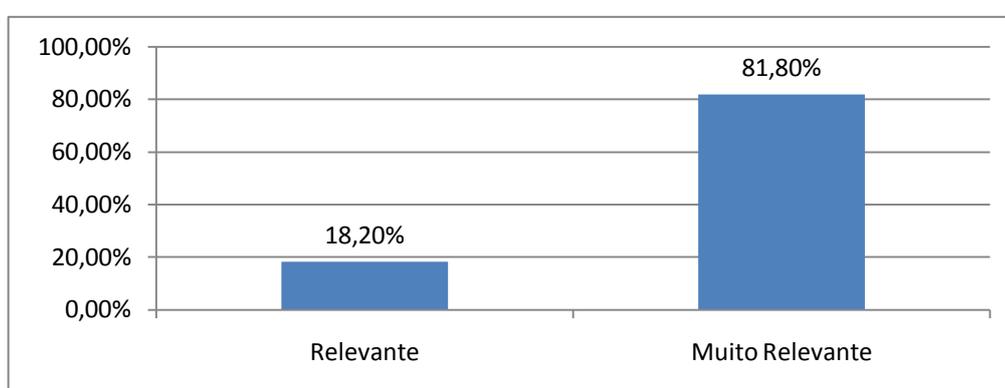
Gráfico 15: Formação dos Colaboradores Voluntários

Fonte: Dados da Pesquisa

Quanto ao levantamento do capital humano dos oficineiros e colaboradores voluntários percebeu-se uma maior concentração até o Ensino Médio. Os resultados revelam uma baixa especialização destes atores, com Ensino Superior Completo ou mais apenas 5,29% e 13,64% dos oficineiros e colaboradores respectivamente, e um percentual de 8,37% de oficineiros que estão em fase de graduação. Ressalta-se que estes profissionais estão em busca de uma remuneração não material, visto que a ajuda de custo recebida muitas vezes não supre todas as despesas para o desempenho das atividades. Embora haja participação significativa de profissionais que possuem o Ensino Fundamental incompleto e completo e

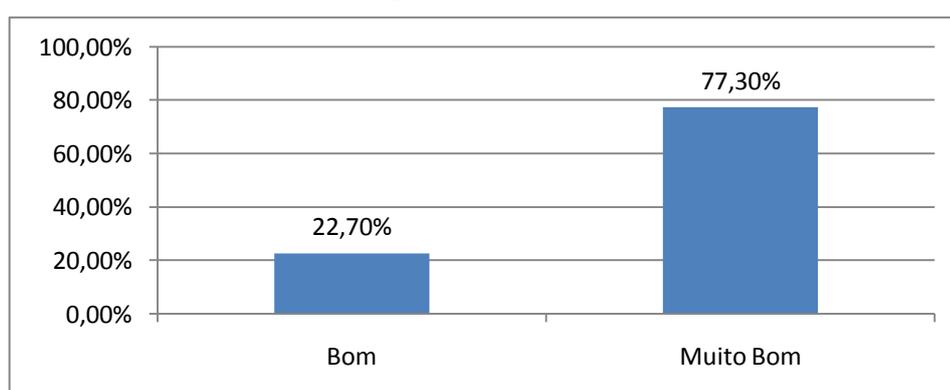
Ensino Médio incompleto e completo, não deve haver uma desvalorização dos serviços, esta é a realidade das ações dos programas sociais, os mesmos doam suas habilidades, tempo, boa-vontade, conhecimentos, experiências adquiridas na vivência profissional. Mas cumpre destacar que essa baixa qualificação representa um empecilho para o desenvolvimento eficaz dos serviços, esforços maiores devem ser despendidos, fornecer condições para um maior nível de aperfeiçoamento se faz necessário a todos os profissionais quer formados ou não, fortalecendo as ações do programa.

Gráfico 16: Relevância da Participação dos Colaboradores Voluntários



Fonte: Dados da Pesquisa

Gráfico 17: Nível de Comprometimento dos Colaboradores Voluntários



Fonte: Dados da Pesquisa

A finalidade inicial do Programa Escola Aberta foi criar um programa tipicamente voluntário em que a própria comunidade participasse no processo de inclusão social. Importante ressaltar que todos os atores do programa são voluntários, porém existe um ressarcimento, os mesmos recebem uma ajuda de custo para compensação de despesas com

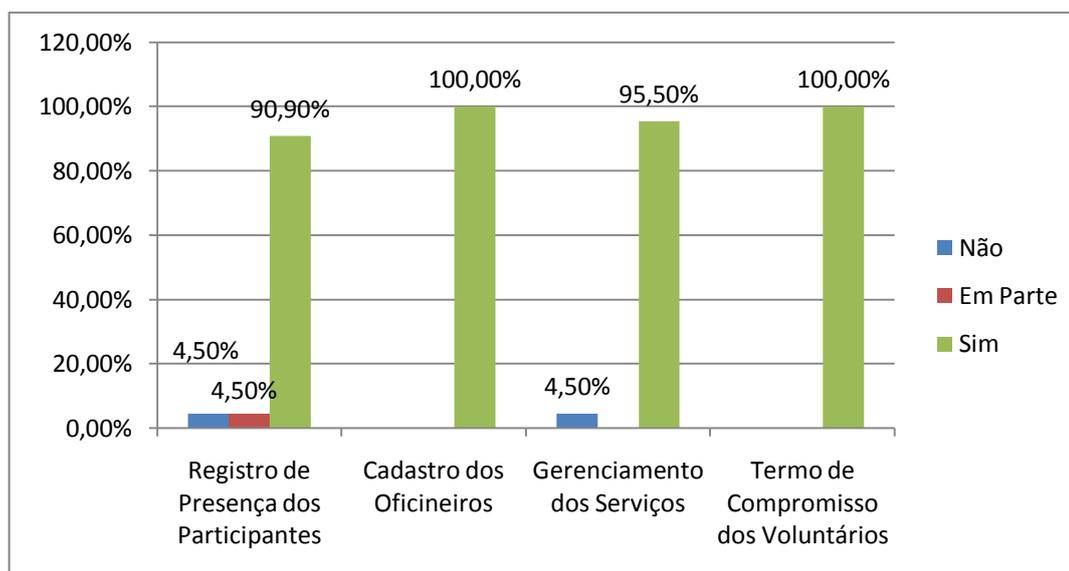
passagens e alimentação, mas também existe a participação de voluntários não ressarcidos que participam do programa apenas por satisfação própria sem receber nenhum auxílio ou ajuda, atuando como oficinairos, colaboradores, etc.

Daí surge a percepção dos coordenadores que consideram entre relevante e muito relevante a participação dos colaboradores totalmente voluntários no PEA, pois os mesmos também representam a sustentabilidade do programa. Considerando o nível de comprometimento dos mesmos os respondentes classificaram entre bom (22,7%) e muito bom (77,3%), pois existe um comprometimento de um ideal compartilhado que visa melhorar a situação da comunidade.

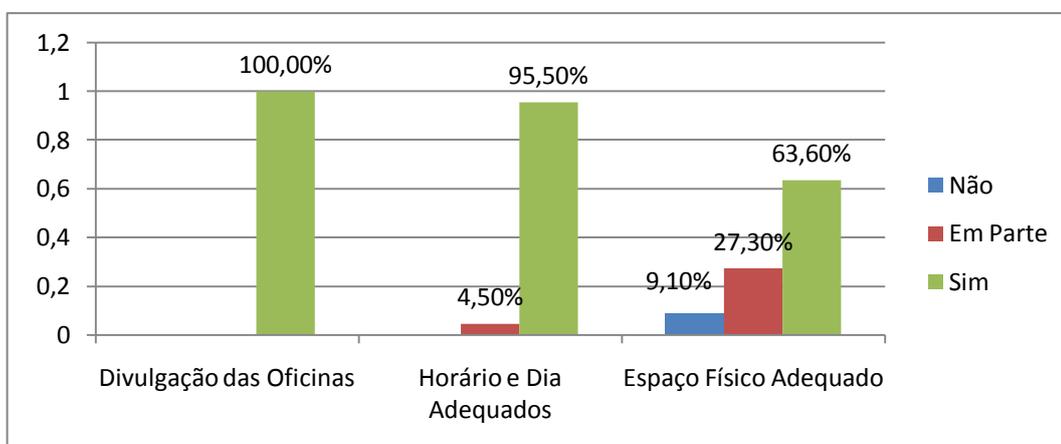
A partir do que foi exposto, pode-se reforçar que o engajamento das relações sociais propicia o alcance do equilíbrio social e bem estar da coletividade criando um ambiente de cooperação, interação e reciprocidade. Assevera também o pensamento de Putman (1995) que sustenta que o capital social envolvido traduz a eficiência das ações na busca de objetivos compartilhados.

Gestão do Programa Escola Aberta

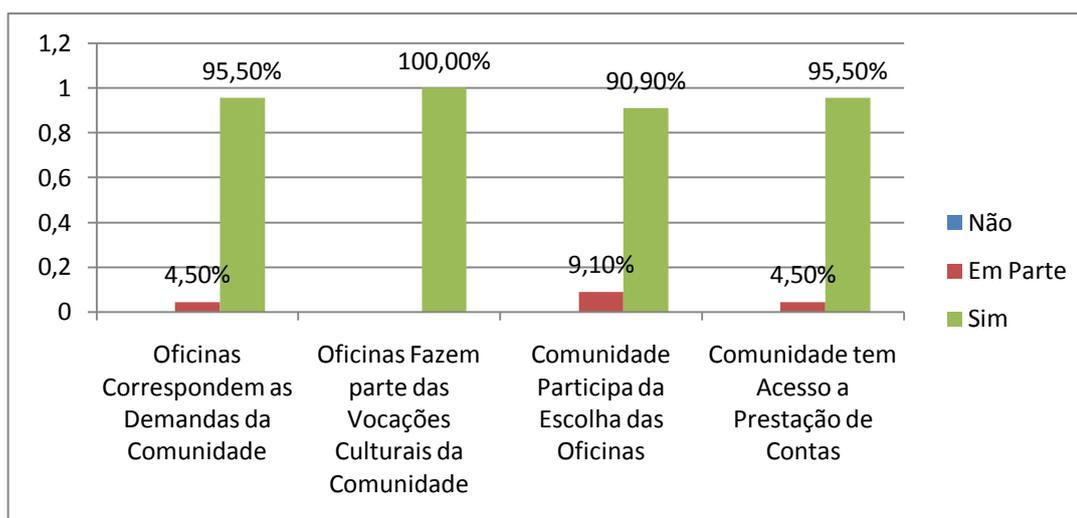
Gráfico 18: Desenvolvimento das Atividades do Programa



Fonte: Dados da Pesquisa

Gráfico 19: Desenvolvimento das Oficinas

Fonte: Dados da Pesquisa

Gráfico 20: Participação da Comunidade

Fonte: Dados da Pesquisa

No que tange a coordenação das atividades do Programa Escola Aberta constatou-se que na maior parte das escolas (90,9%) realiza-se registro de presença dos alunos para que as oficinas sejam realizadas com comprometimento. O cadastro dosicineiros com todos os dados, formação bem como o termo de compromisso dos voluntários, isto é, o termo que identifica as condições do serviço (conforme Lei nº 9.608 de 18 de fevereiro de 1998 que regulamenta o serviço voluntário) são exigências em 100% das escolas. A maior parte dos coordenadores (95,5%) também relata que gerenciam as atividades, realizando reuniões, buscando entender as principais dificuldades, solucionando os problemas que surgem,

exigindo comprometimento dosicineiros, mas também deixam claro que os recursos não são suficientes para proporcionar capacitações, aperfeiçoamento e outras qualificações para os atores que prestam os serviços.

Identificou-se que as oficinas são bem divulgadas no espaço da comunidade por 100% das escolas. Dentre as principais formas de divulgação, além de avisos em sala de aula e exposição na reunião de pais e mestres, destacam-se a panfletagem, bicicletas de carro de som, cartazes expostos na escola, os líderes comunitários que participam do conselho escolar também realizam a divulgação boca-a boca na comunidade.

Constatou-se que a gestão participativa está presente no desenvolvimento e alcance dos objetivos de ação do PEA, neste ambiente a comunidade torna-se ao mesmo tempo participante, autora e responsável pelos efeitos do programa. Conforme opinião de 90,9% dos coordenadores do programa a comunidade participa ativamente da escolha das oficinas através das reuniões do conselho, 100% dos mesmos consideram que as oficinas fazem parte das vocações culturais da comunidade, desenvolvendo oficinas de danças e músicas regionais como o frevo e percussão, 95,5% dos coordenadores também afirmaram que as oficinas fazem parte das demandas da comunidade, essa em especial, pois não há razão para continuar com uma oficina que não corresponda aos interesses dos beneficiários.

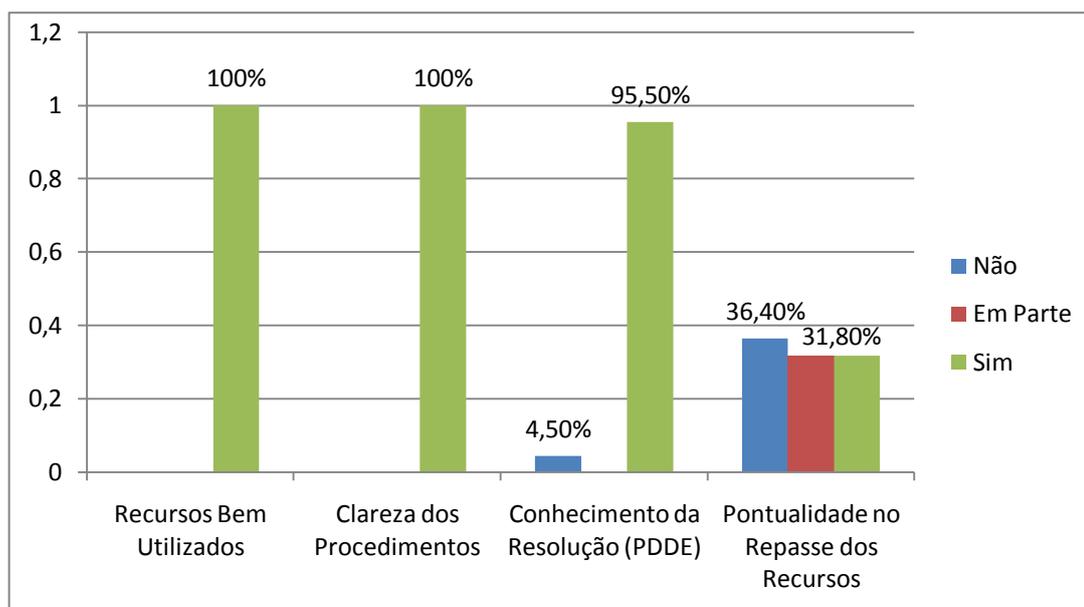
No sentido de participação do cidadão no controle das ações realizadas no programa, busca-se a disponibilização de informações no intuito de contribuir para correta aplicação dos recursos públicos, é fundamental para consecução dos objetivos do Estado que ocorra uma parceria com o cidadão na gestão, fiscalização e monitoramento das ações da administração pública, tanto individualmente quanto por meio de participação nos conselhos de gestão. Evidenciou-se com a pesquisa que todas as escolas disponibilizam a prestação de contas para comunidade, 95,5% das escolas a oferece por meio de exposição em quadro de avisos (esta prestação de contas evidencia apenas os recursos adquiridos), existe a divulgação também nas reuniões de conselho escolar ou a quem solicitar. Os outros 4,5% dos coordenadores ressaltaram que disponibilizam em parte, apenas nas reuniões de conselho escolar ou caso alguém da comunidade solicite.

Por fim, a maior parte dos coordenadores considera que o horário e o dia das oficinas são adequados (95,5%), mas em relação ao espaço físico da escola 27,3% dos respondentes consideram o local apropriado em parte e 9,1% não consideram o espaço da escola adequado, os coordenadores afirmam que ainda falta investimento não só para as atividades do programa, mas da própria escola, algumas escolas enfatizaram dificuldades como: falta de

quadra esportiva ou inadequação desta, algumas escolas não possuem cozinhas adequadas para oficinas de culinária, nem espaço para conservação de mantimentos, acomodação de utensílios, etc.

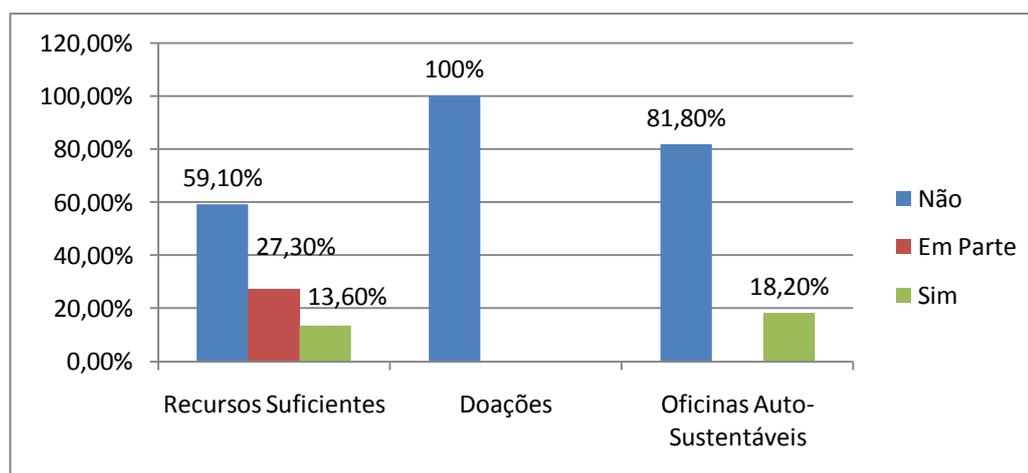
No que tange as características dos recursos repassados ao PEA e sua aplicação tem-se:

Gráfico 21: Gestão dos Recursos do Programa



Fonte: Dados da Pesquisa

Gráfico 22: Recursos do Programa



Fonte: Dados da Pesquisa

Analisando o ponto de vista dos coordenadores sobre o repasse dos recursos identificou-se que 100% dos coordenadores consideraram que os recursos do programa são bem utilizados, eles afirmaram que não há dificuldades significativas na gestão dos mesmos,

existindo um percentual designado tanto para compra de materiais (20% a 30% do recurso) quanto para o ressarcimento dos voluntários (70% a 80%) devendo ser respeitado os limites e buscando-se a melhor aplicação possível. Todos asseguraram que existe clareza nos procedimentos, salientando que a Secretaria de Educação do Município está sempre presente auxiliando e dirimindo dúvidas. Apesar da afirmação de que existe clareza nos procedimentos 4,5% dos coordenadores ainda não conhecem a Resolução nº3 de 1 de abril de 2010 que dispõe sobre a adesão, habilitação, formas de execução e prestação de contas referentes ao Programa Dinheiro Direto na Escola (PDDE) o que deve ser revisto, pois a resolução deve ser seguida para correta aplicação dos recursos.

Dos coordenadores questionados sobre a pontualidade no repasse dos recursos 36,4% afirmaram que o recurso sempre chega com atraso o que dificulta o desenvolvimento das atividades, eles salientaram que o período sem a utilização da verba não pode ser ressarcido, o recurso só pode ser utilizado do mês do repasse em diante. Os outros 31,8% que consideram que existe pontualidade e os 31,8% que consideram que existe pontualidade em parte mencionaram que depende da escola, se houver uma correta prestação de contas e se a documentação for entregue corretamente por todas as escolas de maneira que o erro de uma não atrapalhe a outra, os recursos são entregues em tempo hábil. Dessa forma constatou-se o que foi evidenciado no Relatório da Controladoria Geral da União, são observadas falhas na entrega de documentação por algumas escolas, erros na prestação de contas (que deve ser apresentada com documentação fiscal), o que acarreta o atraso no repasse dos recursos. Esse aspecto deve ser analisado com mais cuidado, existe a necessidade de auxílio do Governo para com as escolas, capacitando os responsáveis pelo programa. Apesar da afirmação de que existe entendimento dos procedimentos, ainda acontecem erros, o que demonstra a dificuldade existente para correta elaboração e prestação de contas dos documentos.

Quanto à suficiência dos recursos 59,1% dos coordenadores afirmaram que os mesmos não são satisfatórios, dentre as principais dificuldades associadas a escassez de recursos foram ressaltadas como descrito a seguir: falta da merenda, pois os alunos pertencem a comunidades carentes e muitas vezes chegam a escola sem a primeira refeição do dia. Baixo ressarcimento dosicineiros, apesar de ser um trabalho voluntário muitas vezes o recurso não supre os gastos de locomoção e alimentação (limitado a R\$15 reais por turno), os coordenadores afirmaram ainda que tal recurso poderia servir como incentivo, reconhecimento e investimento no aperfeiçoamento. Falta de recursos para material, este necessita ser aplicado conforme as prioridades e principais necessidades. Carência de uma melhor divulgação das

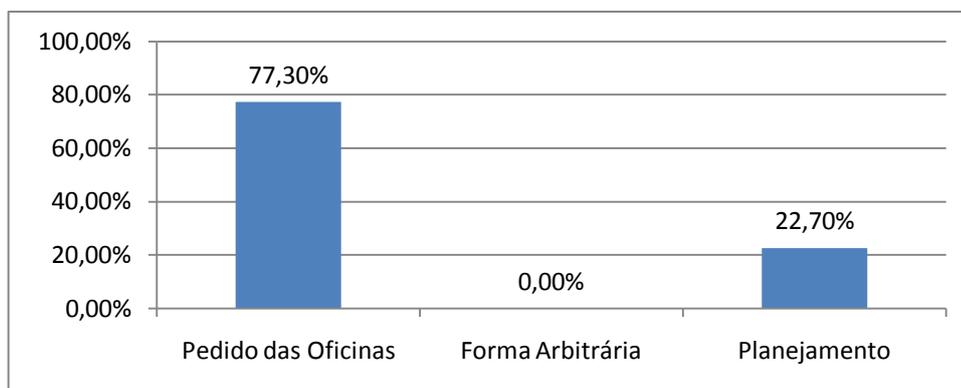
oficinas na comunidade. Não implementação de novas oficinas solicitadas por não existir a possibilidade de ressarcir novos profissionais ou profissionais mais qualificados. Falta de condições de programar aulas mais atrativas. Ausência de recursos para melhorar o espaço físico da escola. Insuficiência de recursos para desenvolver novos cursos profissionalizantes que muito beneficiam a comunidade como cabeleireiro, manicure, eletricista, etc. Dos respondentes 13,6% consideram os recursos suficientes e 27,3% consideram em parte, os relatos salientam que para compra de material os recursos são satisfatórios, mas para ressarcimento não.

No tocante a parcerias que possam dar condições à sustentabilidade e continuidade das ações do programa através de doações da comunidade de recursos, materiais, alimentos, verificou-se que 100% das escolas de Olinda não recebem este tipo de colaboração, segundo os respondentes é necessário aplicar eficientemente os recursos recebidos do governo, pois não existe colaboração externa.

Por fim, quanto as oficinas auto-sustentáveis, ou seja, as que produzem produtos e conseguem vendê-los e aplicar a receita na compra de novos materiais, constatou-se que 18,2%, isto é, 4 escolas realizam esta prática em algumas oficinas, mas não de forma contínua e controlada. Isso revela que algumas oficinas podem ser sustentáveis caso o procedimento seja realizado de forma planejada. Apenas uma escola efetua o registro do material vendido e valor de venda, uma escola realiza o registro apenas do valor apurado com as vendas e sua aplicação e duas não realizam qualquer controle. Verificou-se que estas escolas produzem produtos de artesanato, bordados, costura, etc, e os revendem em feirinhas para própria comunidade a preço de custo, o mais comum é que ocorra em casos específicos para o levantamento de verba que é aplicada em compras de urgência para o programa ou para própria escola, ou para realização de comemorações para o programa (confraternização de fim de ano, festas juninas para os alunos do PEA, etc.). Este recurso constitui-se numa fonte de receita econômica gerada pelo programa que não é evidenciada, sendo abordada em nossa Mensuração do Resultado Econômico. Já as 81,8% das escolas que não realizam esta prática afirmam que preferem não comercializar com materiais provenientes de verbas públicas, os mesmos expõe o material em eventos para Secretaria de Educação Municipal, os produtos são produzidos por cada aluno em número de dois, um para o próprio aluno e outro para escola, sendo estes disponibilizados como brindes em comemorações, como dia das mães, dia da criança, dia do professor, também são utilizados como decoração para própria escola. Dessa forma, apesar destas receitas serem modestas, constatou-se que existem oficinas auto-

sustentáveis, porém ainda falta um maior controle do material produzido, informação, conhecimento, planejamento (custos, preço de venda, etc) para que estas atividades sejam desempenhadas com maior clareza.

Gráfico 23: Julgamento para Aplicação dos Recursos



Fonte: Dados da Pesquisa

No processo de gestão dos recursos e sua aplicação na compra de material de consumo o valor estabelecido na resolução do PDDE varia de (20% a 30%), 77,3% dos coordenadores realizam a compra de material através dos pedidos das oficinas, ou seja, são estabelecidas nas reuniões as prioridades, qualidade do material, cotação de preços em três lugares diferentes como estabelecido pelo programa, esta é a prática exigida. Em 22,7% das escolas os coordenadores afirmaram que realizam um planejamento e já fazem estimativas do material necessário para compra em quantidades maiores, tudo isto de forma simplória sem registro.

Não foram evidenciadas nas escolas de Olinda dificuldades relevantes quanto a aplicação e alocação de recursos. Ainda assim, como destacado na pesquisa prévia realizada com atores do PEA em Pernambuco, grande parte dos coordenadores destacou que existem percalços e limitações, havendo necessidade de escolha das prioridades para compra de materiais, pois os recursos nem sempre são suficientes, contando com seleção de produtos de boa qualidade, mas de marcas menos conhecidas. Nesse aspecto o Governo poderia agir, promovendo capacitações com profissionais qualificados, dando suporte para um planejamento, sugestões na alocação dos recursos nas compras públicas.

5.1. MENSURAÇÃO DO RESULTADO ECONÔMICO DO PROGRAMA ESCOLA ABERTA

Para elaboração da Demonstração do Resultado Econômico do Programa Escola Aberta e posterior utilização deste resultado como uma medida ou indicador de desempenho procedeu-se inicialmente ao levantamento de todos os serviços (oficinas) disponibilizados em cada escola da rede municipal de Olinda onde o programa está sendo efetivado no período 2010/2011.

5.1.1 Descrição do Processo

Mensuração da Receita Econômica dos Serviços (APÊNDICE A)

O Programa Escola Aberta disponibiliza serviços (oficinas) em escolas de educação básica nos finais de semana, essas ações são realizadas com o apoio da comunidade, desenvolvendo atividades educativas, culturais, artísticas, esportivas, profissionalizantes. Para tanto foi realizado em cada escola o mapeamento de todas as atividades desenvolvidas. Cabe frisar que os serviços públicos disponibilizados possuem um valor econômico, pois agregam valor, caso os mesmos não fossem oferecidos gratuitamente com a participação do voluntariado os cidadãos teriam a necessidade de buscar os serviços no mercado. Dessa forma, para calcular o valor de venda dos serviços foi utilizado o conceito de custo de oportunidade na apuração da receita econômica, multiplicando-se o volume de serviços prestados (nº de beneficiários) e o valor do serviço, ou seja, a melhor alternativa encontrada no mercado caso os beneficiários necessitassem contratar serviços similares.

Para apuração do custo de oportunidade seguiu-se os critérios:

- Na mensuração da receita foram consideradas todas as oficinas do programa, tanto os serviços oferecidos pelosicineiros ressarcidos quanto pelos colaboradores totalmente voluntários que também atuam como professores de oficinas. A partir daí foi realizado o

levantamento do total de beneficiários de cada oficina.

- O levantamento do custo de oportunidade do valor dos serviços deu-se com as melhores alternativas encontradas no mercado de atividades semelhantes.
- Foram escolhidas 3 opções similares de cada área para obtenção de uma média de preço do valor do serviço no mercado, em alguns casos não foi obtido esse número, mas foram escolhidos especialistas reconhecidos. Considerou-se para apuração do valor 3 horas de aula em 1 dia na semana, como acontece em cada oficina do programa.
- O custo de oportunidade foi calculado pelo período de um ano (em R\$) já que o período de adesão ao programa é de julho de 2010 a junho de 2011. Para tanto, multiplicou-se o volume de serviços (número de beneficiários) pelo seu custo de oportunidade anual (valor do serviço no mercado).
- Outras Receitas não evidenciadas foram levantadas nas escolas como a existência de doações, receitas auferidas com venda de produtos produzidos nas oficinas. Quatro escolas realizam este tipo de atividade, mas de maneira esporádica e para eventos específicos. Destas, duas escolas não efetuam nenhum registro das vendas (não sendo evidenciada na demonstração) e duas realizam o registro de forma simplória (valor este apresentado na demonstração).

Mensuração dos Custos e Despesas Diretos e Indiretos Identificáveis

Para apuração dos custos e despesas do Programa utilizou-se os seguintes critérios:

- Os Custos e Despesas Diretos Identificáveis: foram considerados os recursos repassados pelo governo que possuem destinação específica, recursos de custeio para compra de materiais de consumo e ressarcimento para ajuda de custo dos voluntários. (Fonte: Tesouraria da Secretaria de Educação do Município de Olinda).
- Nos Custos e Despesas Indiretos Identificáveis: foi utilizado o conceito de custo de

oportunidade no cálculo dos honorários dos profissionais (**APÊNDICE B**), e realizado o levantamento do valor por hora no mercado para o fornecimento de serviços similares. O valor dos honorários equivale ao custo de oportunidade do serviço multiplicado pelo número de profissionais. Cabe destacar que algumas vezes o mesmo profissional atua em mais de uma oficina, sendo neste caso o valor computado em dobro, pois o mesmo recebe a remuneração pelos dois serviços.

Considerou-se a formação de nível superior ou mais dos profissionais nas atividades que exigem especialização. Este critério justificou-se pelos resultados encontrados no Relatório de Auto-Avaliação do Programa Escola Aberta (2009) em que foi constatado que na amostra escolhida na cidade de Olinda do total de 16 atores do programa 56,25% possuem nível superior ou mais. Os contatos foram encontrados via internet, lista telefônica, ou mesmo em locais já conhecidos, como exemplo, o Conservatório Pernambucano de Música onde se encontram muitos professores qualificados o que facilitou o acesso.

Foi levantada a média do custo de oportunidade no mercado de 3 profissionais de cada área. Foram considerados os custos por hora (sendo cada oficina realizada: 3 horas por dia em 1 dia na semana, dessa forma foram considerados ainda 12 horas no mês o que equivale a 144 horas no ano para apuração do custo de oportunidade anual).

- Considerou-se o custo de oportunidade para o cálculo dos Honorários dos Supervisores, visto que o ressarcimento dos mesmos é efetuado com recursos do programa destinados às escolas. Em Olinda existem cinco supervisores, cada supervisor atende o número de cinco escolas. Este valor foi evidenciado na Demonstração do Resultado Econômico Consolidado.
- Passagens de Coordenadores e Supervisores representam o valor repassado pelo Governo Municipal para suprir tais custos. Valor mensal de R\$ 1.500,00.
- Os custos e despesas para consecução das atividades do programa, como aluguel, energia, água, manutenção etc., foram considerados em valor total como forma de diárias, visto que o programa é realizado apenas nos finais de semana em parceria com as escolas.

Dessa forma utilizou-se o Custo de Estrutura Física, melhor alternativa encontrada no mercado do valor que escolas similares cobriam para disponibilizar o espaço para realização das ações do programa. Também foi utilizada a média do custo de oportunidade em 3 escolas privadas similares que se encontram em área de vulnerabilidade social.

Apuração do Resultado Econômico

De posse destes dados elaborou-se a Demonstração do Resultado Econômico como uma medida ou indicador de desempenho contábil-gerencial das escolas municipais de Olinda. Para tanto foi considerado o período de 1 ano, devido os recursos serem destinados anualmente ao programa de julho de 2010 a junho de 2011.

Cabe destacar que a análise da Demonstração do Resultado Econômico do PEA não foi realizada para fins de comparação entre as escolas, visto que o valor do recurso repassado não é uniforme, ele varia conforme a quantidade de dias de funcionamento do programa, quantidade de alunos na escola, mas não exclui uma auto-avaliação das escolas de suas práticas. Assim, foram elaboradas as Demonstrações individuais das escolas:

Quadro 9: Demonstrações Individuais do Resultado Econômico nas Escolas Municipais de Olinda

Demonstração do Resultado Econômico em R\$	DRE E. M. Alberto Torres em R\$	DRE E. M. Antônio Correia em R\$	DRE E. M. CAIC Prof.^a Norma Coelho em R\$	DRE E. M. CEL. José Domingos da Silva em R\$
Receita Econômica	305.557,80	1.175.884,80	935.199,60	356.574,00
(+) Outras Receitas				
Doações	0,00	0,00	0,00	0,00
Vendas	0,00	0,00	0,00	0,00
(=) Rec. E. Total	305.557,80	1.175.884,80	935.199,60	356.574,00
(-) Custos Diretos Identificáveis				
Materiais de Consumo e Ressarcimento	-13.475,00	-20.350,00	-20.350,00	-15.300,00
(-) Custos Indiretos Identificáveis				
Custo da Estrutura Física (Aluguel, energia, água, manutenção)	-6.600,00	-6.600,00	-6.600,00	-6.600,00
Honorários dos profissionais	-85.320,00	-145.660,00	-92.464,00	-91.200,00
(=) Resultado Econômico	200.162,80	1.003.274,80	815.785,60	243.474,00

Demonstração do Resultado Econômico em R\$	DRE E. M. Criança Feliz em R\$	DRE E. M. Cruzada Social Santa Luzia em R\$	DRE E. M. Dom Azeredo Coutinho em R\$	DRE E. M. Dona Brites de Albuquerque em R\$
Receita Econômica	319.630,80	771.119,80	302.987,00	265.320,00
(+) Outras Receitas				
Doações	0,00	0,00	0,00	0,00
Vendas	0,00	0,00	0,00	0,00
(=) Rec. E. Total	319.630,80	771.119,80	302.987,00	265.320,00
(-) Custos Diretos Identificáveis				
Materiais de Consumo e Ressarcimento	-18.150,00	-17.600,00	-13.090,00	-20.900,00
(-) Custos Indiretos Identificáveis				
Custo da Estrutura Física (Aluguel, energia, água, manutenção)	-6.600,00	-6.600,00	-6.600,00	-6.600,00
Honorários dos profissionais	-107.700,00	-140.920,00	-51.940,00	-72.060,00
(=) Resultado Econômico	187.180,80	605.999,80	231.357,00	165.760,00

Demonstração do Resultado Econômico em R\$	DRE E. M. Duarte Coelho em R\$	DRE E. M. Gregório Bezerra em R\$	DRE E. M. Isaac Pereira em R\$	DRE E. M. Izaulina de Castro e Silva em R\$
Receita Econômica	871.356,00	308.470,00	316.380,00	315.054,00
(+) Outras Receitas				
Doações	0,00	0,00	0,00	0,00
Vendas	0,00	0,00	0,00	0,00
(=) Rec. E. Total	871.356,00	308.470,00	316.380,00	315.054,00
(-) Custos Diretos Identificáveis				
Materiais de Consumo e Ressarcimento	-22.000,00	-19.250,00	-21.450,00	-14.245,00
(-) Custos Indiretos Identificáveis				
Custo da Estrutura Física (Aluguel, energia, água, manutenção)	-6.600,00	-6.600,00	-6.600,00	-6.600,00
Honorários dos profissionais	-87.180,00	-74.280,00	-71.620,00	-109.360,00
(=) Resultado Econômico	755.576,00	208.340,00	216.710,00	184.849,00

Demonstração do Resultado Econômico em R\$	DRE E. M. João Francisco de Souza em R\$	DRE E. M. Lions Dirceu Veloso em R\$	DRE E. M. Maria da Glória Advíncula em R\$	DRE E. M. Marcos Freire em R\$
Receita Econômica	339.660,00	271.650,40	273.200,00	427.914,00

(+) Outras Receitas				
Doações	0,00	0,00	0,00	0,00
Vendas	0,00	0,00	0,00	0,00
(=)Rec. E. Total	339.660,00	271.650,40	273.200,00	427.914,00
(-) Custos Diretos Identificáveis				
Materiais de Consumo e Ressarcimento	-16.005,00	-18.700,00	-14.850,00	-19.250,00
(-) Custos Indiretos Identificáveis				
Custo da Estrutura Física (Aluguel, energia, água, manutenção)	-6.600,00	-6.600,00	-6.600,00	-6.600,00
Honorários dos profissionais	-55.684,00	-57.780,00	-78.540,00	-94.584,00
(=) Resultado Econômico	261.371,00	188.570,40	173.210,00	307.480,00

Demonstração do Resultado Econômico em R\$	DRE E. M. Monte Castelo em R\$	DRE E. M. Pastor David R. Blackburn em R\$	DRE E. M. Profª Cleide Betânia do Amaral em R\$	DRE E. M. Rotary de Olinda em R\$
Receita Econômica	259.780,00	239.284,80	182.427,80	298.548,00
(+) Outras Receitas				
Doações	0,00	0,00	0,00	0,00
Vendas	0,00	60,30	0,00	72,00
(=)Rec. E. Total	259.780,00	239.345,10	182.427,80	298.620,00
(-) Custos Diretos Identificáveis				
Materiais de Consumo e Ressarcimento	-21.450,00	-18.700,00	-14.850,00	-12.705,00
(-) Custos Indiretos Identificáveis				
Custo da Estrutura Física (Aluguel, energia, água, manutenção)	-6.600,00	-6.600,00	-6.600,00	-6.600,00
Honorários dos profissionais	-85.180,00	-77.460,00	-44.040,00	-72.780,00
(=) Resultado Econômico	146.550,00	136.585,10	116.937,80	206.535,00

Demonstração do Resultado Econômico em R\$	DRE E. M. Santa Tereza em R\$	DRE E. M. 12 de Março em R\$
Receita Econômica	187.790,00	304.560,00
(+) Outras Receitas		
Doações	0,00	0,00
Vendas	0,00	0,00
(=)Rec. E. Total	187.790,00	304.560,00
(-) Custos Diretos Identificáveis		
Materiais de Consumo e Ressarcimento	-18.150,00	-11.025,00
(-) Custos Indiretos Identificáveis		
Custo da Estrutura Física (Aluguel, energia,	-6.600,00	-6.600,00

água, manutenção)		
Honorários dos profissionais	-58.380,00	-78.580,00
(=) Resultado Econômico	104.660,00	208.355,00

Fonte: Dados da Pesquisa

Quadro 10: Demonstração do Resultado Econômico Consolidado das Escolas Municipais de Olinda em 2011

Demonstração do Resultado Econômico Consolidada em R\$	
Receita Econômica	9.028.348,80
(+) Outras Receitas	
Doações	0,00
Vendas	132,30
(=) Receita Econômica Total	9.028.481,10
(-) Custos Diretos Identificáveis	
Materiais de Consumo e Ressarcimento	-381.845,00
(-) Custos Indiretos Identificáveis	
Custo da Estrutura Física (Aluguel, energia, água, manutenção)	-145.200,00
Honorários dos profissionais	-1.832.712,00
Honorários dos Supervisores	-28.050,00
Ressarcimento com Passagens	-18.000
(=) Resultado Econômico	6.622.674,10

Fonte: Dados da Pesquisa

Para o cálculo do Retorno sobre Investimento considerou-se:

- Lucro Operacional: o Lucro Econômico obtido com o Resultado Econômico positivo
- Investimento: os recursos ativos totais investidos no Programa provenientes do Governo na forma de transferências do PDDE como para compra de materiais de consumo, ressarcimento dos voluntários, para compra de material permanente e os recursos disponibilizados pela Secretaria Municipal de Olinda.

Investimentos	R\$
Investimento do PDDE	
Recursos para compra de materiais e Ressarcimento	381.845,00
Recursos para compra de material permanente	22.500,00
Investimento da Secretaria Municipal de Olinda	18.000,00
Total	422.345,00

$$\text{ROI} = \frac{\text{Lucro}}{\text{Investimento}} \rightarrow \text{ROI} = \frac{6.622.674,10}{422.345,00} = 15,68072$$

Com os resultados constatou-se que todas as escolas estão apresentando lucro econômico e revelando um indicador de desempenho positivo e um gerenciamento adequado por parte do Programa. As escolas disponibilizam serviços a uma quantidade significativa de beneficiários que gerariam uma receita superior aos custos necessários para desenvolvê-los. De acordo com a Demonstração do Resultado Econômico Consolidado foi obtido um lucro Econômico de R\$ 6.622.674,10. Este indicador de desempenho também proporciona a visualização de um parâmetro para tomada de decisão, os coordenadores podem avaliar seu desempenho, buscar elevar seu lucro, proporcionando melhores serviços e uma maior atuação. Numa avaliação contábil, devem ser envidados esforços para uma permanência das atividades do PEA, o programa gera um retorno 15 vezes maior ao capital investido no programa. Salienta-se a necessidade de adoção de medidas no tocante ao montante investido, melhorando a qualidade dos serviços oferecidos, proporcionando maiores capacitações aos atores do programa, contratação de profissionais qualificados, suporte para um maior planejamento, controle, avaliação dos processos, beneficiando assim a sociedade. Dessa forma evidenciou-se uma visão integrada dos indicadores de desempenho econômico como segue:

Quadro 11: Visão Integrada dos Indicadores de Desempenho do Programa Escola Aberta

Demonstração do Resultado Econômico		Demonstração do Resultado do Exercício (DRE)		Origem e Destinação do Resultado Econômico	
Benefícios Gerados	9.028.481,10	Receitas		<i>Origens do Valor Econômico</i>	
Serviços	9.028.348,80	<i>Subvenções Governamentais</i>		1- Do Governo	545.045,00
Vendas	132,30	Governo Federal (FNDE)	*381.845,00	FNDE	381.845,00
(-) Custos dos Recursos		Governo Municipal	18.000,00	Secretaria Municipal	18.000,00
Custos Cobrados	-399.845,00	Outras Receitas		Estrutura Física	145.200,00
Material de Consumo e Ressarcimento	-381.845,00	<i>Vendas</i>	132,30	3- Da Comunidade	1.860.762,00
Passagens Coordenadores Supervisores	-18.000,00	(=) Total das Receitas	399.977,30	Honorários dos Profissionais	1.832.712,00
		(-) Despesas		Honorários supervisores	28.050,00
		Custos Cobrados	-399.845,00	4- Valor Econômico	6.622.674,10
Custos não-cobrados	-2.005.962,00	(=) Superávit	132,30	5- Valor Total Obtido	9.028.481,10
Estrutura Física	-145.200,00			<i>Destinação do Valor Econômico</i>	
Honorários dos Profissionais	-1.832.712,00			Serviços Sociais Gratuitos	9.028.348,80
Honorários Supervisores	-28.050,00			(=) Superávit	132,30
(=) Valor Econômico	6.622.674,10				

Fonte: Santos (2009) com adaptação

*Foram considerados apenas os recursos disponibilizados para consumo e ressarcimento das atividades do PEA no período, o recurso para compra de material permanente (R\$22.500) foi considerado um investimento ativo que será utilizado em diversos períodos pelo programa.

A primeira seção demonstra um valor econômico positivo, demonstrando benefícios econômicos gerados pelos serviços deduzidos os custos necessários a seu oferecimento: cobrados (recursos para compra de material de consumo e ressarcimento, bem como recursos para passagens dos coordenadores e supervisores) e os custos não cobrados (aluguel, honorários dos profissionais). Constatou-se um indicador de desempenho contábil-gerencial favorável, o programa apresenta um lucro econômico o que demonstra que, contabilmente, ele traz benefícios econômicos à sociedade.

Na segunda seção, como todos os recursos repassados para o programa tem destinação específica, suas receitas com subvenções governamentais são equivalentes as despesas efetuadas com ressarcimentos e compra de materiais de consumo, o superávit deve-se a receita extra obtida com a venda de bens produzidos nas oficinas do programa.

Na terceira seção observou-se a origem e destinação do resultado econômico, provenientes do governo, da comunidade (através dos serviços voluntários) somado ao valor agregado ao programa e a partir daí a sua destinação para os serviços sociais gratuitos, e foi obtido um superávit. Apesar do valor positivo, observou-se que os recursos do programa são insuficientes, a sustentabilidade do PEA é obtida através das contribuições originadas da comunidade com o trabalho voluntário.

Não foram realizadas comparações entre as escolas visto que o objetivo principal não é demonstrar as melhores práticas, também seria subjetivo estabelecer tais critérios, as escolas possuem portes diferentes, os recursos repassados também variam de acordo com a quantidade de alunos na escola, dias de funcionamento. Mas vale reforçar que além de uma prestação de contas para sociedade este indicador também proporciona um embasamento ao processo de tomada de decisão dos gerenciadores dos recursos públicos, os processos internos podem ser repensados, os gestores podem avaliar o seu desempenho, suas práticas e seus resultados comparados a escolas semelhantes.

Importante destacar que os resultados obtidos tomaram por base exclusivamente as informações repassadas pelos coordenadores das escolas competentes para tal. A partir do estudo de caso apresentado, pôde-se apontar uma proposta que buscou a diminuição da assimetria informacional na administração pública, pela busca de melhores práticas de evidenciação dos atos administrativos no setor público. É preciso aproximar a máquina administrativa cada vez mais do cidadão através de uma reforma no modelo atual de gestão pública, onde a máxima seria a transparência e a prestação de contas, sendo um dever e responsabilidade do administrador (*accountability*), voltadas exclusivamente para a satisfação

das necessidades/demandas do principal (cidadão) e de leis que dessem o suporte necessário a sua efetivação.

5.2. AVALIAÇÃO DO PROGRAMA ESCOLA ABERTA ATRAVÉS DA ANÁLISE ZOOP (*Ziel Orientierte Projekt Planung*)

A análise ZOOP (*Ziel Orientierte Projekt Planung*) significa “planejamento de projeto orientado por objetivos”, foi introduzido em 1981 na Agência Alemã de Cooperação Técnica (GTZ GmbH- Gesellschaft für Technische Zusammenarbeit) e foi adotado efetivamente a partir de 1987 como ferramenta de gestão. O método ZOOP pode ser entendido como um processo que vai desde o planejamento, implementação até a avaliação dos resultados alcançados com o programa ou projeto, o mesmo serve como uma orientação para ações futuras. O resgate do programa pelo método ZOOP reforça o enfoque participativo no projeto, permite que os atores diretamente envolvidos e demais interessados sejam municiados de informações, experiências e idéias que proporcionarão um suporte no desenvolvimento de ações planejadas. Este é o intuito da pesquisa, municiar de informações tanto os gestores quanto a sociedade, apresentando um indicador de desempenho como também uma análise dos processos e atividades desenvolvidas.

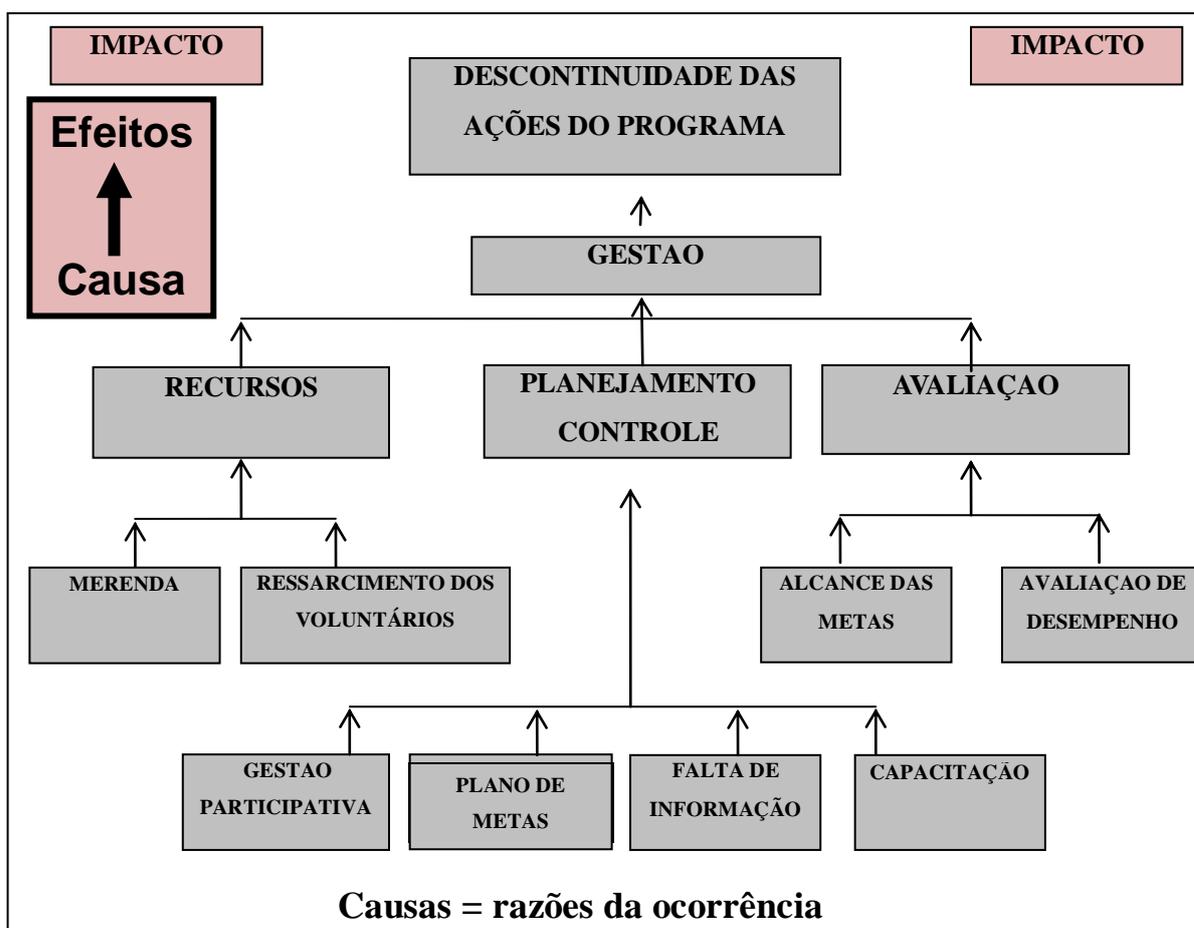
O Programa Escola Aberta incentiva e apóia a abertura nos finais de semana de escolas públicas de educação básica localizadas em territórios de vulnerabilidade social. A proposta do programa surge com o objetivo de fortalecer a convivência comunitária, evidenciar a cultura popular, as expressões juvenis e o protagonismo da comunidade, além de contribuir para valorizar o território e os sentimentos de identidade e pertencimento. A troca de saberes pode redimensionar os conteúdos pedagógicos, tornando a escola mais inclusiva e competente na sua ação educativa, favorecendo novas práticas de aprendizagem e proporcionando oportunidades de promoção e exercício da cidadania.

As ações do programa são feitas em parceria com a comunidade escolar, ampliando sua integração, planejando e executando atividades educativas, culturais, artísticas, esportivas e até mesmo profissionalizantes. As ações dos finais de semana são realizadas a partir de consultas à escola e do Diagnóstico da comunidade para identificar as demandas locais. O grande destaque é a participação de pessoas e instituições que se disponibilizem a

compartilhar seus conhecimentos, habilidades e competências de forma voluntária. As atividades são organizadas no formato de oficinas, palestras e cursos envolvendo alunos, jovens, crianças, adultos, pais, responsáveis e idosos tanto da escola quanto da comunidade. As secretarias estaduais e municipais são responsáveis por implementar e acompanhar o Escola Aberta nos territórios. O desenvolvimento do Programa pressupõe a cooperação e a parceria entre as esferas federal, estadual e municipal, e a articulação entre diversos projetos e ações no âmbito local, incluindo os da sociedade civil, da esfera privada e de organizações não-governamentais.

A situação atual do Programa Escola Aberta evidencia situações em que são demonstrados problemas, bem como suas causas e efeitos, que necessitam de soluções. As dificuldades ensejadas podem dar suporte para que sejam criadas novas oportunidades, transformando as ameaças em ponto de partida pra estratégias de ação. Assim pôde ser montada uma árvore de problemas como segue:

Figura 1: Árvore de Problemas



Fonte: Elaborado pela autora

Algumas dificuldades, não taxativas, foram observadas na pesquisa e podem ser evidenciadas nas ações do Programa Escola Aberta o que desencadeia o efeito que mais preocupa os envolvidos, a descontinuidade das ações do programa. Constatou-se que dentre as principais causas que levam a problemas na gestão estão:

A escassez dos recursos, ou seja, para que as atividades sejam implementadas a organização escolar, composta por coordenadores, diretores, professor comunitário, oficinairos e colaboradores, deve conviver com recursos limitados para uma aplicação eficaz, sendo o comprometimento dos atores do PEA superior a suas necessidades materiais. Apesar da busca de um ideal compartilhado, poderiam ser destinados novos recursos para o aperfeiçoamento profissional, promovidos cursos para aprimoramento de qualidades, com o objetivo de consolidar as atividades e para que as mesmas tragam contribuições mais representativas. Quanto aos beneficiários, destaca-se a relevância social desse programa para suas vidas, criar oportunidades de cidadania além de um direito dos mesmos é um dever do Estado. Apesar de todas as contribuições de inclusão social, interação, desenvolvimento de habilidades e aperfeiçoamento os alunos necessitam de um suporte para sua manutenção, sendo a merenda escolar uma ajuda mínima, mas que faz toda diferença para quem é proveniente de comunidades carentes.

O planejamento e controle também passam a ser uma necessidade emergente, dar suporte para um melhor desenvolvimento do programa, uma atuação mais ativa da comunidade, auxílios do Governo para capacitação de gestores, desenvolvimento de planejamento e plano de metas a ser alcançado e a partir daí serem estabelecidas formas de controle são essenciais. Apenas destinar recursos ao programa não garante que sua aplicação está sendo efetuada eficazmente.

Por fim, avaliações de desempenho ainda não são comuns no programa, devendo ser consideradas como um conjunto de valores e atitudes direcionados ao alcance de metas. Existe carência no programa de objetivos estabelecidos e previstos, a partir deste ponto é que podem ser desenvolvidos e aplicados métodos de avaliação com maior precisão. As avaliações devem ser implementadas não como um processo único, mas sim permanente, levantando indicadores que sirvam para potenciais mudanças nos processos.

CONCLUSÃO

O presente estudo teve por objetivo evidenciar o Resultado Econômico do Programa Escola Aberta (PEA) em escolas municipais de Olinda como um indicador de performance contábil-gerencial dos serviços públicos disponibilizados. Para tanto foram aplicados 22 questionários nas escolas em que o programa está sendo efetivado no período 2010/2011, bem como uma análise qualitativa, mapeando seus processos, desenvolvimento das atividades, capital social envolvido no programa bem como apurando os dados para elaboração da Demonstração do Resultado Econômico.

Com base nos resultados obtidos concluiu-se que o Programa Escola Aberta possui um indicador de desempenho favorável apresentando um resultado econômico positivo ou lucro econômico, confirmando a hipótese nula da pesquisa, o que revela um gerenciamento adequado dos recursos públicos no tocante à receita econômica auferida com a disponibilização dos serviços gratuitos, deduzidos os custos necessários a seu oferecimento. Constatou-se também que o programa gera um retorno 15 vezes superior ao capital investido, asseverando que, contabilmente, vale a pena o investimento e a continuidade das ações do programa. Apesar do resultado contábil positivo cabe reforçar que os recursos repassados para o programa são insuficientes para o desenvolvimento das atividades, a sustentabilidade do programa se dá pelas contribuições voluntárias disponibilizadas.

O PEA por estar voltado para inclusão social possui relevância tanto social quanto econômica. Constatou-se que apenas destinar recursos para o programa não é suficiente. São necessárias medidas que proporcionem o estabelecimento de metas, planejamento e avaliação das ações. Algumas dificuldades foram encontradas como a baixa qualificação dos atores, falta de informação, dessa forma não basta o programa funcionar, surge a necessidade de melhores investimentos, melhor aprimoramento dos processos, maior qualidade na gestão dos recursos, aperfeiçoamento dos serviços disponibilizados, qualificação dos atores, redesenhando os processos para uma maior eficiência.

Portanto, as conclusões são válidas apenas para a amostra das escolas que participou da pesquisa. No entanto, de acordo com o número de escolas visitadas e a forma criteriosa com que a pesquisa foi conduzida, nos é permitido utilizar esses dados como indicativo do Resultado Econômico do Programa Escola Aberta na cidade de Olinda. Para novas pesquisas, recomenda-se que este trabalho seja replicado em outras cidades com amostras representativas da população do PEA em conjunto com uma avaliação de eficácia ou impacto do programa,

proporcionando a evidenciação dos benefícios sociais oferecidos.

REFERÊNCIAS

ARRETCHE, Marta T. S. **Tendências no estudo sobre avaliação**. Publicado em: RICO, Elizabeth Melo (org.) (1998). Avaliação de Políticas Sociais: Uma Questão em Debate. São Paulo, Cortez. Disponível em: http://www.fflch.usp.br/dcp/assets/docs/Marta/Arretche_1998.pdf. Acesso em: 19/10/2010.

ASSAF NETO, Alexandre. **Finanças Corporativas e Valor**.- 4. ed. – São Paulo: Atlas, 2009.

BARCELOS, Carlos L. K; SOBRAL, Yves D; LUSTOSA, Paulo R. B. **Orçamento público gerencial e mensuração do valor agregado: uma abordagem da teoria da gestão econômica**. 2005. Disponível em: <http://www.congressosp.fipecafi.org/artigos52005/129.pdf>. Acesso em: 22/04/2010.

BEUREN, Ilse Maria; MARTINS, Luciano Waltrick. **Sistema de Informações Executivas: Suas Características e Reflexões sobre sua Aplicação no Processo de Gestão**. Revista Contabilidade & Finanças FIPECAFI - FEA - USP, São Paulo, FIPECAFI, v.15, n. 26, p. 6 - 24, maio/agosto 2001.

BONACIM, Carlos Alberto Grespan; et. al. **Mensuração do Resultado Econômico: um estudo comparativo entre as metodologias do GECON e do EVA**. FACEF Pesquisa, v. 10, p. 12-27, 2007.

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constitui%C3%A7ao.htm. Acesso em: 12/05/2010.

_____. Lei nº 9.608, de 18 de fevereiro de 1998. **Dispõe sobre o serviço voluntário**. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L9608.htm. Acesso em: 20/02/2010.

_____. RESOLUÇÃO Nº 3 DE 1 DE ABRIL DE 2010. Dispõe sobre os processos de adesão e habilitação e as formas de execução e prestação de contas referentes ao Programa Dinheiro Direto na Escola (PDDE), e dá outras providências. Disponível em:

<http://www.fnde.gov.br/index.php/legis-resolucoes>. Acesso em: 15/04/2010.

BROWN, Eleanor. COLLEGE, Pomona. **Assessing the Value of Volunteer Activity**. Nonprofit and Voluntary Sector Quarterly, 1999.

CATELLI, Armando. **O que é o GECON**. In: Controladoria: uma abordagem da gestão econômica- GECON. 2 Ed. –São Paulo: Atlas, 2010.

CATELLI, Armando; PEREIRA, Carlos Alberto; VASCONCELOS, Marco Tullio de Castro. **Processo de Gestão e Sistemas de Informações Gerenciais**. In: Controladoria: uma abordagem da gestão econômica- GECON. 2 Ed. –São Paulo: Atlas, 2010.

CATELLI, Armando; et.al. **Gestão Econômica de investimentos em ativos fixos**. Revista Contabilidade & Finanças - USP, São Paulo, n. 31, p. 26 - 44, janeiro/abril 2003.

CATELLI, Armando; SANTOS, Edilene Santana. Mensurando a criação de Valor na gestão Pública. RAP Rio de Janeiro 38(3):423-49, Maio/Jun. 2004.

CHIANCA, Thomaz; MARINO, Eduardo; SCHIESARI, Laura. **Desenvolvendo a cultura de avaliação em organizações da sociedade civil**. São Paulo: Global, 2001. (Coleção Gestão e Sustentabilidade).

CHIECHELSKI, Paulo Cesar Santos. **Avaliação de programas sociais: abordagens quantitativas e suas limitações**. Revista Virtual Textos & Contextos, nº 4, dez. 2005.

COHEN, Ernesto; FRANCO, Rolando. **Avaliação de projetos sociais**. 4. ed. Rio de Janeiro: Vozes, 1993.

COSTA, Frederico Lustosa da; CASTANHAR, José Cezar. **Avaliação de programas públicos: desafios conceituais e metodológicos**. RAP Rio de Janeiro, Set./Out. 2003.

CUNHA, Carla Giane Soares da. **Avaliação de Políticas Públicas e Programas Governamentais: tendências recentes e experiências no Brasil**. 2006. Disponível em: http://www.seplag.rs.gov.br/upload/Avaliacao_de_Politicas_Publicas_e_Programas_Governamentais.pdf. Acesso em: 14/10/2010.

DRUCKER, Peter F. **Administração de organizações sem fins lucrativos- princípios e práticas**. São Paulo, Pioneira, 1994.

FERNANDES, José Luiz Nunes. **O Modelo de Mensuração do Sistema de Gestão Econômica – GECON – como uma efetiva resposta para a área de Controladoria.** Adcontar, Belém, v. 5, n.1. p. 15-34, junho, 2004.

FIPECAFI. **Manual das Normas Internacionais de Contabilidade: IFRS versus Normas Brasileiras** – 2 ed. São Paulo: Atlas, 2010.

FUNDO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO. Disponível em: <http://www.fnde.gov.br/index.php/programas-dinheiro-direto-na-escola>. Acesso em: 02/03/2010.

_____. Relatórios de Atividades. Disponível em: <http://www.fnde.gov.br/index.php/inst-relatorios-cgu>. Acesso em: 14/04/2010.

GARRISON, Ray H. - **Managerial Accounting - Concepts for Planning, Control, Decision Making** - Illinois -USA - Homewood - 1988.

GECON – Gestão Econômica: www.gecon.com.br

GUERREIRO, Reinaldo. **Mensuração do Resultado Econômico.** Caderno de Estudos, São Paulo, FIPECAFI – Setembro 1991. Disponível em: <http://www.eac.fea.usp.br/cadernos/completos/cad03/mensuracao.pdf>. Acesso em: 09/09/2010.

HENDRIKSEN, Elson S.; BREDA, Michael F. Van. **Teoria da Contabilidade.** São Paulo: Atlas, 1999.

HENRIQUES, R. (Org.). **Desigualdade e pobreza no Brasil.** São Paulo: IPEA, 2000.

HICKS, J.R. **The theory of uncertainty and profit.** *Economica: A Journal of Social Sciences*, n. 32, p. 170 -189, may 1931.

HÖFLING, Eloisa de Mattos. **Estado e políticas (públicas) sociais.** *Cadernos Cedes*, ano XXI, nº 55, novembro/2001.

IAS 18- Récito. **Resumo Técnico.** Disponível em: <http://www.iasb.org/NR/rdonlyres/59EB0A7D-8AE2-466D-B3F8->

[C3C2449D1E6C/0/PTSummary IAS18 pretranslation LA.pdf](#). Acesso em: 14/05/2011.

IRONMONGER, Duncan. **The Economic Value of Volunteering in South Australia**. Melbourne: Households Research Unit, Department of Economics, University of Melbourne, 2002.

IUDÍCIBUS, Sérgio de. Contabilidade Introdutória. Equipe de Professores da Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade da USP; coordenação Sérgio de Iudícibus. – 11. ed. - São Paulo: Atlas, 2010.

JENSEN, Michael C; MECKLING, William H. **Theory of the Firm: Managerial Behavior, Agency Costs and Ownership Structure**. Journal of Financial Economics, October, 1976, V. 3, No. 4, pp. 305-360.

KAPLAN, Robert S; NORTON, David P. **The Balanced Scorecard- Measures That Drive Performance**. Harvard Business Review. Jan/Feb, 1992.

KOHAMA, Heilio. **Contabilidade pública: teoria e prática**. 9. ed. São Paulo: Atlas, 2003

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. **Fundamentos de metodologia científica** – 4. ed. – São Paulo: Atlas, 2001.

LOZECKY, Jeferson. **Mensuração do Resultado**. Revista Contemporânea de Contabilidade. v. 01. n. 01. Jan./Jun. 2004 p. 97-114.

MILLANI FILHO, Marco Antônio Figueiredo. **Eficiência Produtiva no Terceiro Setor: Um estudo comparativo de desempenho entre organizações filantrópicas asilares**. Tese (Doutorado em Ciências Contábeis) Universidade de São Paulo. São Paulo, 2009.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. **Resultado do Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB) nas Escolas**. Disponível em: <http://sistemasideb.inep.gov.br/resultado/>. Acesso em: 05/05/2011.

_____. Apresentação Índice de Desenvolvimento da Educação (IDEB). Disponível em: http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=180&Itemid=336. Acesso em: 05/05/2011.

MIRANDA, Luiz Carlos; et. al. **Garimpando na imprensa especializada: Uma metodologia alternativa para a coleta de Indicadores de desempenho gerencial.** In: Congresso Internacional de Custos, 6., 1999, Braga (Portugal). Anais eletrônicos. Braga: Universidade do Minho, 1999. 1 CD-Rom.

_____. **Resultado econômico em organizações do terceiro setor: um estudo exploratório sobre a avaliação de desempenho.** Revista de Cont. e Controladoria, Curitiba v. 1 n. 1 p. 35-44 jan./abr. 2009.

NAKAGAWA, Masayuki. **Introdução à controladoria: conceitos, sistemas, implementação.** São Paulo: Atlas, 1995.

OLIVEIRA, Fabrício Augusto de. **Evolução, Determinantes e Dinâmica do Gasto Social no Brasil: 1980/1996.** Texto para discussão nº 649. Disponível em: http://www.ipea.gov.br/pub/td/td_99/td_649.pdf. Acesso em: 10/11/2010.

PADOVEZE, Clóvis Luís. **Contabilidade gerencial: um enfoque em sistema de informação contábil.** 2. ed. -. São Paulo: Atlas, 1997.

PEREIRA, Carlos Alberto. **Avaliação de Resultados e Desempenhos.** In: Controladoria: uma abordagem da gestão econômica- GECON. 2 Ed. –São Paulo: Atlas, 2010.

PEREIRA, Carlos Alberto; OLIVEIRA, Antônio Benedito Silva Oliveira. **Preço de Transferência: Uma aplicação do conceito de custo de oportunidade.** In: Controladoria: uma abordagem da gestão econômica- GECON. 2 Ed. –São Paulo: Atlas, 2010.

PEREZ, José Roberto Rus. **Avaliação do processo de implementação: algumas questões metodológicas.** In: RICO, Elizabeth Melo (Org.). Avaliação de programas sociais: uma questão em debate. 3. ed. São Paulo: Cortez; IEE-PUCSP, 2001.

PROGRAMA ESCOLA ABERTA. **Relatório de Análise dos Dados.** Universidade de Brasília, 2008.

PUTNAM, Robert D. **Capital social e democracia.** Braudel Papers, nº10, 1995.

RATTNER, Henrique. **Prioridade: Construir o Capital Social.** 2002. Disponível em: <http://www.mundodigital.unesp.br/sulamericana/materias/6prioridadeconstruirocaptalsocial-henriquerattner.pdf>. Acesso em: 04/04/2010.

RIBEIRO FILHO, José Francisco. **Controle Gerencial para Entidades da Administração Pública**. 1997. Disponível em: [http://www.seplag.rs.gov.br/upload/Avaliacao_de Politiclas Publicas e Programas Governamentais.pdf](http://www.seplag.rs.gov.br/upload/Avaliacao_de_Politiclas_Publicas_e_Programas_Governamentais.pdf). Acesso em: 03/11/2010.

SANTOS, Luís Paulo Guimarães dos. **Uma Contribuição à Discussão Sobre a Avaliação de Desempenho das Instituições Federais de Ensino Superior - Uma Abordagem da Gestão Econômica**. Revista Contabilidade & Finanças - USP, São Paulo, n. 28, p. 86 - 99, jan./abr. 2002.

SILVA, Antônio Carlos Ribeiro de. **Metodologia da pesquisa aplicada à contabilidade: orientações de estudos, projetos, relatórios, monografias, dissertações e teses** - São Paulo: Atlas, 2003.

SILVA, Maria Ozanira da Silva e. Avaliação de políticas e programas sociais: aspectos conceituais e metodológicos. In: **Avaliação de políticas e programas sociais: teoria e prática**. São Paulo: Veras, 2001.

SILVA, Rogério Renato; BRANDÃO, Daniel. **Os quatro elementos da avaliação**. Ensaio 2006. Disponível em: <http://www.fonte.org.br/documentos/artigo%209.pdf>. Acesso em: 10/11/2010.

SLOMSKI, Valmor. **Mensuração do resultado econômico em entidades públicas – uma proposta**. 1996. 92P. Dissertação (Mestrado em Controladoria e Contabilidade) – faculdade de Economia, Administração e Contabilidade, Universidade de São Paulo, São Paulo.

_____. **Mensuração do resultado econômico em entidades públicas – uma Proposta**. Chapeco SC: Artigos, 2001.

SOUZA, Celine. **Políticas Públicas: Uma revisão da literatura**. Sociologias, Porto Alegre, ano 8, nº 16, jul/dez 2006, p. 20-45.

SPINK, Peter. **Avaliação democrática: propostas e práticas**. In: Simpósio de Avaliação em HIV/AIDS – Associação Brasileira Interdisciplinar de AIDS (ABIA), Rio de Janeiro, 2000. Disponível em: <http://www.fgvspace.br/spink/conteudo/documentos/metodos/avaldemocrat.pdf>. Acesso em: 25/05/2010.

STAIR, Ralph M. **Princípios de sistemas de informação: uma abordagem gerencial**. Rio

de Janeiro: LTC - Livros Técnicos e Científicos, 1998.

TEODÓSIO, A. S. S. Programas de incentivo ao voluntariado: novos desafios para a ética gerencial. In: **Memorias del IV Congreso Latinoamericano de Ética, Negocios y Economía** – la ética en la gestión pública y privada: fortalezas y debilidades. Buenos Aires: Associação Latinoamericana de Ética, Negócios e Economia / Universidade Argentina de La Empresa, 26-27 de julho de 2001, pp. 17-27.

UNICEF. Guide for monitoring and evaluation. New York: Unicef, 1990.

VARELA, Patrícia Siqueira; CATELLI, Armando. **Gestão econômica dos programas sociais municipais**, 2003. Disponível em: <http://www.gecon.com.br/uruguai1.doc>. Acesso em: 17/11/2010.

VASCONCELOS, Ana Lúcia F. de S. **Uma experiência de avaliação dos impactos da formação de capital humano em programas sociais: O caso do Programa de Liderança e Desenvolvimento Social (PLDS) no Nordeste brasileiro**. 2007. 235 p. Tese (Doutorado em Serviço Social). Universidade Federal de Pernambuco.

WEINZIMMER, Laurence G.; NYSTRON, Paul C.; FREEMAN, Sarah J. **Measuring Organizational Growth: Issues, Consequences and Guidelines**. Journal of Management, Vol. 24, No. 2, pp. 235-262, 1998.

APÊNDICE A - Receita Econômica das Escolas

Quadro I: Receita Econômica da Escola Alberto Torres

Escola Municipal Alberto Torres (em R\$)			
Oficinas	Volume de Serviços (nº de beneficiários)	C. O. (ano)	Receita Econômica
Leitura	20	3.600,00	7.2000,00
Capoeira	25	600,00	1.5000,00
Futebol	40	1.260,00	5.0400,00
Manicure	15	842,52	1.2637,80
Cabeleireiro	30	1.440,00	4.3200,00
Fuxico	15	1.620,00	2.4300,00
Jogos de Salão	20	900,00	1.8000,00
Desenho	15	900,00	1.3500,00
Teatro	20	576,00	1.1520,00
Horta	15	600,00	9000,00
Culinária	15	2.400,00	3.6000,00
Total	230	14.739,00	30.5557,80

Fonte: Dados da Pesquisa

Quadro II: Receita Econômica da Escola Antônio Correia

Escola Municipal Antônio Correia (em R\$)			
Oficinas	Volume de Serviços (nº de beneficiários)	C. O. (ano)	Receita Econômica
Capoeira	120	600,00	72.000,00
Xadrez	20	900,00	18.000,00
Manicure	40	842,52	33.700,80
Confeitaria	15	2.400,00	36.000,00
Futebol	60	1.260,00	75.600,00
Vôlei	60	1.260,00	75.600,00
Recreação	30	622,80	18.684,00
Cabeleireiro	30	1.440,00	43.200,00
Grafitagem	30	720,00	21.600,00
Pintura	25	900,00	22.500,00
Bijuteria	20	1.620,00	32.400,00
Dança Popular	30	1.350,00	40.500,00
Música	40	5.760,00	230.400,00
Tae-kwon-do	40	560,00	22.400,00
Biscuit	10	1.620,00	16.200,00
Percussão	60	5.760,00	345.600,00
Desenho	10	900,00	9.000,00
Karatê	20	560,00	11.200,00
Swingueira	38	1.350,00	51.300,00
Total	698	30.425,32	1.175.884,80

Fonte: Dados da Pesquisa

Quadro III: Receita Econômica da Escola CAIC Prof.^a Norma Coelho

Escola Municipal CAIC Prof. ^a Norma Coelho (em R\$)			
Oficinas	Volume de Serviços (nº de beneficiários)	C. O. (ano)	Receita Econômica
Vôlei	289	1.260,00	364.140,00
C. e Costura	12	3.456,00	41.472,00
Crochê	23	1.620,00	37.260,00
Informática 1	35	1.020,00	35.700,00
Bijuteria	11	1.620,00	17.820,00
Horta	9	600,00	5.400,00
Dança	15	1.350,00	20.250,00

Percussão	22	5.760,00	126.720,00
Capoeira	8	600,00	4.800,00
Informática 2	35	1.020,00	35.700,00
Violão	16	5.040,00	80.640,00
Recreação	42	622,80	26.157,60
Futebol	48	1.260,00	60.480,00
Futsal	37	1.260,00	46.620,00
Pintura	14	900,00	12.600,00
Arte Plástica	12	1.620,00	19.440,00
Total	628	29.008,80	935.199,60

Fonte: Dados da Pesquisa

Quadro IV: Receita Econômica da Escola CEL. José Domingos da Silva

Escola Municipal CEL. José Domingos da Silva (em R\$)			
Oficinas	Volume de Serviços (nº de beneficiários)	C. O. (ano)	Receita Econômica
Leitura	15	3.600,00	54.000,00
Jogos de Salão	10	900,00	9.000,00
Dança Salão	24	1.350,00	32.400,00
Dança Popular	25	1.350,00	33.750,00
Reciclagem	10	1.620,00	16.200,00
Arte Jornal	12	1.620,00	19.440,00
Recreação	30	622,80	18.684,00
Futsal	35	1.260,00	44.100,00
Hip Hop	20	1.350,00	27.000,00
Swingueira	20	1.350,00	27.000,00
Vôlei	30	1.260,00	37.800,00
Basquete	20	1.260,00	25.200,00
Capoeira	20	600,00	12.000,00
Total	271	18.142,80	356.574,00

Fonte: Dados da Pesquisa

Quadro V: Receita Econômica da Escola Criança Feliz

Escola Municipal Criança Feliz (em R\$)			
Oficinas	Volume de Serviços (nº de beneficiários)	C. O. (ano)	Receita Econômica
Percussão	9	5.760,00	51.840,00
Dança Balé	15	2.040,00	30.600,00
Gesso	20	1.620,00	32.400,00
Dança Popular	15	1.350,00	20.250,00
Recreação	15	622,80	9.342,00
Reciclagem	15	1.620,00	24.300,00
Karatê	15	560,00	8.400,00
Crochê	15	1.620,00	24.300,00
Eletricista	15	859,92	12.898,80
Libras	15	900,00	13.500,00
Tear Lã	15	1.620,00	24.300,00
Futsal	15	1.260,00	18.900,00
Emborrachado	15	1.620,00	24.300,00
Gesso	15	1.620,00	24.300,00
Total	209	23.072,72	319.630,80

Fonte: Dados da Pesquisa

Quadro VI: Receita Econômica da Escola Cruzada Social Santa Luzia

Escola Municipal Cruzada Social Santa Luzia (em R\$)			
Oficinas	Volume de Serviços (nº de beneficiários)	C. O. (ano)	Receita Econômica
Percussão	20	5.760,00	115.200,00
Vagonite	26	1.620,00	42.120,00
Bijuteria	17	1.620,00	27.540,00
Ourigame	26	1.620,00	42.120,00
C. e Costura	21	3.456,00	72.576,00
Capoeira	26	600,00	15.600,00
Ponto Cruz	21	1.620,00	34.020,00
Macramê	19	1.620,00	30.780,00
Artesanato	24	1.620,00	38.880,00
Recreação	20	622,80	12.456,00
Cabeleireiro	19	1.440,00	27.360,00
Manicure	19	842,52	16.007,88
Biscuit	26	1.620,00	42.120,00
Crochê	29	1.620,00	46.980,00
Jogos de Salão	19	900,00	17.100,00
Futebol	32	1.260,00	40.320,00
Decopagem	21	1.620,00	34.020,00
Pintura	19	900,00	17.100,00
Emborrachado	22	1.620,00	35.640,00
Cestaria	19	1.620,00	30.780,00
Bordado	20	1.620,00	32.400,00
Total	465	35.221,32	771.119,88

Fonte: Dados da Pesquisa

Quadro VII: Receita Econômica da Escola Dom Azeredo Coutinho

Escola Municipal Dom Azeredo Coutinho (em R\$)			
Oficinas	Volume de Serviços (nº de beneficiários)	C. O. (ano)	Receita Econômica
Cabeleireiro	20	1.440,00	28.800,00
Manicure	25	842,52	21.063,00
Grafitagem	28	720,00	20.160,00
Pintura em Tela	25	900,00	22.500,00
Tae-Kwon-Do	40	560,00	22.400,00
Reciclagem	23	1.620,00	37.260,00
Recreação	30	622,80	18.684,00
Futebol	50	1.260,00	63.000,00
Corte e Costura	20	3.456,00	69.120,00
Total	261	11.421,32	302.987,00

Fonte: Dados da Pesquisa

Quadro VIII: Receita Econômica da Escola Dona Brites de Albuquerque

Escola Municipal Dona Brites de Albuquerque (em R\$)			
Oficinas	Volume de Serviços (nº de beneficiários)	C. O. (ano)	Receita Econômica
Futebol	44	1.260,00	55.440,00
Biscuit	30	1.620,00	48.600,00
Emborrachado	14	1.620,00	22.680,00
Crochê	8	1.620,00	12.960,00
Gesso	15	1.620,00	24.300,00
Sabonete e Perfume	15	1.620,00	24.300,00
Bijuteria	12	1.620,00	19.440,00
Percussão	8	5.760,00	46.080,00

Grafiteagem	16	720,00	11.520,00
Total	162	17.460,00	265.320,00

Fonte: Dados da Pesquisa

Quadro IX: Receita Econômica da Escola Duarte Coelho

Escola Municipal Duarte Coelho (em R\$)			
Oficinas	Volume de Serviços (nº de beneficiários)	C. O. (ano)	Receita Econômica
Coral	25	5.760,00	144.000,00
Futebol	70	1.260,00	88.200,00
Percussão	25	5.760,00	144.000,00
Música	25	5.760,00	144.000,00
Flauta	25	5.760,00	144.000,00
Recreação	20	622,80	12.456,00
Leitura	20	3.600,00	72.000,00
Jogos Populares	20	900,00	18.000,00
Arte Decorativa	20	1.620,00	32.400,00
Culinária	20	2.400,00	48.000,00
Tapeçaria	15	1.620,00	24.300,00
Total	285	35.062,80	871.356,00

Fonte: Dados da Pesquisa

Quadro X: Receita Econômica da Escola Gregório Bezerra

Escola Municipal Gregório Bezerra (em R\$)			
Oficinas	Volume de Serviços (nº de beneficiários)	C. O. (ano)	Receita Econômica
Karatê	29	560,00	16.240,00
Capoeira	18	600,00	10.800,00
Hip-Hop	37	1.350,00	49.950,00
Bijuteria	19	1.620,00	30.780,00
Futebol Masc.	72	1.260,00	90.720,00
Futebol Fem.	23	1.260,00	28.980,00
Dança Popular	37	1.350,00	49.950,00
Dança de Salão	23	1.350,00	31.050,00
Total	258	9.350,00	308.470,00

Fonte: Dados da Pesquisa

Quadro XI: Receita Econômica da Escola Isaac Pereira

Escola Municipal Isaac Pereira (em R\$)			
Oficinas	Volume de Serviços (nº de beneficiários)	C. O. (ano)	Receita Econômica
Tae-Kwon-Do	78	560,00	43.680,00
Futebol	60	1.260,00	75.600,00
Handball	50	1.260,00	63.000,00
Culinária	15	2.400,00	36.000,00
Confeitaria	15	2.400,00	36.000,00
Crochê	10	1.620,00	16.200,00
Pintura	15	900,00	13.500,00
Biscuit/Fuxico	20	1.620,00	32.400,00
Total	263	12.020,00	316.380,00

Fonte: Dados da Pesquisa

Quadro XII: Receita Econômica da Escola Izaulina de Castro e Silva

Escola Municipal Izaulina de Castro e Silva (em R\$)			
Oficinas	Volume de Serviços (nº de beneficiários)	C. O. (ano)	Receita Econômica
Corte e Costura	10	3.456,00	34.560,00
Ponto Russo	12	1.620,00	19.440,00
Crochê	10	1.620,00	16.200,00

Pintura em Tecido	12	900,00	10.800,00
Reciclagem	10	1.620,00	16.200,00
Biscuit	12	1.620,00	19.440,00
Capoeira	15	600,00	9.000,00
Dança de Salão	15	1.350,00	20.250,00
Recreação	30	622,80	18.684,00
Sabonete	15	1.620,00	24.300,00
Desenho	10	900,00	9.000,00
Violão	8	5.040,00	40.320,00
Ponto Cruz	13	1.620,00	21.060,00
Tapeçaria	15	1.620,00	24.300,00
Futebol	25	1.260,00	31.500,00
Total	212	25.468,80	315.054,00

Fonte: Dados da Pesquisa

Quadro XIII: Receita Econômica da Escola João Francisco de Souza

Escola Municipal João Francisco de Souza (em R\$)			
Oficinas	Volume de Serviços (nº de beneficiários)	C. O. (ano)	Receita Econômica
Percussão	30	5.760,00	172.800,00
Pintura	30	900,00	27.000,00
Informática	40	1.020,00	40.800,00
Corte e Costura	10	3.456,00	34.560,00
Culinária	10	2.400,00	24.000,00
Danças	30	1.350,00	40.500,00
Total	150	14.886,00	339.660,00

Fonte: Dados da Pesquisa

Quadro XIV: Receita Econômica da Escola Lions Dirceu Veloso

Escola Municipal Lions Dirceu Veloso (em R\$)			
Oficinas	Volume de Serviços (nº de beneficiários)	C. O. (ano)	Receita Econômica
Matemática	20	2.880,00	57.600,00
Artesanato	20	1.620,00	32.400,00
Capoeira	20	600,00	12.000,00
Manicure	20	842,52	16.850,40
Cabeleireiro	20	1.440,00	28.800,00
Mecânica	20	3.780,00	75.600,00
Horta	20	600,00	12.000,00
Futsal	20	1.260,00	25.200,00
Tae-kwon-do	20	560,00	11.200,00
Total	180	13.582,52	271.650,40

Fonte: Dados da Pesquisa

Quadro XV: Receita Econômica da Escola Maria da Glória Advíncula

Escola Municipal Maria da Glória Advíncula (em R\$)			
Oficinas	Volume de Serviços (nº de beneficiários)	C. O. (ano)	Receita Econômica
Música	15	5.760,00	86.400,00
Karatê	25	560,00	14.000,00
Emborrachado	10	1.620,00	16.200,00
Biscuit	10	1.620,00	16.200,00
Dança Popular	25	1.350,00	33.750,00
Hip Hop	15	1.350,00	20.250,00
Futsal	30	1.260,00	37.800,00
Artes Plásticas	5	1.620,00	8.100,00
Crochê	10	1.620,00	16.200,00
Sandálias Decorativas	15	1.620,00	24.300,00

Total	160	18.380,00	273.200,00
--------------	------------	------------------	-------------------

Fonte: Dados da Pesquisa

Quadro XVI: Receita Econômica da Escola Ministro Marcos Freire

Escola Municipal Ministro Marcos Freire (em R\$)			
Oficinas	Volume de Serviços (nº de beneficiários)	C. O. (ano)	Receita Econômica
Grafitagem	15	720,00	1.0800,00
Informática	18	1.020,00	1.8360,00
Espanhol	15	3.780,00	5.6700,00
Capoeira	30	600,00	1.8000,00
Ponto Cruz	12	1.620,00	1.9440,00
Cestaria Jornal	12	1.620,00	1.9440,00
Reforço Escolar	30	622,80	1.8684,00
Bijuteria	10	1.620,00	1.6200,00
Futebol	40	1.260,00	5.0400,00
Vôlei	35	1.260,00	4.4100,00
Percussão	15	5.760,00	8.6400,00
Dança	25	1.350,00	3.3750,00
Mosaico	10	1.620,00	1.6200,00
Biscuit	12	1.620,00	1.9440,00
Total	279	24.472,80	42.7914,00

Fonte: Dados da Pesquisa

Quadro XVII: Receita Econômica da Escola Monte Castelo

Escola Municipal Monte Castelo (em R\$)			
Oficinas	Volume de Serviços (nº de beneficiários)	C. O. (ano)	Receita Econômica
Biscuit	16	1.620,00	25.920,00
Dança Popular	34	1.350,00	45.900,00
Bonecas de Pano	13	1.620,00	21.060,00
Culinária	15	2.400,00	36.000,00
Crochê	20	1.620,00	32.400,00
Desenho	30	900,00	27.000,00
Pintura em Tecido	12	900,00	10.800,00
Karatê	20	560,00	11.200,00
Futebol	20	1.260,00	25.200,00
Decopagem	15	1.620,00	24.300,00
Total	195	13.850,00	259.780,00

Fonte: Dados da Pesquisa

Quadro XVIII: Receita Econômica da Escola Pastor David R. Blackburn

Escola Municipal Pastor David R. Blackburn (em R\$)			
Oficinas	Volume de Serviços (nº de beneficiários)	C. O. (ano)	Receita Econômica
Futsal	42	1.260,00	52.920,00
Biscuit	18	1.620,00	29.160,00
Artesanato	11	1.620,00	17.820,00
Fuxico	5	1.620,00	8.100,00
Tapeçaria	12	1.620,00	19.440,00
Dança	22	1.350,00	29.700,00
Bordado	10	1.620,00	16.200,00
Recreação	6	622,80	3.736,80
Corte e Costura	18	3.456,00	62.208,00
Total	144	14.788,80	239.284,80
Outras Receitas			
Vendas*	-	-	60,30

Receita Econômica Total	-	-	239.345,10
--------------------------------	---	---	-------------------

Fonte: Dados da Pesquisa

*Vendas sem especificação

Quadro XIX: Receita Econômica da Escola Prof.^a Cleide Betânia do Amaral

Escola Municipal Prof. ^a Cleide Betânia do Amaral (em R\$)			
Oficinas	Volume de Serviços (nº de beneficiários)	C. O. (ano)	Receita Econômica
Vagonite	16	1.620,00	25.920,00
Corte e Costura	13	1.350,00	17.550,00
Manicure	15	842,52	12.637,80
Música	18	5.760,00	103.680,00
Capoeira	20	600,00	12.000,00
Judô	19	560,00	10.640,00
Total	101	10.732,52	182.427,80

Fonte: Dados da Pesquisa

Quadro XX: Receita Econômica da Escola Rotary de Olinda

Escola Municipal Rotary de Olinda (em R\$)			
Oficinas	Volume de Serviços (nº de beneficiários)	C. O. (ano)	Receita Econômica
Futsal Infantil	30	1.260,00	37.800,00
Futsal Juvenil	30	1.260,00	37.800,00
Bijuteria	12	1.620,00	19.440,00
Artesanato	18	1.620,00	29.160,00
Biscuit	20	1.620,00	32.400,00
Leitura	15	3.600,00	54.000,00
Recreação	35	622,80	21.798,00
Bordado	10	1.620,00	16.200,00
Dança Popular	25	1.350,00	33.750,00
Tear	10	1.620,00	16.200,00
Total	205	16.192,80	298.548,00
Outras Receitas			
Vendas			72,00
4 panos de prato pintados (R\$3,00 u)	-	-	12,00
3 panos de prato bordados (R\$3,00 u)	-	-	9,00
1 passadeira bordada (R\$15,00 u)	-	-	15,00
2 jogos de toalha bordados (R\$ R\$15,00u)	-	-	30,00
3 toalhinhas pequenas pintadas (R\$2,00u)	-	-	6,00
Receita Econômica Total	-	-	298.620,00

Fonte: Dados da Pesquisa

Quadro XXI: Receita Econômica da Escola Santa Tereza

Escola Municipal Santa Tereza (em R\$)			
Oficinas	Volume de Serviços (nº de beneficiários)	C. O. (ano)	Receita Econômica
Gesso	29	1.620,00	46.980,00
Biscuit	20	1.620,00	32.400,00

Dança (Frevo)	16	1.350,00	21.600,00
Karatê	16	560,00	8.960,00
Futebol	25	1.260,00	31.500,00
Jogos Populares	29	900,00	26.100,00
Swingueira	15	1.350,00	20.250,00
Total	150	8.660,00	187.790,00

Fonte: Dados da Pesquisa

Quadro XXII: Receita Econômica da Escola 12 de Março

Escola Municipal 12 de Março (em R\$)			
Oficinas	Volume de Serviços (nº de beneficiários)	C. O. (ano)	Receita Econômica
Percussão	15	5.760,00	86.400,00
Vagonite	15	1.620,00	24.300,00
Biscuit	10	1.620,00	16.200,00
Hip-Hop	40	1.350,00	54.000,00
Tapeçaria	18	1.620,00	29.160,00
Bolsa	15	1.620,00	24.300,00
Crochê	15	1.620,00	24.300,00
Boneca	20	1.620,00	32.400,00
Pintura	15	900,00	13.500,00
Total	163	17.730,00	304.560,00

Fonte: Dados da Pesquisa

APÊNDICE B- Custo dos Honorários dos Profissionais

Quadro I: Honorários dos Profissionais da Escola Alberto Torres (em R\$)

Nº Oficinas	Nº Ofic.	Nº Colab. Voluntários	Total de Profissionais	C. O. (ano)	Honorários (ano)
01-Leitura	1	-	1	3.600,00	3.600,00
01-Capoeira	1	-	1	3.300,00	3.300,00
01-Futebol	1	-	1	3.240,00	3.240,00
01-Manicure	1	-	1	3.600,00	3.600,00
02-Cabeleireiro	1	1	2	4.680,00	9.360,00
01-Fuxico	1	-	1	7.200,00	7.200,00
01-Jogos de Salão	1	-	1	8.640,00	8.640,00
01-Desenho	-	1	1	8.400,00	8.400,00
01-Teatro	-	1	1	6.600,00	6.600,00
01-Horta	1	-	1	5.760,00	5.760,00
01-Culinária	1	-	1	14.400,00	14.400,00
Coordenador	-	-	1	5.610,00	5.610,00
Professor Comunitário	-	-	1	5.610,00	5.610,00
Total	9	3	14	80.640,00	85.320,00

Fonte: Dados da Pesquisa

Quadro II: Honorários dos Profissionais da Escola Antônio Correia (em R\$)

Nº Oficinas	Nº Ofic.	Nº Colab. Voluntários	Total de Profissionais	C. O. (ano)	Honorários (ano)
02-Capoeira	1	-	1	3.300,00	*6.600,00
01-Xadrez	1	-	1	8.640,00	8.640,00
01-Manicure	1	-	1	3.600,00	3.600,00
01-Confeitaria	1	-	1	13.200,00	13.200,00
02-Futebol	1	-	1	3.240,00	*6.480,00
01-Vôlei	1	-	1	3.240,00	3.240,00
02-Recreação	1	-	1	2.880,00	*5.760,00
01-Cabeleireiro	1	-	1	4.680,00	4.680,00
01-Grafitagem	1	-	1	7.200,00	7.200,00
01-Pintura	1	-	1	7.600,00	7.600,00
01-Bijuteria	1	-	1	7.200,00	7.200,00
01-Dança Popular	1	-	1	9.360,00	9.360,00
01-Música	1	-	1	7.200,00	7.200,00
01-Tae-kwon-do	1	-	1	2.160,00	2.160,00
01-Biscuit	1	-	1	7.200,00	7.200,00
02-Percussão	1	-	1	7.200,00	*14.400,00
01-Desenho	1	-	1	8.400,00	8.400,00
01-Karatê	-	1	1	2.160,00	2.160,00
01-Swingueira	-	1	1	9.360,00	9.360,00
Coordenador	-	-	1	5.610,00	5.610,00
Professor Comunitário	-	-	1	5.610,00	5.610,00
Total	17	2	21	129.040,00	145.660,00

*Um profissional que atende duas oficinas, valor contado em dobro.

Fonte: Dados da Pesquisa

Quadro III: Honorários dos Profissionais da Escola CAIC Prof.^a Norma Coelho (em R\$)

Nº Oficinas	Nº Ofic.	Nº Colab. Voluntários	Total de Profissionais	C. O. (ano)	Honorários (ano)
01-Vôlei	1	-	1	3.240,00	3.240,00

01-C. e Costura	1	-	1	2.160,00	2.160,00
01-Crochê	1	-	1	7.200,00	7.200,00
01-Informática 1	-	1	1	1.872,00	1.872,00
01-Bijuteria	1	-	1	7.200,00	7.200,00
01-Horta	1	-	1	5.760,00	5.760,00
01-Dança	1	-	1	9.360,00	9.360,00
01-Percussão	1	-	1	7.200,00	7.200,00
01-Capoeira	1	-	1	3.300,00	3.300,00
01-Informática 2	1	-	1	1.872,00	1.872,00
01-Violão	1	-	1	7.920,00	7.920,00
01-Recreação	1	-	1	2.880,00	2.880,00
01-Futebol	1	-	1	3.240,00	3.240,00
01-Futsal	1	-	1	3.240,00	3.240,00
01-Pintura	1	-	1	7.600,00	7.600,00
01-Arte Plástica	1	-	1	7.200,00	7.200,00
Coordenador	-	-	1	5.610,00	5.610,00
Professor Comunitário	-	-	1	5.610,00	5.610,00
Total	15	1	18	92.464,00	92.464,00

Fonte: Dados da Pesquisa

Quadro IV: Honorários dos Profissionais da Escola CEL. José Domingos da Silva (em R\$)

Nº Oficinas	Nº Ofic.	Nº Colab. Voluntários	Total de Profissionais	C. O. (ano)	Honorários (ano)
01-Leitura	1	-	1	3.600,00	3.600,00
01-Jogos de Salão	1	-	1	8.640,00	8.640,00
01-Dança Salão	1	-	1	9.360,00	9.360,00
01-Dança Popular	-	1	1	9.360,00	9.360,00
01-Reciclagem	1	-	1	7.200,00	7.200,00
01-Arte Jornal	1	-	1	7.200,00	7.200,00
01-Recreação	1	-	1	2.880,00	2.880,00
01-Futsal	1	-	1	3.240,00	3.240,00
01-Hip Hop	-	1	1	9.360,00	9.360,00
01-Swingueira	-	1	1	9.360,00	9.360,00
01-Vôlei	-	1	1	3.240,00	3.240,00
01-Basquete	-	1	1	3.240,00	3.240,00
01-Capoeira	1	-	1	3.300,00	3.300,00
Coordenador	-	-	1	5.610,00	5.610,00
Professor Comunitário	-	-	1	5.610,00	5.610,00
Total	8	5	15	91.200,00	91.200,00

Fonte: Dados da Pesquisa

Quadro V: Honorários dos Profissionais da Escola Criança Feliz (em R\$)

Nº Oficinas	Nº Ofic.	Nº Colab. Voluntários	Total de Profissionais	C. O. (ano)	Honorários (ano)
01-Percussão	1	1	2	7.200,00	14.400,00
01-Dança Balé	1	-	1	3.960,00	3.960,00
01-Gesso	1	-	1	7.200,00	7.200,00
01-Dança Popular	1	-	1	9.360,00	9.360,00
01-Recreação	1	-	1	2.880,00	2.880,00
01-Reciclagem	1	-	1	7.200,00	7.200,00
01-Karatê	1	-	1	2.160,00	2.160,00
01-Crochê	1	-	1	7.200,00	7.200,00
01-Eletricista	1	-	1	5.760,00	5.760,00
01-Libras	2	-	2	5.760,00	11.520,00

01-Tear Lã	1	-	1	7.200,00	7.200,00
01-Futsal	1	-	1	3.240,00	3.240,00
01-Emborrachado	1	-	1	7.200,00	7.200,00
01-Gesso	1	-	1	7.200,00	7.200,00
Coordenador	-	-	1	5.610,00	5.610,00
Professor Comunitário	-	-	1	5.610,00	5.610,00
Total	15	1	18	94.740,00	107.700,00

Fonte: Dados da Pesquisa

Quadro VI: Honorários dos Profissionais da Escola Cruzada Social Santa Luzia (em R\$)

Nº Oficinas	Nº Ofic.	Nº Colab. Voluntários	Total de Profissionais	C. O. (ano)	Honorários (ano)
01-Percussão	1	-	1	7.200,00	7.200,00
01-Vagonite	1	-	1	7.200,00	7.200,00
01-Bijuteria	1	-	1	7.200,00	7.200,00
01-Ourigame	1	-	1	7.200,00	7.200,00
01-C. e Costura	1	-	1	2.160,00	2.160,00
01-Capoeira	1	-	1	3.300,00	3.300,00
01-Ponto Cruz	1	-	1	7.200,00	7.200,00
01-Macramê	1	-	1	7.200,00	7.200,00
01-Artesanato	1	-	1	7.200,00	7.200,00
01-Recreação	1	-	1	2.880,00	2.880,00
01-Cabeleireiro	1	-	1	4.680,00	4.680,00
01-Manicure	1	-	1	3.600,00	3.600,00
01-Biscuit	1	-	1	7.200,00	7.200,00
01-Crochê	1	-	1	7.200,00	7.200,00
01-Jogos de Salão	1	-	1	8.640,00	8.640,00
01-Futebol	1	-	1	3.240,00	3.240,00
01-Decopagem	1	-	1	7.200,00	7.200,00
01-Pintura	1	-	1	7.600,00	7.600,00
01-Emborrachado	1	-	1	7.200,00	7.200,00
01-Cestaria	1	-	1	7.200,00	7.200,00
01-Bordado	1	-	1	7.200,00	7.200,00
Coordenador	-	-	1	5.610,00	5.610,00
Professor Comunitário	-	-	1	5.610,00	5.610,00
Total	21	0	23	140.920,00	140.920,00

Fonte: Dados da Pesquisa

Quadro VII: Honorários dos Profissionais da Escola Dom Azeredo Coutinho (em R\$)

Nº Oficinas	Nº Ofic.	Nº Colab. Voluntários	Total de Profissionais	C. O. (ano)	Honorários (ano)
01-Cabeleireiro	1	-	1	4.680,00	4.680,00
01-Manicure	1	-	1	3.600,00	3.600,00
01-Grafitagem	1	-	1	7.200,00	7.200,00
01-Pintura	1	-	1	7.600,00	7.600,00
01-Tae-Kwon-Do	1	-	1	2.160,00	2.160,00
01-Reciclagem	1	-	1	7.200,00	7.200,00
01-Recreação	1	-	1	2.880,00	2.880,00
01-Futebol	1	-	1	3.240,00	3.240,00
01-Corte e Costura	1	-	1	2.160,00	2.160,00
Coordenador	-	-	1	5.610,00	5.610,00
Professor Comunitário	-	-	1	5.610,00	5.610,00
Total	9	0	11	51.940,00	51.940,00

Fonte: Dados da Pesquisa

Quadro VIII: Honorários dos Profissionais da Escola D. Brites de Albuquerque (em R\$)

Nº Oficinas	Nº Ofic.	Nº Colab. Voluntários	Total de Profissionais	C. O. (ano)	Honorários (ano)
01-Futebol	1	-	1	3.240,00	3.240,00
01-Biscuit	1	-	1	7.200,00	7.200,00
01-Emborrachado	1	-	1	7.200,00	7.200,00
01-Crochê	1	-	1	7.200,00	7.200,00
01-Gesso	1	-	1	7.200,00	7.200,00
01-Sabonete e Perfume	1	-	1	7.200,00	7.200,00
01-Bijuteria	1	-	1	7.200,00	7.200,00
01-Percussão	1	-	1	7.200,00	7.200,00
01-Grafitagem	1	-	1	7.200,00	7.200,00
Coordenador	-	-	1	5.610,00	5.610,00
Professor Comunitário	-	-	1	5.610,00	5.610,00
Total	9	0	11	72.060,00	72.060,00

Fonte: Dados da Pesquisa

Quadro IX: Honorários dos Profissionais da Escola Duarte Coelho (em R\$)

Nº Oficinas	Nº Ofic.	Nº Colab. Voluntários	Total de Profissionais	C. O. (ano)	Honorários (ano)
01-Coral	1	-	1	7.200,00	7.200,00
01-Futebol	1	-	1	3.240,00	3.240,00
01-Percussão	1	-	1	7.200,00	7.200,00
01-Música	1	-	1	7.200,00	7.200,00
01-Flauta	1	-	1	7.200,00	7.200,00
01-Recreação	1	-	1	2.880,00	2.880,00
01-Leitura	1	-	1	3.600,00	3.600,00
01-Jogos Populares	1	-	1	8.640,00	8.640,00
01-Arte Decorativa	1	-	1	7.200,00	7.200,00
01-Culinária	1	-	1	14.400,00	14.400,00
01-Tapeçaria		1	1	7.200,00	7.200,00
Coordenador	-	-	1	5.610,00	5.610,00
Professor Comunitário	-	-	1	5.610,00	5.610,00
Total	10	1	13	87.180,00	87.180,00

Fonte: Dados da Pesquisa

Quadro X: Honorários dos Profissionais da Escola Gregório Bezerra (em R\$)

Nº Oficinas	Nº Ofic.	Nº Colab. Voluntários	Total de Profissionais	C. O. (ano)	Honorários (ano)
02-Karatê	1	-	1	2.160,00	*4.320,00
01-Capoeira	1	-	1	3.300,00	3.300,00
01-Hip-Hop	1	-	1	9.360,00	9.360,00
02-Bijuteria	1	-	1	7.200,00	*14.400,00
02-Futebol Masc.	1	-	1	3.240,00	*6.480,00
02-Futebol Fem.	1	-	1	3.240,00	*6.480,00
01-Dança Popular	1	-	1	9.360,00	9.360,00
01-Dança (3ª idade)	-	1	1	9.360,00	9.360,00
Coordenador	-	-	1	5.610,00	5.610,00
Professor Comunitário	-	-	1	5.610,00	5.610,00
Total	7	1	10	58.440,00	74.280,00

*Um profissional que atende duas oficinas, valor contado em dobro.

Fonte: Dados da Pesquisa

Quadro XI: Honorários dos Profissionais da Escola Isaac Pereira (em R\$)

Nº Oficinas	Nº Ofic.	Nº Colab. Voluntários	Total de Profissionais	C. O. (ano)	Honorários (ano)
02-Tae-Kwon-Do	1	-	1	2.160,00	*4.320,00
01-Futebol	1	-	1	3.240,00	3.240,00
01-Handball	1	-	1	3.240,00	3.240,00
01-Culinária	1	-	1	14.400,00	14.400,00
01-Confeitaria	1	-	1	13.200,00	13.200,00
01-Crochê	1	-	1	7.200,00	7.200,00
01-Pintura	1	-	1	7.600,00	7.600,00
01-Biscuit/Fuxico	1	-	1	7.200,00	7.200,00
Coordenador	-	-	1	5.610,00	5.610,00
Professor Comunitário	-	-	1	5.610,00	5.610,00
Total	8	0	10	69.460,00	71.620,00

*Um profissional que atende duas oficinas, valor contado em dobro.

Fonte: Dados da Pesquisa

Quadro XII: Honorários dos Profissionais da Escola Izaulina de Castro e Silva (em R\$)

Nº Oficinas	Nº Ofic.	Nº Colab. Voluntários	Total de Profissionais	C. O. (ano)	Honorários (ano)
01-Corte e Costura	1	-	1	2.160,00	2160,00
01-Ponto Russo	-	1	1	7.200,00	7200,00
01-Crochê	1	-	1	7.200,00	7200,00
01-Pintura	1	-	1	7.600,00	7600,00
01-Reciclagem	1	-	1	7.200,00	7200,00
01-Biscuit	1	-	1	7.200,00	7200,00
01-Capoeira	1	-	1	3.300,00	3300,00
01-Dança de Salão	1	-	1	9.360,00	9360,00
02-Recreação	1	-	1	2.880,00	*5760,00
01-Sabonete	-	1	1	7.200,00	7200,00
01-Desenho	1	-	1	8.400,00	8400,00
01-Violão	1	-	1	7.920,00	7920,00
01-Ponto Cruz	1	-	1	7.200,00	7200,00
01-Tapeçaria	1	-	1	7.200,00	7200,00
01-Futebol	-	1	1	3.240,00	3240,00
Coordenador	-	-	1	5.610,00	5.610,00
Professor Comunitário	-	-	1	5.610,00	5.610,00
Total	12	3	17	106.480,00	109.360,00

*Um profissional que atende duas oficinas, valor contado em dobro.

Fonte: Dados da Pesquisa

Quadro XIII: Honorários dos Profissionais da Escola João Francisco de Souza (em R\$)

Nº Oficinas	Nº Ofic.	Nº Colab. Voluntários	Total de Profissionais	C. O. (ano)	Honorários (ano)
01-Percussão	1	-	1	7.200,00	7.200,00
01-Pintura	1	-	1	7.600,00	7.600,00
02-Informática	1	-	1	1.872,00	*3.744,00
01-Corte e Costura	1	-	1	2.160,00	2.160,00
01-Culinária	1	-	1	14.400,00	14.400,00
01-Danças	1	-	1	9.360,00	9.360,00
Total	6	0	6	42.592,00	44.464,00
Coordenação					
Coordenador	-	-	1	5.610,00	5.610,00
Professor Comunitário	-	-	-	5.610,00	5.610,00
Total	-	-	1	53.812,00	55.684,00

*Um profissional que atende duas oficinas, valor contado em dobro.

Fonte: Dados da Pesquisa

Quadro XIV: Honorários dos Profissionais da Escola Lions Dirceu Veloso (em R\$)

Nº Oficinas	Nº Ofic.	Nº Colab. Voluntários	Total de Profissionais	C. O. (ano)	Honorários (ano)
01-Matemática	1	-	1	2.880,00	2.880,00
01-Artesanato	1	-	1	7.200,00	7.200,00
02-Capoeira	1	-	1	3.300,00	*6.600,00
01-Manicure	1	-	1	3.600,00	3.600,00
01-Cabeleireiro	1	-	1	4.680,00	4.680,00
01-Mecânica	1	-	1	7.200,00	7.200,00
01-Horta	1	-	1	5.760,00	5.760,00
02-Futsal	1	-	1	3.240,00	*6.480,00
01-Tae-kwon-do	1	-	1	2.160,00	2.160,00
Coordenador	-	-	1	5.610,00	5.610,00
Professor Comunitário	-	-	1	5.610,00	5.610,00
Total	9	0	11	51.240,00	57.780,00

*Um profissional que atende duas oficinas, valor contado em dobro.

Fonte: Dados da Pesquisa

Quadro XV: Honorários dos Profissionais da Escola Maria da Glória Advíncula (em R\$)

Nº Oficinas	Nº Ofic.	Nº Colab. Voluntários	Total de Profissionais	C. O. (ano)	Honorários (ano)
Música	1	-	1	7.200,00	7.200,00
Karatê	1	-	1	2.160,00	2.160,00
Emborrachado	1	-	1	7.200,00	7.200,00
Biscuit	1	-	1	7.200,00	7.200,00
Dança Popular	1	-	1	9.360,00	9.360,00
Hip-Hop	-	1	1	9.360,00	9.360,00
Futsal	1	-	1	3.240,00	3.240,00
Artes Plásticas	1	-	1	7.200,00	7.200,00
Crochê	1	-	1	7.200,00	7.200,00
Sandálias Dec.	1	-	1	7.200,00	7.200,00
Coordenador	-	-	1	5.610,00	5.610,00
Professor Comunitário	-	-	1	5.610,00	5.610,00
Total	9	1	12	78.540,00	78.540,00

Fonte: Dados da Pesquisa

Quadro XVI: Honorários dos Profissionais da Escola Ministro Marcos Freire (em R\$)

Nº Oficinas	Nº Ofic.	Nº Colab. Voluntários	Total de Profissionais	C. O. (ano)	Honorários (ano)
01-Grafitagem	1	-	1	7.200,00	7.200,00
02-Informática	1	-	1	1.872,00	*3.744,00
01-Espanhol	1	-	1	7.200,00	7.200,00
01-Capoeira	1	-	1	3.300,00	3.300,00
01-Ponto Cruz	1	-	1	7.200,00	7.200,00
01-Cestaria Jornal	1	-	1	7.200,00	7.200,00
01-Reforço Escolar	1	-	1	2.880,00	2.880,00
01-Bijuteria	1	-	1	7.200,00	7.200,00
01-Futebol	1	-	1	3.240,00	3.240,00
01-Vôlei	1	-	1	3.240,00	3.240,00
01-Percussão	1	-	1	7.200,00	7.200,00
01-Dança	1	-	1	9.360,00	9.360,00
01-Mosaico	1	-	1	7.200,00	7.200,00
01-Biscuit	1	-	1	7.200,00	7.200,00
Coordenador	-	-	1	5.610,00	5.610,00

Professor Comunitário	-	-	-	5.610,00	5.610,00
Total	14	0	15	92.712,00	94.584,00

*Um profissional que atende duas oficinas, valor contado em dobro.

Fonte: Dados da Pesquisa

Quadro XVII: Honorários dos Profissionais da Escola Monte Castelo (em R\$)

Nº Oficinas	Nº Ofic.	Nº Colab. Voluntários	Total de Profissionais	C. O. (ano)	Honorários (ano)
01-Biscuit	1	-	1	7.200,00	7.200,00
01-Dança Popular	1	-	1	9.360,00	9.360,00
01-Bonecas de Pano	1	-	1	7.200,00	7.200,00
01-Culinária	1	-	1	14.400,00	14.400,00
01-Crochê	1	-	1	7.200,00	7.200,00
01-Desenho	1	-	1	8.400,00	8.400,00
01-Pintura	1	-	1	7.600,00	7.600,00
01-Karatê	1	-	1	2.160,00	2.160,00
01-Futebol	-	1	1	3.240,00	3.240,00
01-Decopagem	1	-	1	7.200,00	7.200,00
Coordenador	-	-	1	5.610,00	5.610,00
Professor Comunitário	-	-	1	5.610,00	5.610,00
Total	9	1	12	85.180,00	85.180,00

Fonte: Dados da Pesquisa

Quadro XVIII: Honorários dos Profissionais Escola Pastor David R. Blackburn (em R\$)

Nº Oficinas	Nº Ofic.	Nº Colab. Voluntários	Total de Profissionais	C. O. (ano)	Honorários (ano)
02-Futsal	1	-	1	3.240,00	*6.480,00
01-Biscuit	1	-	1	7.200,00	7.200,00
01-Artesanato	1	-	1	7.200,00	7.200,00
01-Fuxico	1	-	1	7.200,00	7.200,00
01-Tapeçaria	1	-	1	7.200,00	7.200,00
02-Dança	1	1	2	9.360,00	18.720,00
01-Bordado	1	-	1	7.200,00	7.200,00
01-Recreação	1	-	1	2.880,00	2.880,00
01-Corte e Costura	1	-	1	2.160,00	2.160,00
Coordenador	-	-	1	5.610,00	5.610,00
Professor Comunitário	-	-	1	5.610,00	5.610,00
Total	9	1	12	64.860,00	77.460,00

*Um profissional que atende duas oficinas, valor contado em dobro.

Fonte: Dados da Pesquisa

Quadro XIX: Honorários dos Profissionais da Escola Prof.^a Cleide Betânia do Amaral (em R\$)

Nº Oficinas	Nº Ofic.	Nº Colab. Voluntários	Total de Profissionais	C. O. (ano)	Honorários (ano)
01-Vagonite	1	-	1	7.200,00	7.200,00
01-Corte e Costura	1	-	1	9.360,00	9.360,00
01-Manicure	1	-	1	3.600,00	3.600,00
01-Música	1	-	1	7.200,00	7.200,00
01-Capoeira	1	-	1	3.300,00	3.300,00
01-Judô	1	-	1	2.160,00	2.160,00
Coordenador	-	-	1	5.610,00	5.610,00
Professor Comunitário	-	-	-	5.610,00	5.610,00
Total	6	0	7	44.040,00	44.040,00

Fonte: Dados da Pesquisa

Quadro XX: Honorários dos Profissionais da Escola Rotary de Olinda (em R\$)

Nº Oficinas	Nº Ofic.	Nº Colab. Voluntários	Total de Profissionais	C. O. (ano)	Honorários (ano)
01-Futsal Infantil	1	1	1	3.240,00	6.480,00
01-Futsal Juvenil	1	-	1	3.240,00	3.240,00
01-Bijuteria	1	-	1	7.200,00	7.200,00
01-Artesanato	1	-	1	7.200,00	7.200,00
01-Biscuit	1	-	1	7.200,00	7.200,00
01-Leitura	1	-	1	3.600,00	3.600,00
01-Recreação	1	-	1	2.880,00	2.880,00
01-Bordado	1	-	1	7.200,00	7.200,00
01-Dança Popular	1	-	1	9.360,00	9.360,00
01-Tear	1	-	1	7.200,00	7.200,00
Coordenador	-	-	1	5.610,00	5.610,00
Professor Comunitário	-	-	-	5.610,00	5.610,00
Total	10	1	12	69.540,00	72.780,00

Fonte: Dados da Pesquisa

Quadro XXI: Honorários dos Profissionais da Escola Santa Tereza (em R\$)

Nº Oficinas	Nº Ofic.	Nº Colab. Voluntários	Total de Profissionais	C. O. (ano)	Honorários (ano)
01-Gesso	1	-	1	7.200,00	7.200,00
01-Biscuit	1	-	1	7.200,00	7.200,00
01-Dança (Frevo)	1	-	1	9.360,00	9.360,00
01-Karatê	1	-	1	2.160,00	2.160,00
01-Futebol	1	-	1	3.240,00	3.240,00
01-Jogos Populares	-	1	1	8.640,00	8.640,00
01-Swingueira	1	-	1	9.360,00	9.360,00
Coordenador	-	-	1	5.610,00	5.610,00
Professor Comunitário	-	-	1	5.610,00	5.610,00
Total	6	1	9	58.380,00	58.380,00

Fonte: Dados da Pesquisa

Quadro XXII: Honorários dos Profissionais da Escola 12 de Março (em R\$)

Nº Oficinas	Nº Ofic.	Nº Colab. Voluntários	Total de Profissionais	C. O. (ano)	Honorários (ano)
01-Percussão	1	-	1	7.200,00	7.200,00
01-Vagonite	1	-	1	7.200,00	7.200,00
01-Biscuit	1	-	1	7.200,00	7.200,00
01-Hip-Hop	1	-	1	9.360,00	9.360,00
01-Tapeçaria	1	-	1	7.200,00	7.200,00
01-Bolsa	1	-	1	7.200,00	7.200,00
01-Crochê	1	-	1	7.200,00	7.200,00
01-Boneca	1	-	1	7.200,00	7.200,00
01-Pintura	1	-	1	7.600,00	7.600,00
Coordenador	-	-	1	5.610,00	5.610,00
Professor Comunitário	-	-	1	5.610,00	5.610,00
Total	9	0	11	78.580,00	78.580,00

APÊNDICE C- Questionário
Questionário Programa Escola Aberta (Coordenadores)

Espaço Físico

- 1) Nome da Escola: _____
 2) Endereço: _____
 3) Esfera da Unidade Escolar: () Est () Mun
 4) Você considera a escola em um ambiente de vulnerabilidade social? () Não () Sim
 5) Sua escola já possuía atividades de lazer antes da adesão do Programa Escola Aberta?
 () Não () Sim
 6) A escola é o único espaço de lazer da comunidade? () Não () Sim

7) Se Não, quais outros espaços existem na comunidade para o lazer?

8) Quanto a escola desenvolve atividades do Programa Escola Aberta (PEA)? _____

9) Atividades: () Sab () Dom () 2 dias

10) Número de Alunos na Escola: _____

11) Valor do Recurso: _____

Perfil dos Atores

12) Há quanto tempo participa do programa? ____

13) Nível de Escolaridade?

- () Formação não escolar, adquirida na vivência do trabalho
 () Ensino Fundamental incompleto
 () Ensino Fundamental Completo
 () Ensino Médio incompleto

() Ensino Médio completo

() Nível Técnico

() Superior Incompleto

() Superior Completo ou mais

Em que área é sua formação? _____

14) Sexo: () Fem () Masc

15) Ocupação:

- () Funcionário Público
 () Assalariado
 () Autônomo

() Desempregado

() Aposentado

16) Indicação para participar no programa?

- () Indicação pelo diretor da escola
 () Foi por conta própria
 () A comunidade convidou

17) Qual sua motivação para participar do programa?

- () Resolver alguma situação particular ou de família
 () Querer estar mais perto do poder de decisão

() Melhorar a situação da comunidade

() Motivação Religiosa

() Outra. Qual? _____

Oficinas

18) Oficinas Realizadas

Oficina	D	Nº Horas	Nº de Alunos	Nº de Oficineiros	Especia- lização?	Nº de Voluntários (Colaboradores)	Função	Especia- Lização?	Conxistas	Função

20) No funcionamento do Programa Escola Aberta em sua escola, você pode afirmar que:

Dimensões	Sim	Em Parte	Não

Existe registro da presença dos participantes?			
Existe um cadastro dos oficinairos?			
Existe gerenciamento dos serviços?			
Os voluntários assinam termo de compromisso?			
O material utilizado para as oficinas é bom?			
As pessoas da comunidade ficam sabendo das oficinas que acontecem nessa escola? Como?			
As oficinas correspondem às demandas da comunidade?			
Os espaços físicos das oficinas são adequados?			
Os participantes são separados por faixa etária nas oficinas?			
As oficinas fazem parte das vocações culturais da comunidade?			
A comunidade participa das escolhas das oficinas?			
A comunidade tem acesso a prestação de contas da aplicação dos recursos do PEA?			
O horário e o dia de realização das oficinas são adequados?			

21) Relevância da participação do voluntariado para o PEA

Voluntários	Pouco Relevante	Relevante	Muito Relevante
Considera			

22) Nível de comprometimento dos voluntários

Comprom.	Ruim	Bom	Muito Bom
Considera			

23) Como se dá o julgamento para aplicação dos recursos por atividade? Através de pedidos de cada oficina Forma arbitrária Planejamento**24) Principais dificuldades nas ações do Programa?** _____**25) Nível de frequência dos alunos no PEA:**

Frequência	Ruim	Bom	Muito Bom
Você considera			

26) O PEA está associado com as disciplinas da escola? (levantar indicadores) Não Sim Quais? _____**27) Existe alguma oficina auto-sustentável? (Retorno com vendas, ver registros)** Não Sim Quais? _____**28) Existe alguma parceria que dê condições para sustentabilidade da oficina? (Doações)** Não Sim Quais? _____**Recursos****29) Quanto aos Recursos:**

Dimensões	Avaliação		
	Sim	Em Parte	Não
Os recursos do programa são bem utilizados?			
Existe clareza nos procedimentos administrativos?			
Possui conhecimento da Resolução nº 3 de 1 de abril de 2010?			
Existe pontualidade no repasse dos recursos financeiros?			
Os recursos são suficientes?			

Muito Obrigada!